

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**O Psicólogo no Centro de Referência da Assistência Social
(CRAS) de Fortuna de Minas - MG: na trilha cartográfica dos
territórios subjetivos.**

Laura Freire de Andrade

Belo Horizonte
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Laura Freire de Andrade

**O Psicólogo no Centro de Referência da Assistência Social
(CRAS) de Fortuna de Minas - MG: na trilha cartográfica dos
territórios subjetivos.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Roberta Carvalho Romagnoli

Belo Horizonte
2009

A553p Andrade, Laura Freire de
O psicólogo no Centro de Referência da Assistência (CRAS) de
Fortuna de Minas – MG: na trilha cartográfica dos territórios subjetivos /
Laura Freire de Andrade. – Belo Horizonte, 2009.
123 f.

Orientadora: Roberta Carvalho Romagnoli.
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de
Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Bibliografia.

1. Centro de Referência da Assistência (CRAS) – Fortuna de Minas (MG). 2. Psicologia Social. 3. Psicologia. 4. Assistência Social. I. Romagnoli, Roberta Carvalho. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. . Título.

CDU: 301.152

Laura Freire de Andrade

**O Psicólogo no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de
Fortuna de Minas - MG: na trilha cartográfica dos territórios subjetivos.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Roberta Carvalho Romagnoli (Orientadora) – PUC Minas

Marisa Lopes da Rocha – UERJ

Valéria Silva Freire de Andrade – PUC Minas

Belo Horizonte, 06 de março de 2009.

Dedico sempre e nunca em excesso
a meus pais e irmã, cujo amor e
companhia são indispensáveis.

AGRADECIMENTOS

À Roberta Romagnoli pela alegria e generosidade de ensinar,

Aos amigos e colegas de mestrado, em especial à Maristela, Letícia, Gustavo, Maria do Carmo e Fernanda pelas inquietações, angústias e alegrias compartilhadas,

Aos profissionais e usuários do CRAS de Fortuna de Minas pelas trocas e encontros preciosos,

Aos amigos e familiares pela presença constante em minha vida,

À minha mãe pelas trocas e viagens aos mais distantes mundos,

Ao meu pai pelo eterno incentivo em busca do saber,

À minha irmã pela cumplicidade e amor,

À FAPEMIG pelo apoio financeiro.

“A única lei é: todas as leituras são possíveis.”
Michel Foucault

RESUMO

Essa pesquisa tem como objeto de estudo os territórios e as relações subjetivas que emergem entre os psicólogos do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Fortuna de Minas - MG, com os demais profissionais e com a comunidade assistida. Tem como objetivo identificar os pontos de represamento e os pontos de invenção produzidos nessas relações. A leitura da Filosofia da Diferença apresenta-se como marco teórico e a cartografia como ferramenta metodológica para realização desse estudo. Para tal, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com psicólogos, assistentes sociais, coordenador e usuários do CRAS, além da observação participante e da implicação da pesquisadora. A reflexão acerca do funcionamento da sociedade contemporânea é apresentada para a contextualização das práticas psicológicas e sua relação com as atividades cotidianas do CRAS. As relações de poder, as diferenças e conexões entre as categorias profissionais envolvidas, os impasses e desafios para a psicologia nessa recente unidade pública tornaram-se os territórios explorados ao longo da pesquisa. Espera-se com isso, contribuir, de maneira inicial, para um maior conhecimento do nosso objeto de estudo, com intuito de promover reflexões acerca da psicologia e do cotidiano de usuários e profissionais do CRAS de Fortuna de Minas.

Palavras-chave: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Cartografia. Processos de Subjetivação. Filosofia da Diferença.

ABSTRACT

This thesis conducted a study of the territories and subjective relationships that rises between the psychologists of the Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) located at the city of Fortuna de Minas – MG, and the other employees, as well as the assisted community. The study has the goal of identify the impoundment points and invention points that are produced in that relationship. The theoretical framework of this study is the Philosophy of Difference, and the method of cartography was used as the methodological tool. Therefore were used semi-structured interviews with psychologists, social workers, coordinator and users of CRAS, as well as the participant observation and the commitment of the researcher. The reflection of the functioning of contemporary society is presented for the contextualization of psychological practices and its relationship with the daily activities of CRAS. The power relationships, the differences and connections between the professional categories involved, the obstacles and challenges that concerns the psychology at this recent public unit had become the subject explored during the research. The initial hope of this study is to contribute to a better knowledge of the study object with the goal to make reflections into the psychology and the daily of the users and employees of the CRAS.

Key-words: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Cartography. Process of Subjectivation. Philosophy of Difference.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Jovens no cultivo da horta.....	38
FIGURA 2 Mulheres no Projeto “Fiando e Desfiando a Vida”	39
FIGURA 3 Aulas de xadrez.....	40
FIGURA 4 Festa Junina do CRAS.....	53
FIGURA 5 Visita do técnico do MDS.....	53
FIGURA 6 Usuários do CRAS.....	70
FIGURA 7 Aulas de Capoeira.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS

Cap. - Capítulo

Ed. - Editor

Org. - Organizador

LISTA DE SIGLAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CMI - Capitalismo Mundial Integrado

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CRP/CREPOP - Conselho Regional de Psicologia/ Centro de Referência técnica em Psicologia e Políticas Públicas

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EMATER- MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ONG - Organização Não-Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PAIF - Programa de Atenção Integral à Família

PBF - Programa Bolsa Família

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PSF - Programa de Saúde da Família

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequenas Empresas

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SUAS - Sistema Único da Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 DISPOSITIVOS CONCEITUAIS.....	16
2.1 Recortes conceituais.....	16
3 ARTIFÍCIOS METODOLÓGICOS.....	29
3.1 Sobre os CRAS.....	31
3.2 Sobre o CRAS de Fortuna de Minas – MG.....	34
3.3 A chuva e outros encontros.....	41
3.4 A interrupção e os poderes.....	49
3.5 O terceiro encontro.....	52
4 SUBJETIVIDADES: EM FAVOR DA VIDA.....	61
4.1 Da contemporaneidade.....	61
4.2 Da Psicologia no CRAS.....	64
4.3 Considerações sobre o saberes no CRAS.....	71
4.4 Assistência Social e assistencialismo.....	75
5 LINHAS DE TENSÃO.....	80
5.1 As práticas multi, inter e transdisciplinar	84
5.2 A Psicologia e o Serviço Social.....	91
5.3 Desafios para a Psicologia.....	97

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....106

REFERÊNCIAS.....114

APÊNDICES.....121

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como tema o estudo dos processos de subjetivação que emergem nas relações dos profissionais de psicologia com os demais profissionais que atuam no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) na cidade de Fortuna de Minas - MG, e a comunidade assistida. A partir disso, objetiva-se cartografar os efeitos do trabalho dos psicólogos no CRAS, traçando os territórios que emergem nas relações e identificando os pontos de represamento e de invenção produzidos nessas relações.

A necessidade de pesquisar esse universo surgiu da minha experiência de quase três anos de trabalho em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do interior de Minas Gerais, como psicóloga e exercendo a função de coordenadora. Essa inserção profissional gerou diversos questionamentos, alguns deles problematizados nessa pesquisa. Nesse sentido, a experiência de trabalho em um recente equipamento público produz uma necessidade de analisar o CRAS em sua configuração de atenção ao usuário, intervenções, os processos de subjetivação e seus impactos na comunidade. Pretende-se então, compreender a função do psicólogo no CRAS, as especificidades da Psicologia perante os demais técnicos, as suas formas e conseqüentemente a práxis no campo “psi”, sobretudo em um momento em que a Psicologia cada vez mais amplia seus campos de atuação e é convocada a criar novas formas de intervenções.

O CRAS é um equipamento público responsável pela oferta de serviços às famílias, grupos e indivíduos, que opera na perspectiva de prevenção de situações de risco pessoais, familiares e comunitários. O município de Fortuna de Minas implanta em novembro de 2003 o CRAS com trezentas famílias acompanhadas pelos técnicos. Hoje, a equipe técnica acompanha trezentas e oitenta e quatro famílias, realiza visitas domiciliares e oferece serviços de geração de trabalho e renda: “Fiando e desfiando a vida”, grupos de convivência: “Melhor Idade”, acompanhamento de jovens: “ProJovem”, dentre outros.

Caracterizando-se por uma proposta nacional bastante recente, é preciso investigar as relações e ações desenvolvidas nos CRAS, seus impactos para as comunidades e também para a Psicologia, uma vez que propõe formas de

intervenção distintas dos modelos tradicionais da Psicologia. Com isso, encontram-se desafios cada vez maiores para a formação e práticas psicológicas, em meio a intervenções realizadas por equipes multidisciplinares através da promoção de saúde, prevenção de situações de risco, visitas domiciliares, dentre outras. Estas atuações fora do *setting* tradicional dos consultórios convocam os profissionais a lançar novos olhares sobre suas intervenções e atuações em espaços públicos que estão sendo inseridos. Implicando, portanto, intervenções relacionadas com um fazer político que permitam nesses encontros problematizar as práticas psicológicas, os modelos subjetivos, a construção e os processos de subjetivação ora totalizantes, ora inventivos, que atravessam essas relações.

O marco teórico que norteia a pesquisa é a Filosofia da Diferença de Gilles Deleuze e Félix Guattari, e a cartografia como ferramenta metodológica para realizá-la. A metodologia escolhida pretende estar em conformidade com a teoria que embasa esse estudo na implicação do pesquisador para mapear as intensidades presentes nas relações e as construções ora reprodutoras ora inventivas das subjetividades. Uma vez que se pretende compreender as práticas psicológicas em suas diversas configurações contemporâneas, bem como problematizar as formas de intervenção e atuação do psicólogo para além do consultório, as idéias dos referidos autores trazem enormes contribuições para o campo da Psicologia.

O leitor pode ter a impressão de que os conceitos e as observações se repetem ao longo do trabalho. Isso acontece porque as questões e as problematizações que vão surgindo durante o processo cartográfico produzem retorno aos conceitos na intenção de conectá-los com o que emerge no cotidiano do CRAS. Dessa maneira, tece-se uma trama, em que linhas ora se sucedem, ora se repetem, ora se interligam, em uma tentativa de cartografar nosso objeto de pesquisa.

Com o objetivo de rastrear o plano de forças existentes no CRAS de Fortuna de Minas, esse trabalho se divide em quatro capítulos. O primeiro capítulo corresponde aos conceitos centrais utilizados na pesquisa, evidenciando a contextualização do mundo contemporâneo, as práticas multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares, e os movimentos de territorialização articulados com os modos de produção da subjetividade e a política que norteia o CRAS.

O segundo capítulo, por sua vez, privilegia a cartografia do cotidiano do CRAS: os encontros e desencontros entre equipe, usuários e políticos fortunenses. Enfatizam-se as relações de poder, as reproduções das práticas psicológicas, as lutas e os confrontos vividos pelos protagonistas dessa pesquisa.

No terceiro capítulo a contemporaneidade e a subjetividade são apresentadas juntamente com os saberes envolvidos na construção do CRAS de Fortuna de Minas. Privilegia-se a construção dos territórios construídos pela Psicologia, mas relação entre o modelo assistencial e assistencialista também é examinada.

No quarto capítulo, as tensões entre psicólogos e a equipe são analisadas no movimento de conexão e desconexão entre os saberes Psicologia - Serviço Social, e as implicações e os desafios que surgem no cotidiano do CRAS. Ao final, celebra-se a alegria dos encontros e dos novos e possíveis territórios existenciais.

No último capítulo são apresentadas as considerações finais.

2 DISPOSITIVOS CONCEITUAIS

“O escritor inventa agenciamentos a partir de agenciamentos que o inventaram, ele faz passar uma multiplicidade para outra.”

Gilles Deleuze & Claire Parnet

2.1 Recortes conceituais

No decorrer desse trabalho alguns termos serão usados com certa frequência e me parece importante anunciar a chegada dos mesmos. O uso dos conceitos Pós-modernidade, Império e Capitalismo Mundial Integrado estão atrelados à necessidade de localizarmos o tempo em que vivemos e conectá-los com a Psicologia. Para cada momento específico farei uso de um desses termos que a um só tempo se assemelham e se distinguem, sendo necessário utilizar o que mais se adequa ao momento de escrita. Isso porque os conceitos devem e podem ser provisórios de acordo com os agenciamentos que se produzem. Nesse sentido, cabe ressaltar que, embora sejam aqui apresentados de forma inicial, estes são usados, ao longo dos capítulos, de maneira a se incorporar aos movimentos do nosso campo de problematização, a saber, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Fortuna de Minas.

Pós-modernidade apesar de polêmico é um termo que “[...] por bem ou por mal, não podemos *não* usá-lo.”¹ (JAMESON, 2007, p. 25). Nessa perspectiva não pretendo problematizar sobre as diversas correntes e diferenças conceituais que perpassam esse conceito, tampouco discutir se há ruptura ou continuidade da era moderna, mas sim, abordar a pós-modernidade tanto como uma aglutinação de diversos fenômenos quanto um reflexo de mais de uma modificação do próprio capitalismo. Atributos de todos os aspectos da sociedade, a pós-modernidade caracteriza-se por um processo de explosão que ocorre em todos os setores sociais, nos quais os sistemas assumiram novas configurações em outro ambiente. “O

¹ Pós-modernidade é também designada de capitalismo tardio (MANDEL, 1978), modernidade líquida (BAUMAN, 2001), sociedade pós-tradicional (GIDDENS, 1944), condição posmoderna (LYOTARD, 1984) entre outras denominações. Nessa dissertação não pretendemos discutir as diferenças conceituais dadas à atualidade. (KUMAR, 1997).

posmodernismo é tão hibridizado como qualquer período ou estilo; talvez apenas, um pouco mais.” (KUMAR, 1997, p.153).

A situação pós-moderna para a maioria dos teóricos, de acordo com Kumar (1997), se configura por um estado de fragmentação, pluralismo e individualismo. Vivenciamos o declínio dos Estados-nação, antes pretensiosamente soberanos, que hoje se hibridizam, pois as fronteiras nacionais “desaparecem” em prol do mercado mundial. A cultura, a economia, a política entre outras instâncias, são influenciadas por fatos que ocorrem a nível global. As cidades tornaram-se hegemonicamente cosmopolitas. Ao mesmo tempo em que observamos esses acontecimentos globais que aceleram os laços entre as nações, presenciamos também um fortalecimento das culturas locais, grupos minoritários – étnicos, gêneros, raças – promovendo, portanto, a coexistência do local e do global. Ou seja, ao lado da homogeneização mundial partilham-se os regionalismos, os nacionalismos e as etnias, abarcados no fenômeno global.

O tempo e o espaço também sofreram mudanças. Percebemos a aceleração das transformações tecnológicas, os bens materiais tornando-se obsoletos numa rapidez vertiginosa e à disposição do consumidor. A comunicação realizada globalmente, através da rede mundial, nos leva instantaneamente ao outro lado do mundo. Por isso, o tempo dá lugar ao espaço virtual, midiático. A vida cotidiana, as experiências psíquicas e a cultura estão predominantemente submergidas nas categorias do espaço que, com a ascensão das mídias e da indústria de propaganda, tornaram a realidade colada ao modelo, e, portanto, não se distinguindo do imaginário. A produção pós-moderna torna-se predominantemente visual e oral, desconectando-se passado, presente e futuro. Na visão pós-moderna todos os períodos são iguais – vazios e cheios, bem como interessantes e ao mesmo tempo desinteressantes. (KUMAR, 1997).

E em todos os aspectos pode-se reconhecer a influência pós-moderna: na arquitetura, nos espaços urbanos, no meio-ambiente, na cultura, economia, política, pois essa é a condição pós-moderna: o hibridismo de todos os aspectos da vida.

Império como Hardt e Negri (2006) denominam a sociedade contemporânea, fruto da globalização, corresponde a um aparelho social descentralizado, em que as fronteiras são quebradas e cuja estrutura híbrida torna-se capaz de comandar todos os registros sociais. Cabe ressaltar que o Império, nessa proposta, se diferencia do imperialismo, sistema de governo chefiado por um monarca, cuja autoridade imperial

centralizava o poder em suas mãos. No imperialismo, a soberania dos Estados-nação, impulsionou o colonialismo, modelo que não mais se opera na atualidade. O que se verifica atualmente, segundo os referidos autores, é uma nova forma de supremacia. A competição entre as potências imperialistas, na junção do poder econômico e político, foi substituída pela idéia de poder unificado, das leis internacionais que se destinam a regular e manter a ordem e a paz mundial. O que nas palavras dos autores é reconhecido como:

[...] *direito de intervenção*. Ele é geralmente concebido como o direito ou dever que têm os senhores dominantes da ordem mundial de intervir em territórios de outros senhores no interesse de prevenir ou resolver problemas humanitários, garantindo acordos e impondo a paz. (HARDT; NEGRI, 2006, p.35).

Significa, portanto, que as leis supranacionais são capazes de reconfigurar a lei interna dos Estados-nação determinando a lei dos Estados às leis internacionais, a uma globalização mundial. O poder único estabelecido em todos os lugares e em nenhum lugar destina-se à “[...] governança sem governo” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 31). Ou seja, o Império figura-se por uma totalidade imperceptível e, portanto, mais eficaz na integração de todos os atores sociais convocando-os a gerenciar “espontaneamente” a nova ordem mundial. Nossa responsabilidade ética, nossa impotência estão sendo medidas e nossas idéias de justiça, questionadas. O caráter de valores privados e individuais está dissolvido na dimensão universal, ganhando outras configurações mais flexíveis e moldáveis.

A substância política do Império, composta por uma série de organismos nacionais e supranacionais – a exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) – é regida pela lógica de comando regulador descentralizado. Nesse sentido, nenhum país ocupa uma posição de liderança mundial, ainda que alguns países possuam situação privilegiada, o Império abrange a totalidade do espaço, regulando a produção da própria vida social. Uma vez que os elementos que intermediavam o poder estão à margem, e não mais no centro, como no imperialismo, vivenciamos a existência de um novo paradigma de poder. A nova ordem mundial capta e distribui sua regulação em todo corpo social.

Dessa maneira, o poder se tornou integralmente vital na história das pessoas e abraçado pela sociedade, administra, produz e reproduz a própria vida: “O poder é, dessa forma, expresso como um controle que se estende pelas profundezas da consciência e dos corpos da população – e ao mesmo tempo através da totalidade

das relações sociais.” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 44). O mercado mundial é uma máquina de distribuição monetária e de poder, composta por uma linguagem própria, investe e “veste” a população mundial, tanto nas relações produtivas quanto nas relações sociais. Esse movimento acontece via rede mundial de comunicação, que rege e direciona as leis, o poder e o dinheiro. Através da linguagem, a potência da indústria de comunicação produz mercadorias e subjetividades, que as tornam interligadas ao poder e ao Império. O que se verifica é uma legitimação das relações sociais, do poder e da comunicação sendo realimentadas e regulamentadas umas nas outras, em um processo sistêmico de validação do Império.

Por outro lado, o Capitalismo Mundial Integrado (CMI), chamado por Guattari e Rolnik (2005), pode ser entendido como o início da compreensão do Império, uma vez que os autores caracterizam essa forma social já no início da década de setenta. Embora nessa época ainda não existisse o processo intenso de diluição de fronteiras territoriais e temporais em que nos encontramos hoje, os autores já anunciavam uma desterritorialização generalizada, o que, de fato, estaríamos por vivenciar. Nessa forma social, há uma grande ênfase no controle das subjetividades, exercido no cotidiano, na gerência do consumo, do lazer, da cultura, dentre outros. Para esses autores essa forma de comando planetária investe exacerbadamente nas subjetividades, produzindo-as “em série”.

Outros conceitos que não tratam da composição social diretamente, mas que também aparecem ao longo desse trabalho, dizem respeito às práticas “psi” e suas variadas formas. São eles, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Esses conceitos correspondem a práticas relacionadas não somente à Psicologia, embora nesse estudo, nos interesse o encontro dessa ciência com outros saberes e as maneiras como se constroem esses encontros. De um modo geral, o conceito de multidisciplinaridade é entendido como um conjunto de saberes propostos simultaneamente, mas as relações existentes entre eles não aparece, não acontece. Já nas práticas interdisciplinares, as relações entre os saberes se conectam, existindo um campo de saber superior que refaz toda a relação, na busca de redefinição dos campos originais. Em ambas as práticas, o campo das disciplinas é mantido.

Para falar de transdisciplinaridade é preciso introduzir reflexões sobre a complexidade, conceito que atravessa todo esse campo. Segundo a origem do termo, complexidade é “[...] o que é tecido junto [...]” (MORIN, 2002, p. 14), cujos

componentes – sociais, políticos, econômicos, culturais, psicológicos – são inseparáveis e interdependentes, que se interagem e retroalimentam uns nos outros. Isso não se traduz como uma realidade complicada, idéia difundida no senso comum. Para o referido autor, o surgimento do pensamento pós-moderno tenta atender às questões da diversidade, uma vez que a confiança modernista no indivíduo como princípio organizador da sociedade é substituída por um esforço relacional e interativo para se compreender a ordem social.

Em busca da realidade complexa, a concepção da ciência moderna da simplificação de um fenômeno e sua conseqüente explicação, tende a ser superada. Esse paradigma científico dilui o essencial e impede uma visão global da realidade. Na ciência contemporânea, a complexidade se refere à manutenção da vitalidade da realidade sem se fechar em uma única disciplina ou ciência, num esforço de sobrepujar explicações reducionistas – ciência moderna – e visões fragmentadas fruto das hiperespecializações. Ou seja, a complexidade se traduz em uma visão multidimensional da realidade e ela só pode ser alcançada quando as disciplinas invadem umas no campo das outras. E isso é o que se tenta alcançar na transdisciplinaridade.

Nesse campo, portanto, todos os saberes envolvidos “abandonam” suas “identidades” em prol da criação de um campo de saber autônomo e próprio, fabricando intercessores entre as disciplinas ². Nesse campo não há dominação de uma disciplina sobre outra, mas sim uma abertura de todas as disciplinas no que as atravessam e as ultrapassam. Nenhum saber é mais importante que o outro, a hierarquia desaparece, produzindo uma relação de poder horizontal. Essa abordagem sugere uma superação dos especialismos e dos métodos herméticos da ciência – dissolução dos discursos homogeneizantes – em uma visão contextualizada do conhecimento, da complexidade e a existência multidimensional da vida. Ou seja, a ciência é atravessada pelas e nas diversas configurações do cotidiano, das relações sociais, do espaço urbano, da economia, da política, da natureza e que se conectam emergindo a complexidade dessas relações. Um exemplo desse campo, conforme Vasconcelos (2002) seria o campo da Ecologia.

² Na concepção deleuziana, a noção de intercessor remete ao “entre” como espaço de invenção. O intercessor permite des-subjetivar, sair de si mesmo e abrir-se para a processualidade. Não corresponde a algo preexistente, a ser descoberto, mas a algo que deve ser criado a partir dos encontros, da desterritorialização.

Trata-se, portanto, de perceber que as dicotomias sujeito/ objeto, teoria/ prática, indivíduo/sociedade, tornam-se imprescindíveis de serem rompidas, sobretudo para se abarcar a complexidade e a processualidade existente na realidade. Para isso torna-se premente um entendimento da realidade como necessariamente assentada pelas relações que as atravessam. A desconstrução da universalização e unicidade das práticas e da realidade, fomentando a experimentação das relações transversais e intercessoras.

Experimentar o que acontece no “entre”, movendo os conceitos e criando outros tantos, fabricando objetos-sujeitos, abrindo a fronteira das disciplinas e tornando-as instáveis são as intenções do campo transdisciplinar. A instabilidade – abandono do conhecimento seguro – é o que mantém a tensão necessária à invenção de idéias, conceitos e práticas singulares, pois é a abertura – desestabilizadora da unicidade – que torna o campo das disciplinas capazes de mover entre uma e outra ultrapassando os especialismos e, portanto, promovendo a transdisciplinaridade. (PASSOS; BENEVIDES DE BARROS, 2000).

Cabe ressaltar que a proposta da transdisciplinaridade emerge como uma dimensão distinta às propostas da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade. Como vimos acima, na multidisciplinaridade e na interdisciplinaridade, as disciplinas possuem suas leituras distintas da realidade. Na multidisciplinaridade as leituras não se relacionam entre si, e na interdisciplinaridade as relações mantêm a visão separada de cada uma das disciplinas envolvidas. Por outro lado, na transdisciplinaridade, já presenciamos um articulação entre os saberes de cada disciplina, em busca de conexões e reflexões que possibilitem alterações dos campos de origem de cada uma delas. Para que essa complexidade emerja no campo, cada vez mais é preciso flexibilizar as fronteiras entre as disciplinas, pois a conservação dos saberes e disciplinas dificultam uma visão complexa da realidade e da vida:

Esta flexibilização se realiza através de diferentes procedimentos: o movimento de disciplinas que se somam na tarefa de dar conta de um objeto que, pela sua natureza multifacetada, exigiria diferentes olhares (multidisciplinaridade), ou, de outra forma, o movimento de criação de uma zona de interseção entre elas, para a qual um objeto específico seria designado (interdisciplinaridade). Mas o que vemos como efeito, seja da multidisciplinaridade, seja da interdisciplinaridade, é a manutenção das fronteiras disciplinares, dos objetos e, especialmente, dos sujeitos desses saberes. (PASSOS; BENEVIDES DE BARROS, 2000, p. 74).

Por outro lado, a transdisciplinaridade já implica, de fato, a derrubada de fronteiras entre as disciplinas, não somente sua flexibilização, apostando em um saber que não pertence a nenhuma disciplina, a nenhum campo específico, mas surge de uma zona de indeterminação em que algo novo possa ser criado. É preciso salientar que essa proposta é inovadora e emergente, mas com grandes dificuldades de concretização, tendo em vista fatores que criam impasses e polêmicas acerca do campo transdisciplinar. Dentre essas dificuldades podemos destacar a própria formação profissional em que o saber especializado propicia identidade profissional e nos diferencia das demais profissões. Embora isso tenda a promover um engessamento de nossas certezas, a formação profissional é bastante compacta e difícil de ser quebrada, ainda mais por se tratar de práticas que envolvem códigos de ética, regulações e legislações que competem a cada um dos saberes. Nesse contexto, as disciplinas estabelecem organizações corporativas que sustentam as fronteiras e o exercício profissional das práticas, mantendo os territórios disciplinares distintos, normatizando o que pertence a cada grupo. E não menos importante, encontramos a dificuldade de se estabelecer uma correlação entre os saberes quando se trata de diferentes linguagens, valores e escolhas teóricas pessoais e grupais. São desafios que atravessam a construção do campo transdisciplinar para a criação de novos territórios de saberes e que devem se agenciar em busca da complexidade e processualidade da vida. (VASCONCELOS, 2002).

E atravessando toda a dissertação e sustentando a abordagem teórico-metodológica que utilizamos para apreender o CRAS de Fortuna de Minas, aparecem termos como processos de subjetivação, subjetividade identitária, territorialização, desterritorialização, reterritorialização, que a Filosofia da Diferença também chamada Esquizoanálise, de Deleuze e Guattari apresenta para significar a subjetividade e suas diferentes maneiras de se conjugar e existir. Vale lembrar que ao longo do estudo, esses termos vão surgir no texto e serão explorados no que se refere às circunstâncias em que emergem.

A Filosofia da Diferença insiste na faceta inumana existente na realidade e que também faz parte da subjetividade. Essa teoria compreende que a subjetividade ligada ao sujeito e à interioridade, é somente um aspecto da subjetividade que se refere ao “[...] pólo identitário e sedentário [...]” (SCHÉRER, 2005, p.132). Em uma perspectiva esquizoanalítica é preciso se livrar desse raciocínio, na busca de

entender como o nosso “eu” mobiliza a produção subjetiva incorporal, migrando os territórios – dos quais possuímos e podemos vir a ser – como sujeitos nômades, dispostos a outros encontros. Encontros que estão à espera de navegar por outras trilhas, outros territórios antes desabitados, que corrompem a subjetividade e dela arranquem elementos fazendo-se um novo local de moradia. Isso é a conexão. O que agenciamos? Agenciamos encontros com uma música, uma estrada, com uma obra de arte, com uma pedra, tudo verdadeiramente existente pode tornar nossa subjetividade diferentemente do que a compunha anteriormente. Um processo transversal e imanente.

Nossa subjetividade é habitada por segmentos, linhas estratificadas e duras, sustentadas por representações que abarcam a classificação do sujeito como pertencente a uma raça, gênero, sexo, profissão e classe social. Essas linhas se mantêm por processos que se compreendem como binários como, por exemplo, homem *versus* mulher, negro *versus* branco, usuário *versus* especialista, comunidade *versus* profissional. Esses segmentos nos formatam em estratos, territórios, cuja composição é codificada como identidade. O segmento binário compõe as identidades individuais e grupais. De acordo com Deleuze e Guattari (1996) esses segmentos estancam a circulação da vida e operam cortes e recortes que configuram a forma de a espécie humana se colocar no mundo. Têm ainda como objetivo estabelecer métodos de hierarquização e de organização.

Além dessas linhas duras, a subjetividade é atravessada por forças e fluxos que possuem outro funcionamento e que escapam à homogeneização, convocando a heterogênesse. Por também ser formada por linhas relativamente flexíveis a subjetividade oscila entre o território já estabelecido – a faceta formal identitária – e as linhas de fuga, que trazem a desterritorialização, o novo. O que ocorre é que as linhas flexíveis nos conectam com uma infinidade de entornos, de fluxos que vêm de “fora”, correspondendo a uma zona de indeterminação entre as linhas duras e as linhas de fuga. Nas palavras de Márcio Borges, compositor mineiro:

É que nunca temos, nem podemos ter jamais, idéia suficientemente clara desse aglomerado indistinto [...], pois um pouco mais de exatidão nos lança num abismo fundo demais, em tudo e por tudo inimaginável. (BORGES, 2002, p. 221).

Conforme Deleuze e Guattari (1996), as fissuras no segmento possibilitam a formação de linhas de fugas, que se dá no molecular, mas passa para o molar, para

o visível, onde se vê sua efetivação ³. Essas linhas escapam ao território existencial habitado até então, e produzem uma desterritorialização, para permitir a passagem dos fluxos da vida e derivar em uma criação/invenção. Somos então habitados por uma estranheza, afetados por sensações desconhecidas que se viabilizam em agenciamentos, que nos levam à produção do inédito, sustentando diferenças singulares. Com isso tornam-se obsoletos os valores subjetivos que antes habitavam a nossa casa, o nosso território identitário. Em outro lugar reconfigura-se algo inteiramente novo, mas que também se torna recolocado e estabelecido. Essa é a processualidade da vida: habitar um território, ser afetado pela exterioridade de forças inumanas, desterritorializar e, novamente reterritorializar. Esse é o processo de subjetivação, de invenção. E são as linhas de fuga que convergem o estranhamento – transhumano – em processos singulares de subjetivação. O transhumano como perda de sentido de nossa identidade que nos aponta para a “[...] infinitude do ser enquanto pura produção [...]” (ROLNIK, 1995, p. 97). Esse processo é o que a Filosofia da Diferença denomina subjetivação. Ou seja, a subjetividade em seu território fixado – linhas duras – se abre – linhas flexíveis e os acontecimentos que emergem dessa abertura produz novas conexões inventivas – linhas de fuga convocando habitarmos outro território. Isso porque um território também é composto pela capacidade de afetar e ser afetado, pela dimensão inumana dos efeitos que, quando agenciada, pode levar à desterritorialização que em seguida, compõe um novo território existencial. (ROLNIK, 1995).

As linhas duras exercem-se voluntariamente e correspondem à subjetividade psicológica. De acordo com Rolnik (1995) a subjetividade não se reduz a esse aspecto, ela também possui uma face sensível, são os mapas de sensações, em que involuntariamente afetam a nós e aos universos que nos rodeiam. Essa dimensão da subjetividade produz afetamos que compõem a nossa existência. Isso significa que o lado inumano, os afetamentos, compõe e produz a existência humana em novos contornos de mapas. Vale ressaltar que esse mapa de

³ Esses termos foram retirados da Química, por Gilles Deleuze e Félix Guattari. O molar corresponde ao que existe no visível, correspondendo às estruturas sociais que capturam os fluxos da vida em determinados estratos, territórios. Por outro lado, o molecular, corresponde à dimensão invisível e tem como característica a produção desejante, propiciando o agenciamento de fluxos desterritorializados, que fluem ao acaso. Cabe salientar que, de acordo com Deleuze e Guattari (1996) o molar e o molecular, não se distinguem pelas dimensões quanto ao tamanho, mas a diferença é qualitativa que se dá pela natureza de seu funcionamento. O molar territorializa, sobrecodifica e segmenta e o molecular, desterritorializa, agencia o que escapa em direção à invenção.

sensações não tem relação com os nossos sentimentos, pois esses compõem a subjetividade psicológica.

Sob o olhar da Esquizoanálise, a realidade é imanência, e não transcendência, lógica hierárquica. Diferentemente da dialética, em que ou se é escravo ou dono, podemos pensar o mundo como conexão e existência de todas as forças e elementos. Ou seja, a luz e a escuridão, o dia e a noite, são partes de uma mesma força, em que um contém e está contido no outro. “Não existiria sem se não houvesse o silêncio. Não haveria luz se não fosse a escuridão. A vida é mesmo assim, dia e noite, não e sim...” (SANTOS, 1984).

Nessa perspectiva, os processos de subjetivação são entendidos como o conjunto de instâncias individuais / sociais e pré-individuais, fabricados pelas máquinas sociais, pela mídia, pela linguagem, dentre outras – uma heterogênesse de componentes – que através dos agenciamentos produzem novas formas de subjetivar-se. Uma idéia de processualidade, sempre nascente, emergente de se conectar com alguma coisa que a torne uma nova forma de existir. É “[...] quando deixo de ser eu.” (COUTO, 2008, p. 13).

Os processos de subjetivação são sempre coletivos, pois todos componentes sociais também são parte integrante e integradores da subjetividade. Só produzimos subjetividades através dos afetamentos do “fora” que nos impulsionam e pressionam a ruptura do sentido, corrompendo a nossa subjetividade a se abrir e criar novo sentido. Obriga-nos, portanto, a trilhar novos caminhos. É aquilo que estava pairando no ar e ainda não tinha sido sentido, conectado. Mas em algum momento irrompe, estranhamos e depois damos novo sentido. Essa é a construção e o processo de territorialidade presente na subjetivação.

As idéias da Filosofia da Diferença buscam compreender as relações em atenção aos modos de funcionamento. Do ponto de vista filosófico convencional pode-se dizer que a Esquizoanálise é um “MATERIALISMO, NEO-FUNCIONALISTA, MAQUÍNICO [...]” (BAREMBLITT, 1998, p. 71). Ou seja, esse pensamento insiste na maneira, no como as relações acontecem, como elas produzem e fabricam processos que mantêm o estado das coisas, a reprodução de modelos instituídos e as possibilidades de novas conexões. Não se trata das representações, mas sim das experiências vividas, afetos, intensidades, de desejos potencializados. Compreendendo-se também a existência de atravessamentos e de zonas de força produtivas que compõem esse processo.

Subjetivação é uma noção complexa, pois depende da articulação dinâmica da realidade, no cruzamento das diversas instâncias – sociais, químicas, biológicas, arquitetônicas, de poder, corporais, sexuais, étnicas, culturais, tecnológicas, dentre tantas outras – para conjugar / compor / arranjar a produção subjetiva. Trata-se, portanto, de uma multiplicidade de elementos conjugados. Esse processo não deve ser confundido com a idéia de um corpo e subjetividade estilhaçados, fragmentados que perderam sua unidade e caíram num vazio. O que acontece é uma emergência do coexistir do estado de coisas em que nos encontramos, a diluição da contradição – não somos isso ou aquilo – somos compostos e conjugados pela geografia de estados intensivos, com contornos abertos à construção de novos mapas. (PELBART, 2000).

Romagnoli (2004) nos aponta para a visão esquizoanalista sobre a realidade, como pura produção. Tudo que existe é produzido tanto para o novo – inventivo, como para o que já foi produzido e como para impedir a produção. Somos produção, reprodução e antiprodução, acontecimentos conjugados simultaneamente nas relações. Vale dizer então, que criamos, copiamos e estagnamos as coisas, nossos encontros e a nós mesmos, tudo ao mesmo tempo. Esse é o processo subjetivo, que não se reduz somente ao indivíduo e à interioridade, mas também diz respeito à exterioridade e a situações que convocam composição. Isso impulsiona o sujeito à criação e em processos de subjetivação inventivos na produção de singularidades. Singularidades nos encontros que emergem no campo do indizível, invisível, mas experimentado, sentido, reconfigurando os territórios subjetivos. Somos povoados pelas representações, modelos, teorias, conceitos – subjetividade identitária/ território fechado – mas também por forças, devires, movimentos – subjetivação; proporcionando vir-a-ser outro território, de caminhos desconhecidos, mas pulsantes de desejos. Desejo como potência criadora, de estar no mundo sem certezas do que podemos encontrar e de poder refazermos a cada encontro.

A subjetividade identitária pode ser entendida somente como uma parte da subjetividade. A identidade pode, dessa maneira, ser abordada como uma idéia de “eu” imutável, inseparável, relacionada à essência, concebida pela unicidade. Uma “[...] representação universalista da subjetividade” (GUATTARI, 1992, p.13) que reduz a sua potência criadora, fixando-a num território fechado. Esse raciocínio de subjetividade identitária inscreve-se no campo da representação tradicional das ciências humanas. Entretanto, esse território é passível de produzir novas maneiras

de se conjugar, conforme se compreende a subjetividade como processo de subjetivação, em que a territorialidade promove desestabilizações e se refaz em um novo território. Isso configura o processo constitutivo da subjetivação.

Vejamos então a territorialização. Todo processo acontece pela territorialização, desterritorialização e em seguida, reterritorialização. Des-reterritorialização Território pode ser entendido como “[...] sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma.” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 388), sendo um conjunto de representações desempenhadas nos tempos, espaços sociais, culturais, cognitivos, entre outros. O que pode acontecer é o abandono desse território criado, arrancando do seu domínio para ocupar outro lugar, com outro sentido – desterritorialização – conectando-se a outros arranjos, encontros, que produzem a criação de um novo território – reterritorialização. Estamos, portanto, passando de um território a outro, fundando novos territórios e novas subjetivações.

E, finalmente, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e suas implicações com a Assistência Social e a Psicologia. O CRAS é compreendido como um equipamento “porta de entrada” da Assistência Social na prevenção de riscos pessoais e familiares, instalados em todo país, na busca de autonomia e emancipação das famílias de baixa renda. Será?

A Assistência Social é uma política pública que visa garantir a todos, que dela necessitarem, sem contribuição prévia, a proteção social. Essa proteção possui três vertentes: as pessoas, as suas circunstâncias e a família. A concepção da Assistência Social como política e como direito à proteção e seguridade social através da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), trouxe uma nova abordagem a essa política. A inserção da Assistência Social no campo da seguridade social, a configura como política articulada à saúde e à previdência social. Sendo um direito do cidadão, pretende prover os mínimos sociais para garantir as necessidades básicas, segurança de sobrevivência – rendimento e autonomia, segurança da acolhida – alimentação, vestuário e abrigo – e convívio familiar.

As diretrizes da Assistência Social baseiam-se na descentralização das ações, sendo de responsabilidade da esfera federal a coordenação e normas gerais, e aos estados e municípios a coordenação e execução dos programas e projetos. Sendo assim, se pretende garantir o comando das ações em cada esfera de governo respeitando as diferenças e características territoriais locais. Outra diretriz é a participação da população por meio de organizações representativas, na

formulação e controle das políticas, como por exemplo, os conselhos da Assistência Social, do idoso, da criança e do adolescente. Ainda em relação às diretrizes, entende-se que o Estado é prioritariamente responsável pela condução da política de Assistência Social, da concepção e implementação dos benefícios, programas, projetos e serviços que são voltados para a família, na garantia da convivência familiar e comunitária.

O CRAS integrante da política de Assistência Social é uma unidade pública que se localiza em áreas de vulnerabilidade social, responsável pela execução de serviços, programas e projetos de proteção social básica – prevenção – que potencializam a família como unidade de referência, reconhecendo os diversos arranjos familiares, valorizando as particularidades de cada grupo familiar, fortalecendo esses vínculos e articulando-os com seu contexto comunitário. A oferta de serviços deve ser voltada às crianças, adolescentes, idosos, ao enfrentamento da pobreza, à geração de trabalho e renda, acompanhamento das famílias beneficiadas pelo governo federal – como o programa Bolsa Família entre outros. A equipe dos CRAS deve também prestar informações e orientações para a população sobre direitos, benefícios, bem como a inserção das famílias nos serviços de Assistência Social local.

O CRAS, portanto, é parte dessa política de Assistência Social, na rede de proteção social visando a garantia dos direitos básicos dos cidadãos. Esperamos desvelar a processualidade e a complexidade que são inerentes ao CRAS, nas páginas que se seguem.

3 ARTIFÍCIOS METODOLÓGICOS

“Devemos fazer tudo para desenvolver nossa racionalidade, mas é em seu próprio desenvolvimento que a racionalidade reconhece os limites da razão e efetua o diálogo com o irracionalizável.”

Edgar Morin

A escolha metodológica pretende ter significado e coerência com as escolhas teóricas que constroem uma dissertação de mestrado. Meu encontro com a Filosofia de Diferença de Deleuze e Guattari aconteceu ainda no curso de graduação em Psicologia que por um período ficou guardado na memória, mas não experimentado. Por outro lado, durante minha trajetória profissional percebi que carregava uma bagagem teórica que não era mais suficiente para dar conta da realidade complexa que vivenciava. Por isso, o resgate desse primeiro encontro tornou-se necessário para afinar a realidade e as inquietações presentes nessa pesquisa.

A Psicologia está sendo convocada a responder às novas complexidades do mundo contemporâneo. Na época do Império, assim chamada a contemporaneidade por Hardt (2000), as fronteiras desmoronam, a comunicação é em rede, o capital está em tudo e as subjetividades se constroem a partir dessas mudanças. As relações humanas se modificam a uma velocidade frenética e devemos pensar como a Psicologia pode contribuir para compreender e intervir nessas transformações. Problematizar o mundo em que vivemos a partir da complexidade da vida e das relações parece se aproximar mais do que vivenciamos. A subjetividade identitária e as super especializações são modelos construídos na modernidade, período em que se buscava a ordem, a formatação e a mensuração de todas as formas de ciência e da subjetividade. Como se sabe, as Ciências Humanas pautadas nas Ciências Naturais tentaram compreender o mundo e a realidade pelo uso da razão, onde, sujeito e racionalidade eram compreendidos como transcendentais e totalizantes. Com isso, “[...] o homem teria acesso às verdades do mundo.” (VEIGA-NETO, 2002, p.27).

Entretanto, no mundo pós-moderno em que as relações são fluidas, não comporta mais, no nosso entender, uma ciência que pretende apreender o mundo pela racionalidade, uma subjetividade estanque, nem mesmo uma busca da verdade. De acordo com Veiga-Neto (2002) a impressão – antes abordada com

desconfiança na modernidade – é uma conformação sobre o mundo. Hoje, interessa pensar como se compreende a realidade, o sentido que se dá ao mundo através dos enunciados que o constituem e ao mundo que estamos construindo com a produção de conhecimento. Não há, portanto, uma perspectiva que privilegie uma maneira de melhor entender a realidade – social, econômica, cultural, entre outras – nem mesmo princípios universais pretensiosamente interessados em ser validados *ad eternum*. A realidade pós-moderna evoca o “[...] abandono da esperança de haver um lugar privilegiado a partir do qual se possa olhar e compreender definitivamente as relações que circulam no mundo [...]” (VEIGA-NETO, 2002, p.35) para estabelecer problematizações acerca da complexa realidade com a qual nos deparamos. Pensar essa realidade como um vir-a-ser, como um desenho que possa ser construído e reconstruído continuamente é a proposta da Filosofia da Diferença, em resposta à fluidez pós-moderna. Uma busca pouco pretensiosa e de certa forma humilde sobre o entendimento da processualidade dos acontecimentos.

A complexidade busca superar a separação e especialização da ciência com a intenção de “mesclar” o pensamento que se produz nas disciplinas, ultrapassando as diferenças e engendrando encontro com diversos saberes. Aposta-se, portanto, na dessacralização dos saberes e da verdade, em novos modos de existência, “[...] não da mera solução dos problemas, mas criação de novas questões.” (BENEVIDES DE BARROS; PASSOS, 2003, p. 84). Neste contexto, não é por acaso que a Filosofia da Diferença tem como método de pesquisa a cartografia.

Na tentativa de abarcar essa complexidade usamos a cartografia como método uma vez que essa ferramenta busca rastrear a realidade e os encontros das subjetividades sempre em movimento, prontos para serem atualizados. Cartografar significa navegar entre as paisagens que se dão nos encontros, capturar intensidades, onde se registram os encontros e não os objetos. A cartografia não pretende ser neutra uma vez que nesses encontros, sujeitos e objetos tornam-se outros, um terceiro e assim por diante e infinitamente (KIRST *et al*, 2003). Nessa proposta a implicação do pesquisador é essencial, pois esta é usada para mapear as intensidades, as composições e decomposições dos territórios, desenhando as linhas que se articulam. Essas linhas às vezes são duras, correspondendo ao que está estabelecido e instituído e mantendo os modelos e as formas identitárias, mas também, dependendo das circunstâncias, podem ser flexíveis, produzindo potência

de vida, desterritorializações e inaugurando criações instituintes, que trazem o impensado, o inédito.

Cabe ressaltar que na cartografia não existe o mais correto, o mais verdadeiro e sim o momento presente e singular que se dá entre os encontros, pois seu objetivo é exatamente mapear o transitório, o local, o campo de forças que acompanha determinada situação, visando abarcar provisoriamente a complexidade que ali atua (MAIRESSE, 2003). Também não se quer a busca do novo pelo novo, pois isso sugere a descartabilidade de um modelo capitalístico. A intenção cartográfica se faz na singularidade dos momentos que sempre se atualizam, que se querem produção de modos de existência conectados com a pluralidade e com a resistência. Resistir, para além do conceito psicanalítico, reverter a apreensão da vida ligada ao capital, escapando da lógica dominante de consumo para captar a potência de vida, a força vital, a invenção. “Urge uma revolta contra a rotina do olhar.” (TIMM, 2003, p.166). Há coexistência entre resistir/ inventar e reproduzir, por isso o cartógrafo desenha as forças que mantêm a lógica dominante e as linhas de fuga arrancando as sensações, produzindo redes de significações.

A partir dessa perspectiva propusemos a estudar o CRAS de Fortuna de Minas - MG fazendo um desenho cartográfico de uma unidade ainda recente nas políticas públicas, revelando a trama subjetiva que emerge nos encontros e traçando territórios que se constroem entre profissionais e usuários do CRAS.

3.1 Sobre os CRAS

A Constituição de 1988 efetiva a Assistência Social como política pública, objetivando desvinculá-la dos tradicionais modelos assistencialistas, compreendendo-a como garantidora dos direitos da cidadania (BRASIL, 1988). O Sistema Único da Assistência Social (SUAS), implantado em 2005 em todo território nacional, define e organiza toda a política da Assistência Social, reordenando a gestão, visando ações descentralizadas e participativas em todo Brasil. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2006a). A partir desta perspectiva, o SUAS estabelece duas formas de proteção social, que se ocupam das vulnerabilidades e riscos que os cidadãos enfrentam em sua trajetória

de vida ⁴. A proteção social básica e a proteção social especial compõem estas duas formas, sendo a primeira, responsável por prevenir situações de risco, e a segunda, já intervindo em casos em que há situações de risco com ou sem rompimento dos vínculos familiares.

As políticas públicas têm atualmente o foco na família, por compreendê-la uma organização básica da vida humana, associada à matricialidade sócio-familiar. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades da família, pois para que essa seja capaz de proteger seus membros, é necessário, antes de tudo, que a própria organização familiar tenha condições de sustentar-se e firmar-se como tal. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2004).

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é um equipamento público que se enquadra na proteção social básica, atuando na perspectiva de prevenção de situações de risco. O CRAS fica localizado, obrigatoriamente, em territórios onde há presença de vulnerabilidades e risco social, enfocando a família e os vínculos comunitários. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2006a). Este equipamento é responsável pela oferta de serviços às famílias, grupos e indivíduos, atuando como proposta de prevenir os riscos pessoais, familiares e comunitários. No CRAS, há necessariamente o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) que privilegia ações dos profissionais relacionados aos serviços prestados pelo CRAS e pelo PAIF, na busca de impactos nos modos de existência dos usuários, o fortalecimento dos vínculos familiares/comunitários e prevenção de situações de risco.

A mudança de proposta e atenção ao usuário na Assistência Social, a partir de sua Lei Orgânica – LOAS - (BRASIL, 2001) em noventa e três, deixa de ser puramente assistencialista e ganha novo enfoque, visando a garantia dos direitos do cidadão, a promoção de autonomia, da superação dos ciclos de pobreza e responsabilização do poder público e da sociedade civil (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2006a). Essa mudança levou a Assistência Social a ganhar maior visibilidade e importância nas políticas públicas,

⁴ Segundo Filgueiras (2004) a vulnerabilidade refere-se à capacidade de resposta frente a situações de risco e uma probabilidade de ocorrer um declínio no bem estar bem como uma piora da condição social. A precariedade/instabilidade do trabalho e o enfraquecimento das organizações primordiais de proteção social são considerados, pela autora, as duas maiores fontes de vulnerabilidade. “Constituem ‘risco’ os eventos que possam prejudicar o bem estar”. (FILGUEIRAS, 2004, p.28).

gerando novos programas e projetos que se compõem de equipes multidisciplinares, das quais o psicólogo é parte importante. Caracterizando-se por uma proposta muito recente, iniciada em 2003, há grande relevância em se investigar as relações e ações desenvolvidas nos CRAS, seus impactos para as comunidades e também para a Psicologia, uma vez que propõe intervenções bastante distintas dos modelos tradicionais da Psicologia. Por se tratar de um fazer em políticas públicas e de um modelo bastante recente da Assistência Social, torna-se prudente analisar os primeiros caminhos de intervenção da Psicologia, bem como das construções subjetivas que ocorrem neste campo de trabalho.

O CRAS fazendo parte desta política pública, como proposta de unidade de atenção social básica, é composto por psicólogos, assistentes sociais, coordenador, auxiliar administrativo, educadores sociais entre outros. Localizado em regiões de risco e vulnerabilidade social, pretende ser a “porta de entrada” da Assistência Social, na busca de geração de renda, promoção da autonomia e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Em 2003, inicia-se a implantação destas unidades públicas em trezentos e um municípios brasileiros, dos quais Fortuna de Minas, no estado de Minas Geras, é um dos pioneiros. A partir de uma conversa informal com o coordenador desse CRAS, obtivemos a informação de que o município de Fortuna de Minas foi um dos primeiros municípios a elaborar o projeto de implantação dessa unidade. Esse projeto foi enviado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e sua aprovação deu início às atividades que hoje possuem. Ainda de acordo com o coordenador, posteriormente, o MDS introduziu e “ofereceu” aos municípios a implantação desse órgão. No caso de Fortuna de Minas, diferentemente dos outros municípios, não recebeu o convite para implantação, mas se ofereceram a realizar a empreitada de elaboração e implementação do CRAS:

P4: “O ministério que implantou ele não deu nenhum apoio, não tinha nenhum traçado metodológico pra gente tá trabalhando [...]”

Nesse período a equipe que na época era composta por pedagogos e assistente sociais, conhecia poucos CRAS desenvolvidos – como o de Belo Horizonte, Minas Gerais – e a partir de estudos e diagnóstico do município realizaram a elaboração do projeto do CRAS.

3.2 Sobre o CRAS de Fortuna de Minas – Minas Gerais

Diário de bordo

A equipe do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Fortuna de Minas - MG possui dois psicólogos, dois assistentes sociais, um coordenador, um nutricionista, um auxiliar administrativo e oito educadores sociais/monitores. Os quadros abaixo mostram dados das entrevistas realizadas entre janeiro e novembro de 2008.

O primeiro quadro apresenta o perfil da equipe de profissionais que trabalham atualmente no CRAS de Fortuna de Minas – MG e o cronograma referente às datas em que as entrevistas foram realizadas.

Entrevistado	Profissão	Idade	Tempo de formado	Tempo de trabalho no CRAS
P1	Psicólogo	38	8 anos	5 anos
P 2	Assistente Social	34	5 anos	1 ano e 8 meses
P 3	Assistente Social	40	8 anos	3 anos
P4	Pedagogo	38	15 anos	5 anos
P8	Psicólogo	25	2 anos	10 meses

Quadro 1: Perfil dos entrevistados: profissionais do CRAS

Fonte: Dados da pesquisa

Cronograma das entrevistas:

Dia 22/01/08 foram realizadas entrevistas com P1 e P2.

Dia 19/03/08 foram realizadas entrevistas com P3 e P4.

Dia 21/11/08 foi realizada entrevista com P8.

O segundo quadro mostra o perfil dos usuários do CRAS de Fortuna de Minas e o cronograma referente às datas das entrevistas.

Entrevistado	Usuários– serviços utilizados	Idade	Tempo de acompanhamento	Familiares que participam das atividades
P5	“Fiando e desfiando” “Cantina da cidadania” “Dança”	39	6 anos	Filhos participaram da “Cantina da cidadania”. Hoje freqüentam o “Telecentro”, “Pró-jovem”, “Xadrez” e “Dança”.
P6	Atualmente não freqüenta. Já participou do “Telecentro” “Dança” e Curso de “Doces e salgados”	46	Não soube informar	Filha de 12 anos participa da “Dança” e do “Xadrez”. Filha de 16 anos participa do “Pró-jovem”. Cônjuge fez curso de “Garçom”.
P7	Não utiliza mais os serviços Participou do “Fiando e desfiando a vida”	37	6 anos	Não há familiares participando.

Quadro 2: Perfil dos entrevistados: comunidade

Fonte: Dados da pesquisa

Cronograma das entrevistas:

Dia 24/09/08 foram realizadas entrevistas com P5 e P6.

Dia 21/11/08 foi realizada entrevista com P7.

O cotidiano

Durante a primeira entrevista aconteciam aulas de capoeira compostas em sua maioria por crianças da comunidade. O som do berimbau ecoava ao fundo da entrevista. Os técnicos anunciam que a maioria das atividades está interrompida no período de janeiro, pois aguardam a liberação de verbas que são repassadas anualmente. Na dinâmica de funcionamento administrativo do CRAS, ao final de um ano os gestores municipais devem prestar contas sobre como foi gasto o dinheiro. O parecer e avaliação desses gastos são feitos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que liberam as verbas do ano seguinte. Entre a avaliação e liberação da próxima verba, os CRAS ficam sem recursos para a

continuidade das atividades. As verbas ficam suspensas até que haja liberação do MDS com isso, o dinheiro repassado chega depois que o ano já prosseguiu por um ou dois meses.

Nesse período em que as verbas são suspensas temporariamente algumas atividades realizadas dentro do CRAS, principalmente as que dependem de material para serem realizadas, no caso de Fortuna de Minas uma delas é o feitiço de panos de prato, ocorre uma paralisação das intervenções dos técnicos nesses grupos. Além disso, há uma ruptura nas relações entre usuários e técnicos, entre os próprios usuários e a prática. Des-encontros.

Essa situação em que há dependência da transferência das verbas é frequente nas unidades. Durante meu trabalho como coordenadora de um CRAS, no mês de janeiro, essas paralisações aconteciam com as oficinas de dança e capoeira quando os professores não tinham seus contratos renovados. Os contratos dos profissionais também eram realizados anualmente e suas renovações dependiam da verba federal. Enquanto a verba anual não era repassada os salários dos funcionários do CRAS também ficavam suspensos. Em algumas dessas situações, para evitar o atraso dos pagamentos dos funcionários, a prefeitura arcava com as despesas salariais e repunha em seu caixa, assim que a verba federal era liberada. Janeiro, mês de suspensão das verbas, coincide com o mês em que as crianças e adolescentes encontram-se em período de férias escolares. A angústia tomava conta dos profissionais envolvidos, pois havia dúvida se continuariam a exercer suas funções, enquanto os usuários queixavam-se de ociosidade. A tensão tornava-se presente nesses períodos. Os usuários frequentavam o CRAS mesmo sem haver atividades, possivelmente para manterem-se vinculados àquele lugar. Os profissionais sentiam-se pressionados pela comunidade, sem materiais ou com restos de materiais, desmotivados a realizarem suas atividades sem salário.

Rupturas das relações atravessadas pelo capital. O serviço de ação continuada, descontinuado.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é:
1.1 a unidade pública estatal responsável pela oferta **de serviços continuados** de proteção social básica [...]. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2006a, p.13, grifo nosso)

Pode-se pensar que a gerência da vida, e, portanto, das subjetividades não escapam à sutil sujeição da globalização e do capital. Nesse contexto, as

subjetividades ficam passivas e dependentes, na espera das verbas para que algo aconteça. Quase toda a vida fica encapsulada na impossibilidade que a falta de dinheiro acarreta.

Já no segundo encontro, após dois meses, o ritmo e a música da aula de dança embalavam a entrevista com a equipe. Estavam presentes também mulheres “Fiando e desfiando a vida”, grupo de geração de renda que confecciona panos de prato. Havia também usuários para cadastramento e inclusão nas atividades do CRAS bem como no Programa Bolsa Família ⁵. Outras atividades dessa unidade ainda não “apareceram” durante as entrevistas e a observação participante por acontecerem em horários distintos da presença do cartógrafo naquela unidade.

A cidade. O fim do mundo

Conta-se que, na região onde hoje se encontra a cidade de Fortuna, havia uma várzea de sal gema ⁶. Esta atraía o gado das redondezas, que vinha pastar na localidade, engordando sensivelmente. Por isso, os vaqueiros diziam que o lugar valia uma fortuna e, quando se perguntava a um deles para onde ia, a resposta era: “vou à Fortuna!”. O local passou a se constituir, então, como ponto de encontro dos vaqueiros e viajantes que saíam de Pitangui com destino a Sabará, formando-se aí um rancho para a pousada dessas pessoas. Tempos depois, um fazendeiro doou terras para que se erguesse uma capela em homenagem a Santo Antônio, dando origem ao povoado. (HISTÓRIA..., 2009).

Duas mil quatrocentas e cinqüenta e quatro pessoas habitam Fortuna de Minas. (IBGE, 2000). O silêncio de uma rua onde quase não há movimento de carros. Os sons surgem dos burburinhos de conversas, das músicas, do telefone.

⁵ O Programa Bolsa Família (PBF) é a unificação de quatro programas de transferência de renda (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-gás e Cartão Alimentação). As famílias que “[...] podem ser inseridas no PBF [...] cuja renda familiar *per capita* mensal atinge, no máximo, R\$ 120,00. Dentre estas, as famílias com renda *per capita* mensal de até R\$ 60,00 são elegíveis independentemente de sua composição; e as famílias com renda *per capita* mensal entre R\$60,01 e R\$ 120,00 podem ingressar no Programa, desde que apresentem em sua composição crianças e adolescentes de até 15 anos, gestantes ou mães que estejam amamentando. [...] Cada família recebe entre R\$15,00 e R\$95,00 por mês, dependendo da sua situação socioeconômica e do número de crianças e adolescentes até 15 anos e gestantes.” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2006b, p.15-16). Esse benefício possui condicionalidades entre eles: matrícula e frequência escolar das crianças entre 6 e 15 anos, vacinas das crianças até 7 anos, acompanhamento de gestantes, entre outros.

⁶ Sal de rocha que é retirado das minas subterrâneas que são resultantes de mares e lagos antigos que secaram.

Uma cidade rodeada de montanhas, rural e ao mesmo tempo urbana. Asfalto e chão batido compõem a paisagem da cidade. Computadores ao lado de uma horta. Fortuna de Minas vista de um técnico diz mais ou menos assim:

P1: “No meu primeiro dia de trabalho, saí de Sete Lagoas e peguei um ônibus, fiquei assustado, pois nada acontecia na cidade, achei que aqui [Fortuna de Minas] era o fim do mundo”. (Informação verbal)⁷



Figura 1: Jovens no cultivo da horta
Fonte: Acervo do CRAS de Fortuna de Minas

Atualmente o CRAS possui trezentas e oitenta e quatro famílias cadastradas e acompanhadas pela equipe técnica. Os projetos desenvolvidos atualmente no CRAS são:

PROJETO CANTINA DA CIDADANIA

Esse projeto visa a atender pessoas idosas acamadas e/ou desnutridas; crianças e adolescentes desnutridos/ mal nutridos e/ou acamados; gestantes e nutrizes em situação de risco; bem como obesos, hipertensos, diabéticos, alcoolistas e pessoas com câncer. Seu objetivo é garantir a estes usuários formas de nutrição que lhe propicie repor ou complementar a alimentação diária, melhorias do quadro clínico e da qualidade de vida.

PROJETO FIANDO E DESFIANDO A VIDA

Nesse outro projeto, as famílias sem renda ou com renda insuficiente para a garantia dos mínimos básicos para sobreviver são o foco desse projeto. A intenção é

⁷ Dados da observação participante. Pesquisa de campo realizada em Fortuna de Minas - MG em 22/01/2008.

uma oficina para manufatura de panos de prato e congêneres, como mecanismo de geração de renda de famílias na linha de pobreza.



Figura 2: Mulheres no Projeto “Fiando e Desfiando a Vida”
Fonte: Acervo do CRAS de Fortuna de Minas

PROJETO CENTRO DE INTERMEDIÇÃO PARA O TRABALHO

Para os jovens maiores de dezesseis anos e adultos excluídos do processo de trabalho e renda, esse projeto visa proporcionar capacitação para mão-de-obra desocupada e/ ou desempregada. Há, portanto, parceria com a prefeitura municipal que oferece cursos profissionalizantes do Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequenas Empresas (SEBRAE) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

PROJETO DANÇANDO PARA O FUTURO

Oficinas de dança (Jazz, Balé, Jazz de rua, *street dance*, *swing*) e capoeira para crianças a partir de sete anos, adolescentes e terceira idade. O objetivo é estimular a auto-estima, a melhoria da qualidade de vida através da dança como forma de exteriorizar emoções e ampliação do convívio social.

TELECENTRO

Programa realizado pelo governo do Estado de Minas Gerais que utiliza o espaço do CRAS. Contudo a equipe do CRAS acompanha as atividades, os usuários e os monitores. Seu objetivo é a inclusão digital de toda população local.

PROJOVEM ADOLESCENTE

Serviço do Governo Federal que atende aos jovens entre quinze e dezessete anos, constitui-se de, no mínimo vinte e, no máximo vinte e cinco jovens. Sendo uma

reformulação do Agente Jovem propõe um novo traçado metodológico. É ofertado no espaço do CRAS e seus técnicos são responsáveis pelo acompanhamento das famílias dos jovens e assessoramento ao orientador social. Os objetivos são a permanência ou retorno à escola, assistência às famílias dos participantes e prevenção de situações de risco. Para isso, são realizadas ações socioeducativas como esporte, cultura, formação inicial para o trabalho e ações comunitárias. O xadrez é uma das atividades desenvolvidas dentro do ProJovem.



Figura 3: Aulas de xadrez

Fonte: Acervo do CRAS de Fortuna de Minas

Outros dois projetos que fazem parte do CRAS são a Feirinha e a parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER). A feirinha tem o objetivo de divulgar e vender os produtos confeccionados no CRAS e parte da produção de legumes e verduras da EMATER fica destinada aos usuários que necessitam desse auxílio. O cartógrafo não teve acesso detalhado sobre esses projetos, descrevendo apenas o que obteve de informações durante as entrevistas.

A geografia

A estrada que leva a Fortuna de Minas é estreita, não possui acostamentos. Ao longo do caminho o cartógrafo se depara com fazendas, vegetação em tons de verde e marrom, um pouco árida, pois a estação é o inverno. Apesar disso, faz muito calor, o sol é forte. O gado pasta. As placas indicam fazendas, pesque-pagues, venda de verduras e cachaças, durante um trajeto repleto de curvas. As montanhas dão a impressão de se aproximar à medida que percorremos o caminho. O tempo

parece não passar. E a cidade demora a dar seus sinais. A primeira cidade que se avista ainda não é o destino do cartógrafo, ainda há caminhos a percorrer. Uma moradora da cidade vizinha pede carona até Fortuna de Minas e o cartógrafo pondera: por que não dar carona? Pensa ser um bom encontro. Pergunta quais os caminhos a levam a Fortuna de Minas. Ela relata que morava naquela cidade e ainda consulta com médicos e dentistas locais, pois já havia iniciado seu tratamento e diz ser bem tratada por esses profissionais. Após alguns minutos chegamos ao nosso destino. Cada uma para um lado, ela busca serviços da saúde e o cartógrafo quer novos encontros no CRAS.

3.3 A chuva e outros encontros

Primeiro encontro

A chuva. Ela se apresenta como movimento de resistência, conceito psicanalítico⁸. A primeira entrevista quer ser cancelada, a chuva se dá como desculpa para o cancelamento das interrogações que poderão ser feitas, que poderão promover desterritorializações, promover crises sobre a cápsula de um profissional, de seu escudo. Mas o cartógrafo quer promover o encontro das subjetividades e apesar de se deparar com territórios existenciais endurecidos, os agenciamentos acontecem, fluem. Não sei de que modo, mas estavam presentes os fluxos e as linhas.

Para chegar até a cidade de Fortuna de Minas, localizada a cem quilômetros de Belo Horizonte, o cartógrafo se locomove de Sete Lagoas, por quarenta quilômetros para promover os encontros. Por isso as entrevistas são marcadas através de e-mails e contatos telefônicos com a coordenadora da unidade.

Os atravessamentos: o psicólogo é comunicado sobre a entrevista, mas o assistente social fica sabendo sobre o encontro no momento em que faço a ligação para a unidade. As entrevistas foram marcadas com uma semana de antecedência. A comunicação aos poucos acontece. A coordenação autoriza o encontro, marco o

⁸ Resistência está ligada às instâncias psíquicas id, ego e superego que compõem o aparelho psíquico e ao seu funcionamento. É um mecanismo desse aparelho que lança uma anticatexia para impedir o acesso de conteúdos inconscientes à consciência. (LAPLANCHE & PONTALIS, 1991). Apesar de esse conceito ser importante na teoria psicanalítica, nessa dissertação o conceito corresponde aos processos de subjetivação singulares e inventivos frente à gerencia da subjetividade.

dia com a secretária que informa ao psicólogo e esse ao assistente social. As informações também são dadas hierarquicamente? Da coordenação para a secretária que passa aos técnicos. Mas parece haver hierarquia entre os técnicos. Podemos pensar em algumas questões: o tempo de serviço na unidade, uma vez que o psicólogo participou da implantação do CRAS e o assistente social não. O relato de um assistente social sobre a importância do tempo de serviço dos técnicos do CRAS na relação com os usuários evidencia essa hierarquia:

P2: “Então a questão da mobilização, da mobilização pra ser realmente efetiva, eu acho que quando um técnico que tem mais tempo que tá aqui, eu acho que eles sentem mais seguros de tá iniciando, dando os primeiros passos entendeu? Eles têm muito esse apego com pessoas que estão aqui há mais tempo. No caso, é o psicólogo (P1) e a coordenadora, entendeu?”

Bem como por hierarquia de especialidades ou até mesmo pelo tema escolhido pelo cartógrafo que tem em seu título o psicólogo no CRAS, havendo aí um atravessamento a partir da escolha de investigação por especialidade. Aparecendo desde esse momento a implicação do pesquisador assim como do seu tema nas subjetividades engendradas nesses encontros.

O plano de organização – a “morada” das linhas duras – organiza e desenvolve a formação dos sujeitos, os signos, as normas, a organização binária e dualista, a ordem estabelecida de uma sociedade, de um equipamento e de uma unidade (DELEUZE; PARNET, 1998) e esse plano mostra-se presente no primeiro encontro. Psicólogo e assistente social querem uma entrevista conjunta. Isso pode ser compreendido como uma tentativa de controle de uma especialidade sobre a outra? Como um plano de organização que organiza os fluxos de determinada maneira, para neutralizar o que ameaça? E nessa formatação, os papéis e as funções exercidos devem ser definidos, cumpridos e controlados? Como uma definição de territórios de especialidades? Como uma “Segmentaridade dos escritórios contíguos, [...]” (DELEUZE; PARNET, 1998, p.150)? Mas, por quê? Por que querem uma entrevista conjunta?

P1: “[...] O quê que é o papel, qual que é a função dessa pessoa, específica dessa pessoa aqui e o quê que ela tá fazendo pra cumprir isso.”

A sala é organizada conforme o que está especificado pelo plano de organização de um local de trabalho, o funcionamento instituído do território

determina: mesas e cadeiras separam os especialistas dos usuários, cada especialista senta em um lugar predeterminado. Ou seja, “[...] os sujeitos em seu lugar.” (DELEUZE; PARNET, 1998, p.151). O “saber Psicologia” apresenta-se como primeiro candidato ao encontro com o cartógrafo. Mostra-se um saber perpassado por dúvidas, questionamentos sobre seus papéis, sua condição hierárquica desfavorecida perante um saber maior daquele lugar: a casa, a casa da família, o CRAS. O CRAS e a Assistência Social como nível hierárquico maior no cotidiano de trabalho é claramente observado e reforçado na discussão do Jornal do Conselho Federal de Psicologia: “[...] a psicologia e a psicologia social apresentam recursos teórico-metodológicos a serem adequados à assistência social [...]” (AFONSO, 2008, p.14). Ou seja, presenciamos as metodologias psicológicas a serviço da Assistência Social:

P1: “Então assim tem saberes muito diferentes e dentro desses saberes, tem um outro que se é exigido que é o da Assistência Social, então há conflitos.”

Público: usuários da Assistência Social. O psicólogo – P1 – põe em dúvida se o saber eleito por ele é clínico ou social. Vacila. Pede pra pensar um pouco mais sobre isso. Fala sobre suas dificuldades em obter uma ponte entre o saber apreendido na academia e o saber práxis, o encontro desses territórios habitados por um abismo.

A preocupação com as distorções no âmbito da formação do psicólogo no Brasil é uma constante no correr dos anos. Alguns elementos são sempre recorrentes, tais como a hegemonia de uma ênfase clínica voltada para as camadas média e alta da população, [...] e a desvinculação entre a formação e a realidade brasileira. (FERREIRA NETO, 2004, p. 116).

O poder estratificado, que captura temporariamente os fluxos da vida nas hierarquias e nos saberes, não impede que algo se agencie, que forças irrompam com velocidades diferentes para compor novas formas de expressão. O plano de consistência, que é imanente ao plano de organização, se constitui como corte no caos em que forças em velocidades diferentes compõem novas formas, é o agenciamento.

Retornando ao plano de organização, percebemos que “Cada dispositivo de poder é um complexo código-território (não se aproxime de meu território, sou eu quem manda aqui...).” (DELEUZE; PARNET, 1998, p.15). Ele se apresenta na figura ora despontecializadora: “[...] ele [o prefeito] já não acredita muito no trabalho da

psicologia” ora potencializadora: “[...] hoje eu me sinto alguém da comunidade [...]”. O campo de forças do poder estratificado impede, nessa composição, que a Psicologia se agencie como uma prática potencializadora nas intervenções sociais quando um político desacredita no trabalho do psicólogo. Por outro lado, o território da comunidade permite que o psicólogo pertença àquele lugar, àquela comunidade que tem, num primeiro momento, dificuldades em aceitar um “forasteiro” em seu terreno. P3: “Porque a população nos vê muitas vezes, alguns é lógico, assim como assim, estamos só usufruindo da cidade.” No momento em que o psicólogo relata se sentir alguém da comunidade revela a aceitação desse profissional no território de Fortuna de Minas.

E no decorrer do encontro as tentativas de construir a história daquele lugar, dos saberes, dos corpos. A história começa com as dificuldades de implantação de um processo de reversão de assistencialismo, longo na caminhada dos brasileiros. Enfrentamento de desafios, de embates e conquistas. Um primeiro passo na mudança do paradigma assistencialista reproduzidos na fala do psicólogo:

P1: “[...] lutamos muito contra a cesta básica, foi bom porque contamos com a cooperação do prefeito que também não colaborava (*sic*) com essa idéia e aí foi bacana porque isso quase se extinguiu aqui.”

No início, conta este entrevistado, “[...] foi difícil, muito difícil”. Pouca informação, nenhuma capacitação, muita vontade. Equipe recém-formada, saída das formas acadêmicas. Saberes diversos: Pedagogia, Nutrição, Serviço Social, Psicologia, secretários, professores, educadores. Nesse universo o embate: “[...] porque vocês são apenas técnicos vocês não podem opinar em nada”. Cada um em seu devido lugar, imperando a hierarquia. Promovendo assim letargia e desânimo. A crise que surgiu chega até os políticos da cidade. Após um “longo inverno”, as discussões e conversas geraram mudanças na postura dos profissionais que exerciam cargos de poder. Mas ainda permanecem, como demonstra um técnico: “Uma gestão por conflito, muito, há muita também, havia mais, mas hoje menos, [...]”. Percebe-se que esse conflito estava instalado com mais intensidade na equipe composta inicialmente para implantação do programa. Técnicos foram demitidos, licenças médicas, pedido de demissões. A equipe técnica reformulada. Os psicólogos de licença médica. Há substitutos de substitutos, no saber Psicologia. Os conflitos apaziguados, abafados por sintomas subjetivos? Por dificuldades de lidar

com a diferença? A diferença refere-se, nesse contexto, principalmente ao que vem abalar o modelo tradicional das práticas psicológicas e das identidades, como acontecimentos intempestivos, que desestabilizam as certezas e trazem a necessidade de criar, de fazer algo novo. Com o novo? A relação de sintomas e os processos de subjetivação: Rolnik (1995) compreende que os sintomas funcionam como ‘proteção’ às desestabilizações experienciadas na “[...] irrupção de um acontecimento.” (ROLNIK, 1995, p. 97). Manter-se distante dos estranhamentos e processualidades evocadas, numa tentativa de conservar a identidade como referência e equilíbrio. Uma “recusa” ao mal-estar gerado pelo desassossego/desestabilização protegendo-se da força potente da processualidade da vida vigorando a identidade que se conhece e reconhece.

Romagnoli (2004) ao estudar a produção de sintomas nas famílias, também observa que estes expressam o impedimento da motilidade da vida, quando, a partir de uma ruptura de sentido, a família não consegue criar um modo para expressar-se e atualizar os afetos que a perturbam em determinado momento. Essas circunstâncias absorvem as possibilidades de invenção e intensificam o sintoma, abolindo a experimentação, cristalizando o que já existe. Observamos que isso também acontece com os técnicos do CRAS. Podemos pensar que a experimentação de uma atuação em Psicologia diferente das apresentadas na academia, bem como distinta da expectativa em ser um psicólogo atuante em consultórios particulares e de suas práticas analógicas, podem ter gerado certo “sintoma”, no sentido atribuído acima. Recusa ao novo: o psicólogo dentro de uma unidade de Assistência Social recém criada, que tem a mesma função de outro técnico com formação distinta da sua. Situações que demandam do psicólogo encontros com outros saberes e novas formas de experimentar a vida.

Exigem-se dos psicólogos a realização de visitas domiciliares, trabalhos realizados em parceria com agentes de saúde, encaminhamentos, grupos e oficinas socioeducativas. O que se percebe é uma busca de compreensão intensa desse novo/velho lugar que se abre para o campo da Psicologia. Mas as fronteiras e barreiras são muitas. O plano de organização: espera-se da Psicologia o atendimento dentro de uma sala, de um consultório:

P1: “[...] tô falando da minha formação que é de consultório, que eu gosto, daquele movimento psíquico todo do indivíduo, enfim, e transpor isso pra um outro lugar que é onde eu trabalho e dependo dele pra minha sobrevivência. Não digo que eu não gosto, eu gosto muito, mas estar nesses dois lugares pra

mim é um tanto, a princípio um tanto, um tanto desconfortável, agora eu sinto que eu transito melhor nesses dois campos.”

E como proceder diante de um desafio? O que se quer do psicólogo em suas inserções atuais? Da Psicologia? Atuar em projetos sociais parece ter que necessariamente excluir do *hall* de funções o “atendimento clínico tradicional”. Cada atuação em seu devido lugar nos conduz a formas identitárias que devem ser compartimentadas, ou seja, quando se é psicólogo social deve-se deixar de ser clínico. E novamente percebemos a Psicologia “a serviço” do projeto da modernidade. A incessante busca pela “realidade” segmentada incide nos saberes, e essa mesma lógica constitui as disciplinas, sendo necessário definir quem pode falar sobre o quê. (HÜNING; GUARESCHI, 2005a). E isso é esperado pelos psicólogos assim como por outros saberes e pela comunidade em geral:

P1: “Então pra eles pra toda essa comunidade, o psicólogo é aquele que fica dentro de um consultório sentado, consultando, na clínica. Isso foi difícil pra eles porque eles não entendiam porque que a gente aqui dentro do CRAS não podia fazer um atendimento, não podia [...] ir na escola identificar os meninos, se eles tem *déficit* de atenção, hiperatividade, os problemas de família,[...]. Porque que a gente não podia fazer isso? Mas tem dois? Dois profissionais ganhando aquele tanto de dinheiro, sem fazer nada, pra não poder trabalhar?”

O que se observa é que intervir de uma maneira que não pretende ser a do modelo tradicional gera conflitos e controles quanto à maneira em que se trabalha no CRAS. Intervir, atuar diferentemente do modelo significa não trabalhar, não exercer a profissão, é ser alguma outra coisa que não psicólogo. Configura a Psicologia em outra categoria, em outra forma que não se quer ser reconhecida. É tentar manter a ordem das coisas, o que está estabelecido. Colocar cada saber/disciplina em seu devido lugar, sendo autorizado ou não a conhecer a realidade. Isso significa, de acordo com Hüning e Guareschi (2005a) que a leitura da realidade conforme o projeto da modernidade fragmenta a vida e o individual é cindido do social. E as especialidades são formatadas e configuradas de acordo com cada instância da vida, e, portanto, privatizam seus objetos, seus pedaços de corpo, pedaços de mente, pedaços de ambiente. E o risco que se corre é de se ter especialidades mais interessadas em se tornarem mercadorias “vendidas em prateleiras” do que a busca de uma ética pela vida.

Entretanto, o que se observa na fala do psicólogo, e também nas conversas informais é que há uma tentativa de se escapar dessas desestabilizações que se produzem frente aos modelos estabelecidos. A escuta e as intervenções acontecem no meio da rua, durante uma visita domiciliar, nos grupos e projetos dentro do CRAS:

P1: “[...] na rua [...], paro, as pessoas conversam, eu ouço todo mundo, acolho essa demanda de todos [...] e tentando criar um espaço pra elas, dentro dessas reuniões sócio-educativas, sócio-culturais, dentro desses projetos que desenvolvemos com esses grupos.”

Esse mesmo psicólogo relata que servidores públicos de outros setores não compreendem suas atividades. Todavia, apesar da incompreensão externa e da sua própria dificuldade; o atendimento considerado um modelo “clínico” passa a ser realizado durante as atividades das quais ele acompanha, nas visitas domiciliares, durante a confecção dos panos de prato, durante as aulas de dança e até mesmo na sala reservada aos técnicos.

P1: “É um conflito, como que eu lido com isso assim... eu atendo muitas vezes eu atendo, eu ouço aquela demanda, eu deixo que a pessoa fale, atendo. [...] eu acho que eu tenho todo um olhar clínico, você tá identificando, mas a execução mesmo é social. É esse trabalho da psicologia social, onde você vai trabalhar, abordar as questões de uma maneira conjunta, comunitária.”

Vasconcelos (2002) adverte que as fragmentações corporativistas em que a vontade coletiva foi suprimida, transformam os saberes e as ciências em tirânicas. E os imperialismos epistemológicos que ordenam as identidades compactas, são onipotentes e se pretendem ser a fonte de solução para os problemas do planeta. “Mas se trata apenas de pedir para aqueles que proclamam essas noções totalizantes (e sobre elas constroem teorias e interpretações) que demonstrem a existência delas...” (VEIGA-NETO, 2002, p. 29). Sendo assim, a abertura para o diferente – pluralismo – está associada à imagem de um traidor, pecador. O que é revelado nas palavras do técnico do CRAS quando o mesmo não atua conforme o instituído no saber Psicologia, representado como alguém que não trabalha:

P2: “[...] a gente é tachado como “as pessoas que vem de fora pra poder ficar andando à toa”, entendeu? Então tem muito isso, a população, uma grande parte já aceitou, mas uma grande parte ainda não aceita. [...] Tem profissionais de outras áreas que também não aceitam a gente, acham que a gente tá tentando intrometer no serviço deles, entendeu? E eles não entendem.”

Nessa fala, podemos nos perguntar o que o técnico é, quando assumem essa postura? Um “vagabundo”? Ou um pecador? Ou as duas coisas? Essa classificação emerge tanto por parte da população como por parte da equipe, como vimos.

Os confrontos

Confronto de saberes, de especialidades, de práticas, de poderes. O que se percebe é que a emergência de novos paradigmas coexistindo com o que já está estabelecido, novas maneiras de intervir e compreender as práticas dos diversos campos de saber é reconhecido como ameaçador à identidade profissional, assim como:

[...] às situações de “não saber” e “não saber fazer”, ameaçando a estabilidade, o status adquirido e os interesses econômicos, políticos e institucionais envolvidos. Assim, a tendência mais imediata e freqüente é de se criarem defesas muito fortes às mudanças. (VASCONCELOS, 2002, p.118)

O contato com o que não se conhece – o novo – ameaça e emerge através da desestabilização, que conduz ao abalo das crenças existentes até então, que traz consigo o imprevisto do cotidiano. Confrontam-se os modelos e a realidade. Defendemo-nos! Escondemos em “sintomas”. O novo – que lança as subjetividades no estranho – deve ser camuflado, deve-se desconfiar dele, pois ameaça a estabilidade das intervenções e subjetividades compactas:

P1: “Porque as pessoas chegam muito ávidas de coisas novas, é bacana porque areja muito o que a gente tem feito e acrescenta, isso é importantíssimo. Mas como a gente já vem de uma realidade, há muito tempo, a gente passa a conhecer essa comunidade [...] porque que entrou e essa pessoa que chega não conhece, não sabe. Aquilo que ela tá experimentando, querendo experimentar não vai dar certo.”

Neste sentido, o conhecido ganha força e boicota o que pode vir a ser. A certeza do que já aconteceu, do que já existe, arruína com o que pode surgir de novo. Com isso, o endurecimento do modelo da Psicologia tradicional e o poder exercido para manutenção de lugares já reconhecidos e territórios instituídos ocupam espaços no cotidiano do CRAS.

3.4 As interrupções e os poderes

O cartógrafo marca por e-mail a continuidade das entrevistas e permanece no CRAS por um dia inteiro. Ao chegar encontra a unidade bastante silenciosa, poucos usuários. Da equipe estavam presente um psicólogo, um nutricionista, um assistente social e o professor de dança. A nutricionista recebe o cartógrafo e informa que o coordenador está ausente, mas retornará para ser entrevistado. O assistente social logo vai ao encontro do cartógrafo já pedindo que se faça a entrevista. Escolhe um local aberto próximo ao projeto “Fiando e desfiando a vida” do qual é técnico de referência ⁹. A mesa está bem próxima da sala de confecções de panos de prato. O que se observa é que durante a entrevista, o assistente social marca por diversos momentos as relações entre os técnicos e ressalta que os méritos e erros são compartilhados entre todos envolvidos e não somente reconhecimento de um único integrante:

P3: “[...] Eu acho assim que aqui não há uma separação não, se um conseguiu uma derrota, a derrota foi derrota do CRAS, se foi vitória a vitória é do CRAS. Não tem muito essa valorização individual do profissional não. Aqui é bem coletivo, eu considero bem coletivo.”

Durante a entrevista com o assistente social houve duas interrupções. A primeira ocorreu quando o psicólogo saiu para fazer uma visita domiciliar e com a chegada de um usuário ela prontamente sai da entrevista e vai atendê-lo, pois era o único técnico presente. Entretanto, essa interrupção não dura muito tempo e retorna à entrevista. Sobre a prática “psi” e sua relação com a Assistência Social, a mesma relata que a diferença entre as duas atuações está marcada pela patologia, pela questão clínica:

P3: “Eu acho que é mais o clínico. Eu acho assim, [...] a diferenciação é bem assim a gente não conhecer a patologia da psicologia (*sic*). Aonde a gente não tem uma informação, não tive uma formação acadêmica, então assim com o trabalho diário, com o dia-a-dia a gente pega muita informação patológicas,

⁹ Cada projeto elaborado pelo CRAS de Fortuna de Minas possui um técnico de referência responsável direto pelo seu desenvolvimento, melhorias e mudanças, ele é o porta-voz daquele grupo.

clínicas mesmo que a gente não tem e que eu acho que é o grande eixo do trabalho.”

O que se observa novamente são as práticas psicológicas relacionadas às patologias como elo entre duas ciências. O que diferencia a Psicologia de outros saberes e a promove um saber específico/ especializado é o eixo em que ela se faz tradicionalmente uma ciência referenciada ao modelo médico. O que torna esse saber “especial”, necessário à vontade de se manter identidades fixas, diagnosticáveis e reguladas.

A hierarquia e obediência mostram-se visíveis durante a entrevista. A segunda interrupção acontece no momento em que a coordenação chega. Para a entrevista. O poder coordenação “atravessa” a entrevista e relata questões sobre o seu trabalho e após algum tempo percebe que a entrevista está acontecendo, pois vê gravadores sobre a mesa. Mas relata que gostaria de almoçar e nos chama para que a acompanhemos também. Imediatamente o técnico concorda. O cartógrafo quer continuar a entrevista, mas o atravessamento impede que seja acrescentado algo mais no seu relato. Sendo assim, a entrevista é encerrada. O poder que se exerce não “consente” que seja dito além do permitido.

Esse poder exercido pela coordenação se mantém presente durante contatos telefônicos para marcar o terceiro encontro com o cartógrafo. Durante as longas tentativas de retorno ao CRAS, os empecilhos, mudanças de datas, esquecimentos sobre dia e horário ocorreram durante todo o mês de julho, o que, sem dúvida atrasou a coleta de dados. Ao mesmo tempo em que os desencontros e controles aconteceram, a coordenação diz por telefone: “Você está sumida!”¹⁰. No linguajar mineiro significa a cobrança de sua presença, como se voluntariamente se quisesse não aparecer. A coordenação quer e não quer que o cartógrafo “apareça” no CRAS? Penso que por um lado, há desejo que o trabalho no CRAS seja mostrado, reconhecido. Por outro, há receio que as fraquezas apareçam. A face sem rosto do CRAS? Não sei. Nesse momento, as entrevistas serão realizadas com os usuários do CRAS, fato que a coordenação encontra-se ciente e que pode ter provocado algum atravessamento e oposição para que se realize.

Em agosto o cartógrafo resolve não insistir. Acha melhor que o tempo favoreça o encontro e que esse seja mais espontâneo que forçado. No início de setembro os contatos são refeitos. A conversa telefônica é feita com o próprio

¹⁰ Dados da observação participante. Contato telefônico realizado em 09/07/2008.

coordenador e esse se mostra disposto a retomar as entrevistas. Na conversa o assunto mais abordado foram as entrevistas com a comunidade e com o psicólogo. A coordenação prontamente responde que, para a escolha dos usuários e o acompanhamento de um dos técnicos à residência dos entrevistados, ela indica o assistente social ou o psicólogo que possuem mais tempo de serviço no CRAS e justifica sua escolha pelo vínculo que a população já possui com os mesmos. Mas defende que a melhor escolha seria o psicólogo, uma vez que ele possui a mesma formação que o cartógrafo e, poderia relatar sobre a diferença dos seus atendimentos no CRAS de Fortuna de Minas e seus atendimentos “clínicos” em outra cidade interiorana.

Um fato que deve ser ressaltado é a entrevista realizada, posteriormente com o outro psicólogo da unidade. Isso se deve à sua admissão no trabalho no início de dois mil e oito, como substituto do psicólogo afastado por doença. O adiamento da entrevista foi pensado pela necessidade de entrosamento com a equipe, conhecimento sobre o próprio trabalho, que somente o tempo poderia fornecer para elaboração da entrevista. Contudo, durante a conversa com o coordenador, esse insiste – porque em outros encontros já havia dito isso – que o cartógrafo deve realizar a entrevista com o psicólogo que está de licença do trabalho. Sua razão por exclusão de quem está inserido atualmente no contexto do CRAS e inclusão de quem está afastado, se deve à questão de tempo de trabalho. A coordenação defende que o psicólogo afastado conhece bastante a realidade e a comunidade de Fortuna de Minas o que, para ela, poderia beneficiar a pesquisa. Porém, o cartógrafo “desobedece” a coordenação. Ele conhece o psicólogo afastado, pois foram colegas de escola e a doença – bastante agravada nos últimos meses. Ele acredita que quem está envolvido diretamente com o cotidiano e as mudanças recentes no CRAS é quem deve ser escutado. Assim, o cartógrafo realizou a entrevista com o profissional que trabalha atualmente no CRAS.

Em alguns momentos, na minha experiência como coordenadora, percebia algumas imposições dos gestores da Assistência Social do município no qual trabalhei. Realizar determinadas tarefas, muitas vezes, era impedido ou barrado pelos superiores. Como exemplo, a arrecadação de dinheiro para manutenção do CRAS – paralelo à verba federal e municipal que não eram suficientes. Desobedecendo aos “apelos” dos gestores, a equipe de profissionais do CRAS apoiando a coordenação, realizou o bazar e a arrecadação das verbas foi convertida

em festa junina, água mineral para todos os usuários e técnicos, copos descartáveis dentre outros. Isso promoveu um encadeamento de decisões não informadas aos gestores, e a reprodução desse bazar – “clandestinamente” – nas outras unidades do CRAS desse município. Pensando sobre tais decisões, há uma tentativa de desobedecer ao poder opressão estratificado, que despotencializa ações inventivas.

3.5 O terceiro encontro

Ao chegar ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o movimento das pessoas é intenso. Crianças e adultos dançando, jovens usando computadores, mulheres bordando. Na cozinha, a assistente social ainda desconhecida pelo cartógrafo, separa verduras e legumes. Um novo projeto realizado em parceria com pequenos agricultores, CRAS e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER- MG) para distribuição de alimentos às escolas locais, famílias em estado de vulnerabilidades e ao Projeto Cantina da Cidadania, realizado no CRAS que atende pessoas desnutridas, obesas, diabéticas e hipertensas.

A secretária apresenta a recém-chegada assistente social ao cartógrafo, pois um dos assistentes sociais entrevistados em janeiro de dois mil e oito já não trabalha mais naquela unidade. Enquanto aguardo o coordenador para definição dos possíveis usuários a serem entrevistados, converso com a assistente social. Ela relata que já havia trabalhado em outros CRAS, no sul de Minas Gerias e que ao assumir seu novo trabalho em Fortuna de Minas, está próxima à sua cidade natal, a capital mineira. Enquanto o cartógrafo aguarda para iniciar as entrevistas, a coordenadora relata sobre as mudanças realizadas no CRAS, tais como, a oficina de xadrez para crianças e adolescentes, a implantação do projeto ProjJovem do governo federal que visa atender vinte e cinco jovens entre quinze e dezessete anos, através da realização de oficinas socioeducativas. Além disso, apresenta fotografias sobre os eventos que aconteceram durante o período em que o cartógrafo não compareceu na unidade, como a figura a seguir mostra:



Figura 4: Festa Junina do CRAS
Fonte: Acervo do CRAS de Fortuna de Minas

Outras fotos mostravam os eventos comemorativos realizados pelo CRAS, como o encontro dos jovens de municípios vizinhos que participam do Agente Jovem e ProJovem, aniversário do grupo “Fiando e desfiando a vida” e também a visita do representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que pela segunda vez, elegeu Fortuna de Minas, na categoria município de pequeno porte, como referência nacional, conforme a fotografia apresentada a seguir:



Figura 5: Visita do técnico do MDS
Fonte: Acervo do CRAS de Fortuna de Minas

Na conversa com a coordenadora sobre as entrevistas com os usuários do CRAS, decidiu-se que seriam realizadas três entrevistas no decorrer desse e de outros encontros, em que os entrevistados teriam vínculos distintos com a unidade. Essa escolha foi adotada pelo cartógrafo e conversado com o coordenador da unidade que consentiu esse critério. Num primeiro momento, a entrevista ocorreria com um usuário que participa ativamente de diversas atividades oferecidas pelo

CRAS e que possui vínculos e laços estreitos com os profissionais da unidade. Um segundo entrevistado seria aquele usuário que realiza atividades esporádicas ou que já não mais frequenta os serviços. E finalmente uma pessoa que realizou o cadastro para inclusão, mas que não participou de nenhuma das atividades e/ ou projetos do CRAS. Essa escolha pretende analisar as relações entre usuários e profissionais sem que se privilegie nenhuma das distintas relações que se pode haver entre comunidade e equipamento.

Um encontro informal

Ao final desse encontro, o cartógrafo retorna à sua cidade em companhia de um dos psicólogos da unidade, que veio de carona até Sete Lagoas, nesse trajeto estabeleceu-se uma conversa trivial. Retomam-se algumas das discussões realizadas durante a entrevista que ocorreu no início desse ano. Entre elas a influência dos políticos na unidade do CRAS de Fortuna de Minas, sendo relatado que durante o período em que estamos – pré-eleição municipal – o psicólogo se nega a realizar visitas domiciliares para evitar retaliações e/ ou discussões sobre as eleições. Ele ainda relata que a implantação do CRAS ocorreu durante o mandato do atual prefeito – que teve dois mandatos consecutivos – e algumas pessoas da comunidade associam a implantação do CRAS como obra realizada pelo prefeito. Sendo assim, candidatos que se opõem ao atual prefeito ameaçam a atual equipe técnica de serem “forasteiros” e caso assumam a prefeitura, irão demitir todos os funcionários que não residem na cidade. Em consequência disso, o psicólogo diz que todos estão se sentindo pressionados. E, no dia das eleições os moradores da cidade ficam zanzando pelas ruas e enquanto não sai o resultado a cidade inteira fica “acordada”, ansiosa com o que irá acontecer após o resultado nas urnas. O psicólogo não sabe explicar os motivos desses fatos, mas relata que:

P1: “[...] a cidade é política, e não politizada.” (Informação verbal) ¹¹

Nesse sentido, aponta-se que a população é extremamente influenciada pelas questões políticas, uma vez que, durante a entrevista realizada com os técnicos observou-se falas semelhantes:

¹¹ Dados da observação participante. Pesquisa de campo realizada em Fortuna de Minas - MG em 24/09/2008.

P4: “Elas [pessoas da comunidade] estão muito presas à questão do assistencialismo e da politicagem.”

Os profissionais do CRAS demonstram incômodo em relação às interferências de políticos nas políticas públicas diferenciando as ações e intervenções realizadas com a população. Caso o usuário seja reconhecidamente um cidadão que apóia o prefeito, e a situação partidária, obterá benefícios via prefeitura. E, se a pessoa for considerada de “oposição” ela terá seus direitos garantidos constitucionalmente suspensos e barrados pelos que obtém poder:

P3: “Porque quanto menor o município mais eles são coronelistas. Talvez também essa [questão] do ‘seu reduto eleitoral’. Então você tem direito a um benefício eventual, lá [prefeitura] não dá porque não é do meu reduto eleitoral, porque não é eleitor meu, eu vou dar pra ele votar [...] aqui no município a gente depara muito com isso.”

A fala de outro técnico do CRAS referindo-se a alguns pontos que dificultam o desenvolvimento do trabalho mostra também a política como um desses fatores:

P3: “Não existe a tal democracia muito não. E esse ano é um ano complicado, quanto menor o município pior é. [...] Aqui existe as cartas marcadas que é um grande dificultador também.”

Moradores de cidades do interior possuem relações pessoais com a política e com os políticos:

P7: “Pra ele né...igual...o prefeito que me colocou lá, eu apoiei o prefeito que me colocou lá, no caso, agora ele [candidato eleito] o prefeito não apoiou ele...aí no caso ele deve ter alguém que ele vai colocar no meu lugar [...]

Entrevistadora: Então a escolha não é pelo trabalho?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: [...] é se apoiou ou não.”

Observa-se em cidades de pequeno porte, que as relações e os encontros acontecem diretamente nos gabinetes. Os pedidos e auxílios se dão pessoalmente, e se decidem se haverão ou não ganhos a partir da posição política de cada um. A gestora da Assistência Social de Fortuna de Minas é a ex-mulher do prefeito. A coordenação do CRAS conversa diretamente com o prefeito. E, diferentemente, em municípios de porte maior, no qual exerci cargo de coordenação de um CRAS, as relações são atravessadas pela burocracia, por assessores da gestão de Assistência

Social, e quando chega ao prefeito, não se tem acesso às informações, discussões ou tomada de decisões. Comparativamente, a coordenação do CRAS em Fortuna de Minas possui acesso direto às verbas repassadas ao município, ao passo que cidades como a que atuei isso não chega à coordenação. A senha de acesso é dada ao gestor e seus assessores, não sendo informado aos coordenadores dos CRAS. Assim as decisões de como serão utilizados tais recursos, são tomadas pela secretaria de Assistência Social do município, ficando apenas aos coordenadores, a execução das ações. O que se percebe é que a proximidade com os políticos, em parte, diminui o poder da burocracia, e em contraponto, controla-se principalmente a comunidade.

Uma das hipóteses correntes na literatura sobre a continuidade da dominação tradicional é o controle eleitoral municipal – antes, nas mãos dos coronéis; depois, daqueles ou de seus pares substitutos – sem que haja mudança nas práticas políticas de natureza clientelística. (AVELAR; WALTER, 2008, p.101)

Em relação à diferença entre os municípios, numa pesquisa macro social, pode se observar que, anterior às atuações e relações entre políticos e comunidade, no período eleitoral, já se detecta as intervenções pessoais (AVELAR; WALTER, 2008). Essas que parecem ser continuadas após os resultados das urnas.

De acordo com o levantamento realizado pela Organização Não-Governamental (ONG) Transparência Brasil e implementado pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), realizou-se duas mil entrevistas com eleitores de todo país em março de 2001. Algumas das conclusões mostram que municípios que possuem menos de cinco mil eleitores, um em cada cinco recebem proposta de vendas de votos por dinheiro ou favores administrativos. O que corresponderia a 21% do eleitorado. Nos grandes centros urbanos esse número cai para 8,2% (SPECK, 2003). “Isso aponta para o fato de que as mudanças políticas são mais lentas no interior do país, sobretudo nos municípios micro e pequenos¹², onde há controle do eleitorado.” (AVELAR; WALTER, 2008, p. 107).

Considerando a população de dois mil quatrocentos e cinquenta e quatro habitantes em Fortuna de Minas (IBGE, 2000), as pesquisas e relatos sobre os

¹² “O IBGE classifica os municípios conforme a população em micro-municípios (até 10 mil habitantes), pequenos (de 10 mil a 19,9 mil), médios (de 20 mil a 99,9 mil) e grandes (100 mil habitantes ou mais)”. (AVELAR; WALTER, 2008, p.101)

enfrentamentos políticos encarados no trabalho dos profissionais do CRAS, em uma visão macropolítica, o poder exercido pelos políticos torna-se extremamente controlador das ações e intervenções realizadas pela equipe de profissionais do CRAS. Além disso, há uma ameaça velada, caso a comunidade não apóie as decisões dos políticos. Em entrevista realizada em setembro de dois mil e oito, com os gravadores desligados, P6 relata que ao receber visita dos candidatos a prefeito, pediu a todos eles que deixassem o CRAS como está. Que não realizassem nenhuma mudança no local, pois era um benefício enorme à população ter a “casa da família”. Mas seu relato foi feito propositalmente com os gravadores desligados, pois não queria que isso fosse registrado. Observamos assim, os profissionais e a população, pressionados pela política.

Os usuários

No quarto encontro do cartógrafo, outra carona até Fortuna de Minas acontece. A moradora da cidade relatou que conhece o CRAS, porque sua filha freqüentou o projeto “Cantina da Cidadania”, pois é hipertensa e depois de mudar seus hábitos alimentares, aliado aos cuidados médicos, obteve bons resultados. Além disso, ela relata que suas netas participam do grupo de dança da “Casa da Família”, mas ela nunca procurou os serviços do CRAS. Sua fala parece evidenciar, com certa obviedade, que para essa moradora não houve necessidade de procurar os serviços do CRAS.

Ela ainda relata que anteriormente à implantação do CRAS, o local era um salão para bailes. E, o novo prefeito teria a intenção de transformá-lo novamente em um salão para eventos e festividades.

Ao final da carona, a moradora diz: “Tudo que tem lá dentro é bonito” (Informação verbal) ¹³. Será que ela considera o lugar bonito por ser um local de Assistência Social, em boas condições físicas? Em sua maioria, as unidades de serviços públicos se configuram como prédios em más condições. E, talvez não se espere que um equipamento que atenda a camada marginalizada esteja em boas condições. É costumeiro associar Assistência Social com pobreza, com desordem, com descaso. Quando nos deparamos com algo diferentemente do esperado, a beleza irrompe.

¹³ Dados da observação participante. Pesquisa de campo realizada em Fortuna de Minas - MG em 21/11/2008.

A respeito da política do município, ao chegar ao CRAS, o cartógrafo pergunta sobre as eleições municipais. A funcionária relata que o candidato eleito fez uma visita ao CRAS e que deseja fazer algumas mudanças na unidade ainda não reveladas. De acordo com essa mesma funcionária, o futuro prefeito é favorável à demissão de alguns profissionais do CRAS para colocação de pessoas da cidade, mas o mesmo desconhece a política pública sendo inexistente na cidade profissionais da Psicologia e do Serviço Social que possam substituí-los. Sobre isso, o psicólogo – P8 relata não sabe ao certo o futuro da equipe atual do CRAS. No entanto, a falta de profissionais desses campos residentes na cidade, ameniza sua ansiedade e parece dar alguma segurança frente à ameaça de demissão.

Nos dois últimos encontros do cartógrafo, três usuários foram entrevistados. A primeira entrevista com um usuário promoveu sentimentos diversos no cartógrafo, seu relato comovente e esperançoso trouxe reflexões sobre o CRAS, os usuários e a equipe. O cartógrafo, em seu território fechado, esperava que os resultados e efeitos das ações dos profissionais de um CRAS fossem visivelmente reconhecidas e experimentadas ampla e macro socialmente. Contudo, o relato da usuária – P5 – expõe o modo como as intervenções fluem de maneira que a mudança subjetiva e singular apareça em cada história contada, revelada. E efeitos importantes na vida daquele sujeito – P5 – que passou pelo CRAS. Deste modo, as revoluções moleculares, cotidianas e circunstâncias, vêm à tona, entendendo que é na singularidade que se promove potência inventiva. Com isso, desestabilizou-se o território existencial vivido na condição de coordenadora. E, sobretudo, trouxe a compreensão de que nos pequenos espaços, a Psicologia escapa, em alguns momentos, dos modelos e dos territórios instituídos, mostrando-se como um saber político.

O primeiro cadastro realizado pelo CRAS foi feito com o entrevistado P5. Sua história de vida é a realidade de muitos brasileiros. Ele conta:

P5: “[...] eu não cheguei abaixo da pobreza, eu cheguei abaixo mesmo muito abaixo da linha da miséria, muito, muito abaixo...aquilo eu morava num rancho de pau a pique [...]”

Após um tempo trabalhando numa carvoeira, decide se mudar para Fortuna de Minas, onde seus filhos poderiam retomar os estudos e na esperança de um novo começo. P5 relata que foi à prefeitura e lá conseguiu um lote e aos poucos e com ajuda de pessoas da comunidade, construiu sua casa. Soube da implantação

do CRAS durante uma reunião comemorativa do dia internacional das mulheres e não possuía nenhum conhecimento sobre a “Casa da Família”, nem mesmo sua finalidade. Sua primeira impressão sobre o CRAS está reproduzida em sua fala:

P5: “Ah...a primeira impressão foi assim será que isso vai dar certo? Será que isso vai, né, será que...que as pessoas vão concordar, que vai acontecer, vai dar certo, se vai ser bom pra gente, a gente, eu mesma não acreditava muito assim, ficava assim sem saber, isso não vai dar certo não, isso é chatura (*sic*), isso é só pra importunar a gente [...]”

Há uma descrença da comunidade de que um projeto ou uma política pública possa ser eficaz, que traga benefícios para a população e ainda, que programas sociais tenham continuidade:

P5: “[...] nada que é bom vai pra frente, geralmente assim... uma coisa que é boa não vai pra frente mesmo, não prospera e tudo mundo fala, ah... essas coisas boas não vai pra frente não (*sic*) aí por isso que eu fiquei com essa impressão [...]”

A implantação do CRAS coincide com a eleição municipal, o que, de acordo com P1, psicólogo, no imaginário da população o CRAS estava vinculado ao novo prefeito e não a uma política pública independente de eleições. P5 reproduz uma idéia instituída de que serviços de qualidade não são oferecidos à população mais necessitada. E ainda, a continuação de um território padrão mineiro de desconfiança, bem como o descrédito no serviço público. E seu encontro com a equipe técnica – psicólogos e assistentes sociais – num primeiro momento, traz mitos sobre essas duas profissões:

P5: “No início assim, eu ficava assim, com medo, assim, eu achava assim, eu ficava na minha, é... achava que o psicólogo era médico pra doido, não tem nada a ver né [...] que assistente social não era pessoa assim de confiança, que era só pra poder criticar né [...]”

Médico para doido. A Psicologia colada ao tradicional modelo biológico que, em parte, a constituiu como ciência (FIGUEIREDO; SANTI, 2002). “A psicologia tem sua história, em grande parte, determinada pelos interesses dos grupos dominantes.” (FERREIRA NETO, 2004, p. 145). E a loucura, presente na modernidade como controle e regulação, na busca ideal de ordem e civilidade. A captura da loucura pela razão, diz respeito, de acordo com Foucault (1978) às

diferentes formas de aprisionamento e controle da vida que se articulam em formas disciplinares de aprisionamento dos corpos em instituições como o manicômio.

[...] o direito absoluto de não-loucura sobre a loucura. Direito transcrito em termos de competência exercendo-se sobre uma ignorância, [...], de normalidade se impondo à desordem e ao desvio. (FOUCAULT, 1979, p.127)

Após encontros com a equipe, P5 modifica sua visão sobre o CRAS e os profissionais da unidade. Ela relata que compreende que psicólogo não é médico para doido. Mas a demarcação da Psicologia como campo de saber responsável pelos aspectos emocionais e do assistente social pelos aspectos materiais é mantido:

P5: “[...] do assistente social mais é acompanhar mesmo né, assim, as necessidades físicas da família né...e do psicólogo é mais assim, lado emocional né?”

Usuários, psicólogos, coordenação, equipe, prefeito, todos eles ligados pela sustentação cotidiana da política pública da Assistência Social, tecendo a trama para assegurar os direitos das camadas marginalizadas da população, em busca da promoção da cidadania em segmentos sociais excluídos. Todavia, a partir dessa cartografia, observamos que essa tarefa não é fácil e é atravessada por vários vetores, linhas de tensão que continuamos a rastrear nos capítulos que se seguem.

4 SUBJETIVIDADES: EM FAVOR DA VIDA

“Sabe-se que políticas de subjetivação mudam em função da instalação de qualquer regime, pois estes dependem de formas específicas de subjetividade para sua viabilização no cotidiano de todos e de cada um, onde ganham consistência existencial e se concretizam.”

Suely Rolnik

4.1 Da contemporaneidade

No mundo contemporâneo, da era midiática e tecnológica, as discussões a respeito da subjetividade apresentam-se cada vez maiores, pois, de acordo com Guattari (1992), o sujeito tornou-se o maior destaque acerca das ações humanas. Frases como “eu faço o meu destino” denotam como há uma supervalorização do sujeito, bem como as literaturas de auto-ajuda, em que há um hiper valor do sujeito e que não cessam de ser consumidas em número cada vez maior. O “eu” parece ser um ator isolado que apenas interage com a cultura, com a sociedade, consumindo o mundo externo. Sujeito compreendido como composto por contornos fechados, presos em si, constituindo uma fôrma a ser reproduzida durante toda uma via: identidade e personalidade aspiradas e desejadas como busca de se diferenciar dos demais. Entretanto, nesse mesmo mundo globalizado, as relações humanas e o capitalismo tomaram outras formas, bem como a problemática da subjetividade.

Observamos que essa problemática também se encontra presente no CRAS estudado como resultado contemplado das intervenções, explicitada na fala do assistente social ao falar sobre os impactos aos usuários:

P3: “[...] a valorização pessoal deles mesmo, a valorização do eu, [...]”

De acordo com Pelbart (2003) estamos vivendo o tempo do Império, idéia defendida por Hardt e Negri (2006) que nada se parece com a época Imperialista, mas sim uma forma atual do capitalismo com uma nova estrutura de comando pós-moderna. O capitalismo contemporâneo se dá de forma descentralizada,

desterritorializada, se caracterizando pela quase inexistência de fronteiras concretas ou imaginárias, pois acontece de forma ilimitada, sem fronteiras e sem limites. É o capitalismo em sua totalidade, construída em rede, uma rede fluida, heterogênea que permeia todos os espaços, tempos, lugares, trabalhos, subjetividades, enfim está em tudo. Diferentemente do regime de controle da sociedade disciplinar em que a escola, a família, os hospitais e outros estabelecimentos mediavam e controlavam as ações humanas, o regime capitalista atual se “comporta” de uma maneira mais “solta” não necessitando de ser mediada. Hardt (2000) já apontava uma oni-crise das instituições, bem como do fim das dicotomias público/privado, dentro/fora, entre outras. Sendo assim, na atualidade não há como se apoiar nessas instituições, modelos e dicotomias uma vez que elas já não são mais formas de soberania e poder. O que ocorre hoje é uma substituição desses dispositivos de controle, são outras maneiras de “formatar” as relações humanas. O poder não é mais punitivo nem opressor, é móvel e “democrático”, produz e reproduz a vida em todos os seus aspectos – políticos, sociais, econômicos, sexuais, biológicos – incidindo diretamente nos corpos e na consciência. “Nesse espaço liso do império, não há o lugar do poder: ele está em todos os lugares e em nenhum deles.” (HARDT, 2000, p.362). O poder se encarrega de produzir e reproduzir a vida, a vida social é atravessada virtualmente e integralmente pelo capital, pelo poder, sendo que os próprios sujeitos se encarregam de produzir e reproduzir o regime de controle contemporâneo. Ou seja, a partir dessa perspectiva, a dicotomia externo/interno não mais se sustenta e o que se verifica é um hibridismo, em que tudo é incluído na globalização: as raças, as religiões, as minorias, os excluídos, as fronteiras e barreiras são quebradas, as comunicações são mundiais, o mercado é planetário¹⁴.

A pluralidade está em todos os aspectos da vida. E o que se pretende na globalização não é mais a manutenção da riqueza, mas sim a própria gerência da vida. Sob essa mesma ótica, Guattari e Rolnik (2005) compreendem o capitalismo contemporâneo não apenas como uma representação, mas sim, uma modelização dos comportamentos, das percepções, das relações pessoais, de modo que todas as pessoas empregam sua vida ao capital. O capital se caracteriza por uma operação de desterritorialização incessante em que tudo é conjugado, aumentando cada vez mais seus limites, como forma de captura do desejo, remodelando constantemente o sentido e a existência das coisas, não possuindo uma única

¹⁴ Para saber mais sobre as discussões a respeito da contemporaneidade, consultar capítulo 2 Dispositivos Conceituais, p.16-18.

referência, mas gerenciando-se através da rede fluida, homogênea e lisa. (PASSOS; BENEVIDES DE BARROS, 2004).

Sendo assim, há uma completa e sutil sujeição de nossas próprias subjetividades, pois o capital é projetado no mundo e na realidade psíquica, fabricando a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. O Capitalismo Mundial Integrado (CMI) assim chamado por Guattari e Rolnik (2005) que já indicava o período do Império denominado por Hardt e Negri (2006) incide no controle da produção de bens e das relações sociais, assim como na produção da subjetividade, realizando-a de forma serializada, nivelada, homogênea e, portanto, coletiva. Assim, prevalece apenas uma subjetividade, que esteja em acordo com uma imagem e que permita a sua propagação em todos os pontos do planeta. Produzindo e reproduzindo os modos de existência acordados com a globalização, controlando as formas de vida, escondidas nas incontáveis possibilidades de escolha. O que é chamado de “estado de alienação autônoma” (PELBART, 2003, p.82). Idéia que deflagra mecanismos de dominação e poder em todo o corpo social, pois somos sujeitos livres para escolher o que a sociedade mundial de controle quer que escolhamos. “A produção de subjetividade do CMI não é unicamente a produção de poder para controlar as relações sociais e de produção. A produção de subjetividade constitui-se matéria prima de toda e qualquer produção”. (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p.34). O capitalismo, portanto, estabelece territórios-padrão de subjetividade para se consumir as demais subjetividades.

As formas de pensar no mundo ocidental são predominantemente calcadas na idéia de representação, de modelos a serem alcançados e reconhecidos como objetos apreendidos pela realidade. Imagem que representa um significado transcendente, apontando a noção de interioridade. O saber “psi” utiliza-se deste modelo quando afirma que o indivíduo introjeta o mundo externo, em que o “fora” é apreendido, partindo-se de um pressuposto de sujeito e sociedade separados. “E, esperava-se da Psicologia o cumprimento desta missão investigativa com o intuito de alcançar o sujeito puro da razão.” (GIACOMEL *et al*, 2003, p. 141).

As práticas psicológicas tradicionais sustentam-se na idéia de um sujeito universal, sujeito este a ser desvendado para a compreensão de si e do mundo. A busca do sujeito racional, classificável e normatizado. E nada disso faz sentido senão em acordo com a pretensa busca da razão na modernidade. A Psicologia procura se sustentar como ciência e principalmente com base nos modelos das

ciências naturais e positivistas, partindo de pressupostos tais como experimentos, objetividade e neutralidade. Para que fossem possíveis tais pressupostos, a Psicologia utilizou-se da separação sujeito/ objeto, colocando o psicólogo “[...] numa posição de ‘descobridor’ da realidade psíquica [...]” (HÜNING; GUARESCHI, 2005b, p.98).

A expectativa da comunidade fortunense sobre a Psicologia no CRAS era de que a representação e o modelo dominante desse saber fossem atendidos e levados à comunidade:

P1: “Foi difícil porque eles não têm, eles não tinham até então um entendimento de um profissional trabalhando dentro de um serviço comunitário. [...] Então pra eles pra toda essa comunidade, o psicólogo é aquele que fica dentro de um consultório sentado, consultando, na clínica. [...] não podia pegar ir na escola identificar os meninos, se eles tem déficit de atenção, hiperatividade, os problemas de família [...] ”

4.2 Da Psicologia no CRAS

As políticas públicas têm atualmente o foco na família, por compreendê-la uma organização básica da vida humana, associada à matricialidade sócio-familiar. Nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) há necessariamente o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) que privilegia ações dos profissionais na busca de impactos na subjetividade dos usuários, geração de renda, promoção da autonomia, o fortalecimento dos vínculos familiares/ comunitários e prevenção de situações de risco. Os técnicos do CRAS – psicólogos, assistentes sociais, coordenador e nutricionista – devem ter conhecimento de leis como Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (BRASIL, 2000), Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS – (BRASIL, 2001) dentre muitas outras, além de escuta qualificada individual ou em grupo, trabalhar em equipe, desenvolver atividades sócio-educativas de apoio, acolhida, reflexão, realizar monitoramento e avaliação do serviço. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2006a).

O que marca a modernidade também marca a Psicologia como uma construção histórica e discursiva. O sujeito instituído na modernidade é centrado na

razão, na pretensão de ordem, mensurando, classificando, ordenando as coisas, os comportamentos e os sujeitos. O que não pudesse ser “capturado” passou então a ser “tratado”, “consertado”, “diagnosticado”, criando-se lugares para aqueles sujeitos que não se enquadravam nas normas, como as prisões e os hospitais psiquiátricos. Criaram-se então as especialidades capazes de “tratar” os anormais, eleitas para dar conta da ordem e da classificação. As práticas psicológicas, como uma dessas especialidades, produzem e reproduzem um discurso em acordo com o modo de viver moderno: avalia, seleciona, diagnostica, intervém, entre outras. O que se verifica na reprodução da fala de um profissional da Psicologia:

P1: “[...] eu acho que a patologia é importantíssima pra gente, quê que é isso que tá rolando com essa população aqui extremamente histérica? Compulsiva... não que a gente deve ficar rotulando, mas a gente vê casos aqui. Aqui em Fortuna, por exemplo, a gente identifica uma lista de pessoas que estão completamente, com a saúde completamente debilitada, completamente institucionalizada.”

Tal proposta da Psicologia fez e ainda faz com que, de alguma maneira, se controle o fazer humano. É preciso problematizar as práticas psicológicas desconstruindo e desnaturalizando-as, pois a Psicologia enquanto uma construção histórica diz respeito a uma determinada época, bem como das relações e controles sociais em que ela surgiu e se fez “necessária”. Para Rose (2001) algumas práticas regulatórias – dentre elas, a Psicologia – procuram governar os indivíduos como pensados e caracterizados como um “eu” totalizante, fixo e estável. Para este autor, a Psicologia tem grande responsabilidade nestas regulações porque se inscreve num discurso de normas e dispositivos capazes de controlar as condutas humanas, tornando-as julgáveis e inteligíveis. Regulação, atravessando o cotidiano social pelas obediências às regras, as práticas “psi” como reguladoras do cotidiano, da subjetividade agenciada pela forma estável e individualizada, “obedecendo” ao Capitalismo Mundial Integrado.

Quando os sujeitos se constituem e funcionam como peças de subjetividades, é fato freqüente que se construam como o sujeito padrão edipiano, inteiramente normatizado, ou não, sujeito este cujo apogeu e pseudo-universalidade é essencial ao capitalismo planetário integrado. (BAREMBLITT, 2007).

Fragmentos da fala do psicólogo – P1 – revelam a visão da Psicologia ligada à subjetividade individualizante e intervenções que “obedeçam” a essa prática:

P1: “[...] a comunidade aqui não tem um atendimento das, que supram as carências “psi” delas [...]. Então não tem esse atendimento na cidade, esse serviço do psicólogo clínico na cidade. [...] a gente não pode fazer esse trabalho. Então a gente fica aqui apagando o fogo, certo? [...] fator limitante pra gente, onde a gente não pode atuar clinicamente, [...] porque aqui a gente trabalha muito em grupo né? Tudo é junto né? A gente fica nessa limitação, o que fazer com essa questão? Que fazer com essa demanda, porque muita delas, a gente identifica que é individual, não tem como você tratar uma questão em grupo, então a gente tem essa limitação.”

Parece que as crises, desterritorializações, são rapidamente capturadas numa organização de território reconhecido, familiarizado em sua face psicológica (ROLNIK, 2007):

P2: “Às vezes eles estão vindo aqui com uma demanda dum conflito familiar ou dum conflito dele mesmo, que eu acho que o psicólogo tem uma percepção mais assim apurada, entendeu?”

O que se percebe é que o plano de organização – definido como códigos, hierarquias, classificações – estão marcadamente preponderantes nas falas dos técnicos, quando se compreende a Psicologia como saber responsável pelas interpretações, análises e soluções de questões individuais, bem como familiares.

P4 – coordenador – revela o movimento que tende a extrair o lugar da Psicologia do seu modelo tradicional, mas ao mesmo tempo estabelece a Psicologia caracterizada como saber da *psiquè* e o “social” como pertencente ao Serviço Social, associando-se saúde/doença mentais à Psicologia enquanto dificuldades socioeconômicas relacionadas ao segundo:

P4: “Principalmente assim, que hoje, que é pra nós o mais importante é a família, não adianta você trabalhar o indivíduo, a gente tem que trabalhar o coletivo e a intervenção do psicólogo é muito interessante, principalmente assim, eu acho que foi um ganho dessa parceria aí de psicólogo com assistente social porque junta o psicossocial [...]”

No entanto, essa dicotomia não é mais suficiente para dar conta da vida contemporânea, apesar dela ser reforçada insistentemente. A atualidade convoca uma subjetividade heterogenética. Há um lado que incide na idéia de uma subjetividade estanque, formatada, única e indissociável e por outro, subjetividades a serem consumidas pelo *mass-mídia* (GUATTARI, 1992), reproduzidas nas palavras de Rolnik (1997):

[...] são as miragens de personagens globalizados, vencedores e invencíveis, envoltos por uma aura de incansável glamour, que habitam as etéreas ondas sonoras e visuais da mídia; personagens que parecem pairar acima das turbulências do vivo e da finitude de suas figuras. (ROLNIK, 1997, p.29)

Para além da noção de identidade fixa e imutável, as contribuições de Deleuze e Guattari se fazem necessárias para compreender que o sujeito é mais múltiplo do que se pensa. Uma subjetividade processual, como fenômeno aberto, constantemente afetado e afetando a realidade. Subjetividade esta que compõe e é composta pelas máquinas da realidade, como um rizoma aberto em todos os contornos, conjugada pela multiplicidade, em que não se sabe onde começa e termina, uma vez que tudo é passível de se compor e conjugar: uma música, uma estrada, uma animal. Onde os afetos, os encontros que se dão no “entre” desta conjugação, formarão uma subjetividade outra. Tendo como esta, a compreensão de subjetividade em ação, ela é entendida como fabricada no registro do social, não sendo, portanto, totalizante e fechada em si mesma, e sim, permanentemente mutável, heterogênea, uma vez que está conectada com a história, com os processos sociais, econômicos, urbanos, entre tantos outros. (PARPINELLI; SOUZA, 2005).

Um processo de subjetivação, isto é, uma produção de modo de existência, não pode se confundir com um sujeito, a menos que se destitua este de toda interioridade e mesmo de toda a identidade. A subjetivação sequer tem a ver com a «pessoa»: é uma individuação, particular ou coletiva, que caracteriza um acontecimento (uma hora do dia, um rio, um vento, uma vida...). É um modo intensivo e não um sujeito pessoal. É uma dimensão específica sem a qual não se poderia ultrapassar o saber nem resistir ao poder. (DELEUZE, 1992, p. 123).

Esta concepção da subjetividade vai ao encontro da atualidade, no sentido em que a fluidez dos acontecimentos, das ações humanas, tornou-se mais visível e intensa. Apesar de ser passível de se reconhecer, o mundo contemporâneo captou a importância da subjetividade, tornando-a como forma de consumo. Não se consome somente bens materiais, mas também modos de ser. Capturam-se as subjetividades, aprisionando os homens nas formas identitárias. Sendo que Guattari (1992) já denunciava que a produção da subjetividade pode trabalhar tanto para o melhor quanto para o pior. Há que se atentar para as capturas, pois elas são tão ou mais dinâmicas que os processos subjetivos. Aprisionar a vida em sua forma serializada e pronta a ser consumida, ou potencializar a vida. Como isto é possível?

No mesmo sentido em que há forças que atuam para consumir as subjetividades, há imanência de fluxos que poderão se atualizar em acontecimentos inventivos. Os contornos subjetivos, as formas identitárias não cessam de serem “cutucadas” por linhas de forças para se abrirem, desestabilizarem em favor dos encontros e devires. O vir-a-ser está pairando, rondando as formas para se “quebrar” o território de existência pretensamente fixo. Essa é uma escolha que implica uma postura ética, a favor da invenção, da abertura para o caos, para a estranheza de sensações inomináveis. Existir e coexistir na imanência dos contrários, vislumbrar desordem e deixar que ela vibre em seu território existencial, “[...] exige mais força e ‘moralidade’”. (NIETZSCHE, 1992, p.92). Escolha que necessita certo cuidado, no sentido em que pode fechar-se ainda mais em seu território de existência, fixando-se nele, viciando-se nele ou ao seu outro extremo, abrindo-se demais e permitindo que as forças o habitem por completo. (ROLNIK, 1997). Há que se permitir encontrar-se na desordem, sem se perder. E resistir. Resistir, muito além do conceito utilizado pela psicanálise, entendido aqui como produção de processos singularizantes, revertendo a apreensão da vida ligada ao capital, escapando-se da lógica dominante de consumo para captar a potência de vida, a força vital, a invenção. Necessário esclarecer que resistir não se dá em todos os momentos, pois como processualidade, a vida é imanentemente feita por sujeição dos modos de existência capitalísticos e modos inventivos. Não há como não ser assujeitado, pois esses modos estão em todo lugar. Há como escapar por algumas vias e em determinados encontros. Imanência a favor da ruptura dicotômica da noção de que tudo está junto, inseparável que, ao mesmo tempo em que ocorrem fenômenos de resistência, estão presentes os assujeitamentos, os microfascismos, o instituinte e o instituído, o molar e o molecular, atravessamentos e transversalidades.

Somos, portanto, sujeitos segmentados e linearizados. Segmentos da ordem das classes sociais, sexo, idade, bem como por linhas como a família, a escola. Esses segmentos são embaralhados e atravessam toda sociedade, coexistindo, mas se diferenciando pela natureza – molar e molecular. Molar da ordem das organizações binárias: homem, mulher e moleculares são as desterritorializações, os fluxos. Segmentos são os modelos, as formas, os códigos, as classificações e os fluxos são as des-subjetivações.

O funcionamento da sociedade se dá no que oprime e no que escapa. Todo indivíduo e sociedade são atravessados pelos segmentos e fluxos, pelas opressões

e pelas linhas de fuga, que coexistem. São fenômenos partes de um fluxo vital, onde no nível molecular, no micro se torna possível o resgate da energia vital, da potência de vida. A resistência se dá, portanto, no molecular, na possibilidade do vir-a-ser, tornar-se acontecimento. Apesar disso, os microfascismos operam também no molecular e a revolução molecular defendida por Guattari (1992) é possível quando se investe na potência da vida contra a perversão do capitalismo em homogeneizar e reproduzir. Contra o processo de serialização da subjetividade, na tentativa de produzir modos de subjetivação originais e singulares sem dependência em relação ao poder global. A revolução de uma ruptura, da criação e potência desejante. Se considerarmos a subjetividade não mais como um “recipiente” em que se depositam coisas exteriores e sim, como um entrecruzamento das determinações coletivas – econômicas, sociais, tecnológicas, dentre outros – estaremos abertos a promover os agenciamentos capazes de operar em favor de nós mesmos, em favor da vida.

A proposta da Esquizoanálise é de que mesmo sabendo, das demandas da ordem capitalística em homogeneizar as percepções, os comportamentos e a subjetividade, há possibilidades em diversos vetores, agenciamentos passíveis de acontecerem que nos possibilitam tornarmos mais autônomos e singulares. O tempo, uma vez considerado como uma construção histórica e também a própria subjetividade, não deve ser compreendidos como predestinados a serem como são. Se, fazem parte da história, quer dizer que podem ser construídos e encarados de outra forma e sempre mutáveis.

O saber “psi” no CRAS

No trajeto de volta à cidade do cartógrafo, a conversa com o psicólogo – P1 – fluiu, de tal maneira que este se sentiu à vontade para expor sua própria experiência na coordenação de um CRAS. Possivelmente, isso contribuiu para trocas de vivências, exposição de situações semelhantes vividas, sentimentos relativos ao trabalho e tentativas de análises sobre os desafios da Psicologia nos CRAS. Sobre esses desafios, o psicólogo retoma sua dificuldade inicial em atuar no CRAS por ter uma formação acadêmica voltada para estágios, disciplinas e pós-graduação em psicanálise, preparando-se para atuar em consultório particular. Ao contrário de sua expectativa, P1 se depara com preenchimento de cadastros, visitas domiciliares, atendimentos descontínuos onde toda equipe técnica do CRAS era composta de recém-formados ávida por utilizar todas as teorias, técnicas e ferramentas, numa

cidade que “dormia às duas da tarde”, (P1) (Informação verbal) ¹⁵. Curioso sobre a postura tomada pela equipe quando se depara com a cidade “adormecida” *versus* a voracidade de aplicação dos conhecimentos recém-adquiridos, o cartógrafo se surpreende. A equipe descobre que não seria possível aplicar seus conhecimentos “goela abaixo”. E, ao mesmo tempo em que, esses recentes profissionais das ciências humanas estavam buscando “respostas” às verdades científicas, a abertura para novas possibilidades aconteceu. O que eles perceberam foi que não seria possível a aplicação de seus conhecimentos sem a escuta dos moradores. Um saber instituinte – no qual emerge a potência produtiva da comunidade, destituindo-se o lugar de “dono do saber” dos especialistas, integrando esses saberes aos saberes comunitários, promovendo práticas e conhecimentos acerca daquela sociedade (BAREMBLITT, 2002) – se apresentou naquele momento reproduzido na fala do psicólogo P1: “O saber deles é que construirá o nosso saber.” (Informação verbal) ¹⁶. Surpreso, o cartógrafo imagina o “dono do saber” sendo “engolido” pela força de vida contida em uma comunidade que demonstrava estar prostrada em suas casas. A fotografia abaixo mostra alguns usuários do CRAS:



Figura 6: Usuários do CRAS
Fonte: Acervo do CRAS de Fortuna de Minas

¹⁵ Dados da observação participante. Pesquisa de campo realizada em Fortuna de Minas - MG em 24/09/2008.

¹⁶ Dados da observação participante. Pesquisa de campo realizada em Fortuna de Minas - MG em 24/09/2008.

4.3 Considerações sobre os saberes no CRAS

O atendimento da equipe é preponderantemente voltado para ações e intervenções postuladas pela Assistência Social que determina o CRAS como local de acolhimento e encaminhamento da população à rede socioassistencial. A Psicologia parece vir num pano de fundo, quando se percebem “patologias” e problemas afetivos. Simultaneamente, psicólogos e assistentes sociais reverenciam como bons resultados de suas intervenções, palavras como “auto-estima”, “escuta”, “valorização pessoal”, marcadas como enunciados do campo da Psicologia:

P3: “Da valorização pessoal deles, da escuta que a gente faz pra eles naqueles momentos talvez assim pra eles agoniantes (*sic*) deles, um momento de escuta.”

A comunidade, profissionais de outras unidades e a própria equipe do CRAS direcionam os atendimentos como “psicológicos” e “sociais”, conduzindo-os aos seus respectivos profissionais. Estabelece-se, portanto, uma Psicologia caracterizada como saber da *psiquè* e o “social” como pertencente ao Serviço Social, associando-se saúde/doença mentais à Psicologia enquanto dificuldades sócio-econômicas relacionadas ao segundo. Desde seu surgimento, na modernidade, as ciências mostram-se marcadamente especializadas e separadas umas das outras. O que se observa, em alguns momentos, é a manutenção da compartimentação dos saberes no cotidiano do CRAS:

P2: “[...] a gente [assistente social] não tem a mesma percepção que ele [psicólogo] tem, e ele porque ele percebe que é um caso clínico, [...] a gente num outro momento que a pessoa vier, a gente deixa um espaço só com o psicólogo, entendeu? [...] Porque às vezes, quando a gente vai fazer uma visita junto, o meu olhar, eu enfoco mais pra questão pra ver como que é aquela realidade da família, [...] Já o psicólogo, ele tem outra visão, entendeu?”

Cabe ressaltar que no manual de orientações técnicas para o CRAS mostra que as funções dos psicólogos e dos assistentes sociais são as mesmas, não havendo diferenciações quanto as suas atuações, invocando a idéia da transdisciplinaridade. Por outro lado, esse mesmo manual indica em suas diretrizes metodológicas um trabalho interdisciplinar. E essas atuações passam por esses dois

movimentos: ora atuam conjuntamente nas intervenções, nos acolhimentos, nas atividades com grupos, ora “exigem” que haja especificidades nas formas de atuação dessas profissões. No entanto, a responsabilidade das ações é grupal e parte da equipe vê o grupo como coeso, somente os profissionais da Psicologia encaram o grupo como divergente nas falas e ações, acreditando que prevalece o saber do assistente social. Há movimentos de oposição à mudança com a entrada de novos técnicos e parte da população também resiste à entrada dos técnicos na comunidade, uma vez que nenhum deles pertence àquela região. Os “forasteiros” resistem a novos “forasteiros”.

De acordo com a usuária – P6 – durante entrevista realizada em sua casa, a mesma não reconhece o psicólogo – P8 – que acompanha o cartógrafo como profissional da unidade. Em sua entrevista, conta que os dois profissionais que possui mais afinidade são ambos os mais antigos no CRAS e ressalta seu vínculo com psicólogo – P1:

P6: “Olha eu não sei... é assim [...] porque as outras é...a gente não tem uma afinidade [...] eu me sinto assim...como é que eu...é...com mais liberdade com o P1.”

Percebemos que a Psicologia é compreendida, em alguns momentos, como saber realizado num espaço fechado, no *setting* tradicional do campo “psi”. A comunidade e profissionais de outras unidades governamentais questionam a atuação do psicólogo quando esse trabalha sob outra ótica, esses não “aceitam” que o psicólogo não possa diagnosticar, fazer “atendimento clínico” e criticam a prática não convencional. Essa relutância reflete e é refletida nas falas dos psicólogos que relatam suas dificuldades em atuar em espaços públicos, realizando visitas domiciliares, intervenções feitas durante aulas, cursos, dentre outros. Um saber “endurecido” em sua fôrma identitária, concomitantemente convocando ações e intervenções para além do espaço formal da Psicologia. A Psicologia vive um fogo cruzado, quando é convocada a ser uma prática atuante nos espaços públicos, é chamada a se “colocar” no lugar em que havia sido eleita anteriormente ¹⁷.

O próprio lugar da Assistência Social na comunidade é percebido com descrédito, desinteresse de governantes e “troca de favores”, bem como local de escuta, apoio e laços sociais. O CRAS no ano de sua implantação coincidiu com um

¹⁷ Nesse capítulo apontamos algumas reflexões a respeito dos movimentos da psicologia no CRAS de Fortuna de Minas, para saber mais detalhes consultar capítulo 5 Linhas de Tensão.

ano eleitoral, sendo recebido pela população como mais um programa que encerra suas atividades após a posse de um novo prefeito. Ao contrário, é um programa que independe de atuações políticas eleitoreiras. Ou seja, o CRAS fazendo parte da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) se configura como um programa de ação continuada e como política pública reconhecida como direito do cidadão, nesse sentido podemos afirmar que:

Tal empreendimento [a política nacional da assistência social] deve sobrelevar a prática de controle social, o que nessa área em particular, adquire uma relevância crucial, já que o atributo torpe de campo de favores políticos e caridade, agregado historicamente a esta área, deve ser minado pelo estabelecimento de um novo estágio, feito de estratégias e determinações que suplantem política e tecnicamente o passado. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2004, p.10)

Mas servidores públicos e governantes encaminham pedidos de cestas básicas e outros benefícios ao CRAS, mesmo que a pessoa ou família encaminhada esteja fora dos critérios impostos ao recebimento de tais benefícios. População e governantes acreditam que tais pedidos serão acatados e cumpridos pelos técnicos do CRAS por virem de setores públicos.

A outra face dessa relação com a comunidade é que o CRAS é conhecido para quem participa das atividades como a “casa”, relacionando-se com o nome inicial ter sido “Casa da Família”. A “casa” é para esses usuários lugar que se pode pedir apoio, falar sobre seus problemas, trocar confidências e espaço de convívio social nas aulas de dança, cursos de bordado, confecção de panos de prato, entre outras atividades grupais. Em Fortuna de Minas há uma carência de entidades e serviços que atendam o usuário em sua complexidade. O CRAS aparece na cidade como primeiro espaço vivido de integração, escuta, acolhimento e demandas socioassistenciais. Para o desenvolvimento de ações continuadas e que aproximam as práticas da complexa realidade que encontramos, é preciso desenvolver a intersetorialidade, que pressupõe a articulação de setores sociais diversos, de saberes e poderes para enfrentar os problemas da realidade social. Para isso, deve haver um comprometimento com ações teóricas e práticas que se multiplicam em uma única rede.

A usuária – P5 – assinala em seu relato as dificuldades vividas por ela antes da implantação do CRAS:

P5: “[...] cê (*sic*) ia correr pra onde, cê (*sic*) ia pra prefeitura fazer o que lá na prefeitura? Nada, não ia fazer nada lá...então aí ocê (*sic*) não tinha pra onde...não tinha realmente pra onde a gente correr[...]

A deficiência dessa rede de serviços reflete nas ações cotidianas do CRAS. Essa rede abrange organizações governamentais, não governamentais e privadas que atendem os cidadãos em diversos setores, como exemplo, creches, abrigos, entidades filantrópicas, conselhos municipais da saúde, do idoso, criança e adolescente, conselhos tutelares, assim como escolas, postos de saúde, associações comunitárias, entre outros. O CRAS tem como uma de suas diretrizes de trabalho potencializar essa rede com o objetivo de favorecer o acesso dos usuários aos seus direitos, à inclusão, à superação de vulnerabilidades e riscos sociais, mobilização comunitária para agenciamento de singularidades coletivas. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2006a). A respeito da articulação com a rede de serviços socioassistenciais, percebe-se uma sobreposição de ações das diversas áreas: saúde, educação, cultura, assistência social. Cada esfera intervém o que acredita ser de sua alçada e encaminha para as demais fazerem o que cabe a cada uma delas, conforme assinala o assistente social:

P3: “A rede, nossa rede é fraca porque não existe a rede, não existe nenhuma instituição no município [...] O único que nos temos é o nosso trabalho aqui, porque se for de abandono ou se for de maus tratos, [...] aqui não tem né essas coisas, são os básicos. E também eu sinto muita dificuldade na falta de interligação de todas as secretarias, dos órgãos gestores, que são as únicas que tem, aqui é muito individualista, cada um trabalha por si. Então eu trabalho um usuário, a educação outro, não tem uma integração que poderia ser feito um trabalho só. O que a gente faz então lá ele estão fazendo a mesma coisa que nós estamos fazendo aqui [...]

Os saberes fragmentados e os usuários também. Sobre esse viés tenta-se através de discussões realizadas pelo CRAS, articular essas ações. Mas os resultados ainda não são favoráveis a uma rede fluida, permanecendo ações segmentadas. Por outro lado, dentro do espaço do CRAS, há serviços que englobam profissionais e ações que mesclam saúde, educação e assistência social como, por exemplo, o projeto Cantina da Cidadania.

Conforme citado anteriormente, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) a partir da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) objetiva desvinculá-la dos modelos assistencialistas e convoca a ser uma política de ações descentralizadas.

Todavia, sua concretização é um desafio, pois o que se vê é uma permanência do modelo assistencialista por parte de governantes e usuários, concomitantemente, a equipe técnica do CRAS se posiciona radicalmente contra essas ações e busca combatê-las em suas intervenções:

P4: “[...] a gente tem trabalhado muito na questão da política, o quê que é uma política pública e de tá desvinculando isso da politicagem e é uma coisa que a gente ainda tem muita barreira por ser uma coisa muito cultural.”

4.4 Assistência Social e assistencialismo

Torna-se importante fazer uma abordagem do modelo assistencialista, os progressos e estagnações ocorridas na Assistência Social. Um destaque para a história da Assistência Social no Brasil: na década de quarenta a Assistência Social como campo de ação governamental inaugurou a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Na década de setenta, é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, baseado na centralidade e exclusividade da ação federal. A Constituição (BRASIL, 1988) é promulgada em mil novecentos e oitenta e oito e reconhece a Assistência Social como dever de Estado no campo da seguridade social e não mais política isolada e complementar à Previdência. Em noventa a primeira redação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é vetada no Congresso Nacional. Em 1993 negociações de movimento nacional envolvendo gestores municipais, estaduais e organizações não governamentais com o Governo Federal e representantes no Congresso, permitiram a aprovação da LOAS. Inicia-se o processo de construção da gestão pública e participativa da Assistência Social através de conselhos deliberativos nas esferas federal, estadual e municipal. Em 2004 é criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que fortaleceu o processo de construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em dezembro, após ampla mobilização nacional, editou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e no ano seguinte o SUAS virou realidade. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009).

A descentralização da Assistência Social, conforme a Política Nacional (PNAS) apregoa a preservação e a potencialização das singularidades regionais,

bem como ser uma política de responsabilidade do governo e da sociedade civil. Tem o intuito de controle das ações municipais, estaduais e federais no combate a favores políticos e assistencialismos. Com isso, busca-se uma política pública responsável pela inclusão social e autonomia dos sujeitos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.

A Assistência Social, fazendo parte da seguridade social, não é um direito universal, mas direito a quem dele necessitar em um determinado momento de vida. A pessoa que consegue sobreviver não busca dependência e assistência, mas sim autonomia. Ocorrendo a dependência permanente, a assistência também o será. No caso de ser uma assistência provisória – grupos vulneráveis como crianças, gestantes sem recursos, desempregados, entre outros – ela tornará necessária até que em um dado momento seja possível livrar-se dela. “[...] começa com assistência, porque o faminto precisa, imediatamente, comer; mas depois vem, necessariamente, emprego.” (DEMO, 1995, p.111). De acordo com Demo (1995) é preciso compreender a assistência como parte integrante de cidadania, que possui suas especificidades e não pretende e não deve ser entendida como a resolução de todos os problemas sociais e econômicos. As necessidades básicas da população são múltiplas e não se reduzem à sobrevivência material. A Assistência Social para ser efetiva depende de uma política global integrada que ultrapassa os limites de sua própria política. O autor ressalta que a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) deixa de lado seu conteúdo principal que é a garantia de sobrevivência. Submete-se à lógica do mercado por não conseguir aliar benefícios e direitos, conservando práticas da Legião Brasileira de Assistência que mantém a lógica assistencialista, que, apesar de ter superado o clientelismo, preserva a cidadania assistida – atrelada a benefícios em vez de emancipação – e se distancia da promoção de cidadania. Há diferença em ser “cliente” e em ser “assistido”? Reproduz-se a cidadania assistida atrelada a benefícios tendendo ao *status quo*. Assistir deve ser entendido como intervenção emergencial, pois mantém a pessoa assistida na mesma situação, as mudanças emergenciais não suprem a busca de autonomia e geração de renda. É precioso assinalar que a Assistência Social se distingue do assistencialismo na medida em que o primeiro corresponde a um direito humano entendido como atendimento emergencial de forma que “[...] se favoreçam atividades de produção e participação” (DEMO, 1996, p. 31) no intuito de emancipar o sujeito assistido. Já o assistencialismo é compreendido como assistência que “cultiva o problema social

sob a aparência de ajuda, [...] é estratégia de manutenção das desigualdades sociais [...]” (DEMO, 1996, p. 30). A Assistência Social enquanto produção e subserviência.

As questões trabalhadas acima estão em seu contexto macrossocial, correspondendo às políticas nacionais, às leis estabelecidas e ao funcionamento instituído desse setor. No cotidiano, tudo isso ocorre de forma ativa e processual escapando, muitas vezes, da lógica na qual somos submetidos e submetemos os usuários. Vejamos como exemplo a questão da distribuição de cestas básicas no CRAS de Fortuna de Minas. A princípio, esse benefício estaria na lógica assistencialista, da qual prefeito e técnicos da unidade tentam combater. Mas, em situações emergenciais, conforme o coordenador – P4 – relatou, o prefeito e seus assistentes usam de artifícios burocráticos na tentativa de protelar a doação da cesta básica às famílias. Em uma situação como essa, o coordenador e técnicos avaliaram a condição de uma família e detectaram a necessidade urgente de uma cesta básica. Contrariando a ordem do prefeito, P4 fez a compra de uma cesta básica e entregou para a família e deixou a conta em nome da prefeitura. É certo que esse benefício pode ser entendido como prática assistencialista, pois mantém os sujeitos na mesma condição de pobreza que se encontravam anterior à doação da cesta. Devemos, portanto, pensar na necessidade de assistir de modo emergencial para se trabalhar, posteriormente, a autonomia e emancipação dos usuários. São situações que psicólogos e assistentes sociais do CRAS vivem com freqüência no cotidiano de seu trabalho. Percebemos que há um movimento imanente de assistencialismo e busca de autonomia nas intervenções, que produzem questionamentos e discussões entre os profissionais. O psicólogo – P8 – explicita esses movimentos e discussões:

P8: “[...] tem profissionais aqui que preferem levar [alimento na casa dos usuários] eu não concordo, eu acho que a gente tem que fazer alguma coisa por eles...acho que só dar verdura...não é fazer alguma coisa...é...uma parte...mas a outra é fazer com que eles cresçam [...] criar uma horta em casa, é importante né...acho que tudo tem que ser eles fazerem crescer, eu sei que tem um papel nosso, mas nosso papel é de acompanhar, é de ajudar sim...se eles tão necessitando de alimento a gente tem que ajudar...é função nossa né, mas ajudar eles a crescer também, então tem essa briga aqui ainda.”

Esse mesmo movimento aconteceu com a usuária – P5 – que recebeu primeiro a assistência, e após seis anos de acompanhamento no CRAS, sua família construiu outros processos de subjetivação, menos passivos e mais inventivos:

P5: “Quando esse pessoal do CRAS chegou pra aqui, nossa...eu tava passando muita dificuldade, tava com os menino tudo pequeno, tava passando necessidade com os meninos, não tinha alimentação nenhuma, não tinha, não tinha renda nenhuma [...]igual eu pedi pra reformar minha casa, o pessoal conseguiu, reformou [...] a sensação assim...realizada porque meus filhos tão estudando, minha menina tá fazendo faculdade em Sete Lagoas [...] tá dando aula [...]minha outra menina trabalha na casa dos outros mas tá fazendo o curso dela, meu outro menino mais velho trabalha na fábrica, sabe? [...] tirei meus medos também, eu pude expressar né...realmente falar o quê que eu tava sentindo, quê que tava acontecendo...que eu tava daquele jeito porque eu era nervosa né...assim...aí eu fui entender o quê que tava acontecendo comigo, quê que tava acontecendo com meus filhos, foi assim...saldo bem positivo viu?”

O relato dessa usuária revela sua emancipação econômica, alcançando a auto-sustentação bem como a emancipação subjetiva e de cidadania. Entendemos que essas conquistas, se deram, de certa maneira, na intercessão com o trabalho desenvolvido no CRAS. Mas, qual seria a participação dos técnicos nessa empreitada? P8 – psicólogo – reflete sobre a função da Psicologia como importante potencializador do processo de autonomia dos usuários e a formas de intervenção do Serviço Social:

P8: “[...] de fazer essa área social refletir a respeito do quê que elas tão fazendo pro grupo, porque não é só dar pro grupo aquilo que ele precisa. É... é ajudar ele a desenvolver uma capacidade pra que ele dê conta de fazer, porque senão ele vai estar sempre aqui pedindo e a gente vai estar sempre dando. E o quê que vai acontecer? Ele não vai crescer, não vai acontecer nada com esse grupo...ele vai estar sempre aqui. Então eu acho que esse é o objetivo da Psicologia aqui dentro. Eu vejo muito isso aqui dentro, às vezes eu brinco assim: meu Deus será que daqui há um tempo eu vou ficar tão assistencialista assim? Não que eles sejam, mas cê (*sic*) vê que a pessoa quando ela tá há muito tempo nessa área...não sei...algumas pessoas que eu já vi assim...éh...tudo...tudo acolhe, acho que acolher tudo bem, mas tudo dá...acho que a palavra é essa...tudo dá...tudo dá...”

De acordo com Demo (1996) política social se funda na cidadania dos usuários como sujeitos coparticipantes e codecisores, sendo traduzidas pelo trabalho e pela auto-gestão. Como promover isso?

A política de Assistência Social e suas atividades são desenvolvidas como responsabilidade do Estado. O conhecimento acerca das complexas organizações e

instituições se encontra na mão de *experts* que estão “[...] predominantemente a serviço do Estado e das empresas [...]” (BAREMBLITT, 2002, p.15) com isso, a coletividade foi compelida a “abandonar” seus conhecimentos acerca de suas próprias vidas e experiências acumuladas ao longo de anos. O saber tornou-se cargo de profissionais especializados responsáveis em definir qual demanda o sujeito que “não sabe”, possui. A serviço, portanto, da estrutura de comando planetária do Império. Os usuários devem desejar e demandar o que os *experts* desejam a eles, e com isso, somos responsáveis pela manutenção do lugar que lhes foi imposto, os excluídos que necessitam de assistência. Torna-se necessária a “devolução”, aos usuários, do saber que lhes foi destituído. Para isso, é preciso desenvolver a capacidade da comunidade em descobrir suas demandas, se organizar de forma que ela própria construa os dispositivos necessários para a melhoria de suas vidas, num processo de auto-gestão. Contudo, é preciso que profissionais reflitam sobre o lugar eleito de *expert*, despojando-se dele, reformulando e reinventando seu saber como colaborador – em pé de igualdade – na recuperação do saber da comunidade. Ao invés de “tudo dar” conforme o psicólogo – P8 – explicitou, fazer com que os usuários se tornem, eles mesmos, protagonistas de suas histórias e subjetividades, em favor da potência reiventiva da vida, como propõe Barembritt (2002).

Nas páginas que seguem veremos as tensões e alegrias nos encontros entre psicólogos, assistentes sociais, políticos e usuários do CRAS. Nesse caso também se compartilham as discussões sobre as práticas e os saberes envolvidos suscitados pelas lógicas que regem a política do CRAS.

5 AS LINHAS DE TENSÃO

“Acho que a escolha política que devemos fazer a cada dia é determinar qual é o principal perigo.”

Michel Foucault

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) possui em sua equipe técnica, psicólogos e assistentes sociais, base de um conjunto que privilegia pessoas e famílias que estejam em situação de risco e vulnerabilidades sociais. As pessoas que recebem benefícios do governo tais como a Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), são prioridade no atendimento do CRAS¹⁸. Sendo assim, as famílias cadastradas são acompanhadas com visitas domiciliares e atividades desenvolvidas na ou nas unidades de cada município¹⁹. Nestes encontros de técnicos e usuários, perpassam também as relações com os demais funcionários do CRAS – educadores, monitores, coordenador – assim como a relação com a política e os políticos da cidade, professores, médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde e tantos outros profissionais e equipamentos presentes no território. É preciso, então analisar algumas das linhas de tensão que atravessam tais relações. A partir das entrevistas e observação de campo, bem como a experiência do cartógrafo em uma unidade semelhante à estudada, nos atemos nesse capítulo, às linhas de tensão entre psicólogos e assistentes sociais, às linhas da própria Psicologia, aos técnicos, à comunidade e finalmente às tensões entre técnicos e pessoas que ocupam cargos políticos de Fortuna de Minas, Minas Gerais.

¹⁸ O Benefício de Prestação Continuada - BPC – “[...] constitui uma garantia de renda básica, no valor de um salário mínimo, [...] dirigido às pessoas com deficiência a aos idosos a partir de 65 anos de idade, observando, para acesso, o critério de renda previsto na Lei.” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2004, p. 28).

¹⁹ O número mínimo de CRAS é estipulado de acordo com o porte do município. Municípios de pequeno porte I, com até 20.000 habitantes devem ter no mínimo um CRAS, os municípios de pequeno porte II, com 20.001 a 50.000 habitantes devem ter também no mínimo um CRAS, os de médio porte com 50.001 a 100.000 habitantes devem ter no mínimo dois CRAS, os de grande porte com 100.001 a 900.000 habitantes devem ter no mínimo quatro CRAS, e as metrópoles com mais de 900.000 habitantes devem ter no mínimo oito CRAS. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2006a).

Inicialmente a Psicologia e o Serviço Social como integrantes do corpo técnico de um CRAS, possuem funções exatamente iguais. Isso aponta uma tentativa, em um recente equipamento público, de uma equipe técnica transdisciplinar.

De acordo com os guias e manuais de orientação para o CRAS não há nenhuma diferenciação ou especificidade nas atuações de psicólogos e assistentes sociais. O manual se refere apenas à necessidade de “Perfil dos técnicos”, desenvolvido no item 7.2, desse documento. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2006a). Esse perfil se refere ao conhecimento necessário para a realização das atividades, acerca das leis, estatutos, políticas, normas dentre outros. Assinala também a capacidade de escuta, articulação de serviços, trabalho em equipe, produção de relatórios e desenvolvimento de atividades socioeducativas. Nesse documento, é preciso assinalar que não há especificação das funções dos técnicos nem a separação em categorias profissionais, como psicólogos e assistentes sociais. Somente o trabalho do coordenador é determinado quanto às suas atribuições em um texto à parte. Sob a ótica transdisciplinar não há diferenciação entre os saberes, fato que se destina à abertura para a criação de um novo campo de saber autônomo: teórico e prático. E, ao determinar iguais funções aos profissionais de saberes distintos, inferimos, portanto, a introdução da idéia transdisciplinar nas políticas públicas. Pelo menos no texto desse documento, este campo é preconizado, porém não significa que não seja um grande desafio no dia-a-dia do serviço.

Aliás, na prática, essa não distinção dos saberes pode conduzir a uma associação das atividades de determinada categoria, insistindo na identidade de cada campo, ao invés da formação de um território “entre” as disciplinas, que favoreça a invenção. Observa-se que há um incômodo entre os profissionais em executar, intervir, acolher de forma semelhante. Um psicólogo relata:

P1: “Mais próximo do serviço do assistente social do que propriamente da psicologia. Porque [...] a gente tá muito preso ao trabalho do assistente aqui, da execução do trabalho.”

Ele diz sentir-se preso ao serviço do assistente social, queixando-se sobre a execução de trabalhos burocráticos, compreendendo isso como uma limitação de seu trabalho enquanto profissional da Psicologia. Para ele, aproximar-se desse outro

profissional é visto como prisão, limite, sugerindo que há um afastamento do que ele compreende como função do psicólogo. Isso pode ser entendido como afastar-se da Psicologia em seu estado macro, homogêneo, Psicologia colada em seu modelo tradicional, vinculada a um *setting* clínico e analítico, a um saber/fazer universalizado, com metodologia própria. Nesse sentido, podemos observar que os profissionais “[...] se convertem em **vítimas, cúmplices de sua própria captura.**” (ROLNIK, 2007, p.106):

P1: “Muito difícil, muito difícil porque a gente cai dentro de, pra início de conversa não era a minha formação. Minha formação é toda clínica e psicanalítica.”

Afastar-se desse modelo tradicional e aproximar de outra forma de conceber a Psicologia parece gerar crises, desterritorializações. Assim o psicólogo sugere a perda de sua identidade fabricada durante anos dentro da academia. Situação em que confere as dificuldades em formar-se psicólogo e executar e intervir na realidade. Mostrando, portanto, o abismo de sua formação e a complexa realidade com a qual se depara:

P1: “[...] a questão Assistência Social, pra gente que não trabalha com isso, na academia eu nunca vi nada com relação a isso, eu acho que na nossa formação tem esse, ainda tem esse *gap*, buracão.”

Desestabiliza. Promove problematizações quanto ao modelo, o ideal de ser psicólogo, de atuar, de alcançar o sujeito da razão, da realidade psíquica. E de alguma forma questiona o abismo quase intransponível da teoria e da práxis. Tecendo linhas de ruptura – com o modelo de sua formação – costurando retalhos da realidade e da teoria. Sem ciência para que rumo tomar, experimentando novas (velhas) formas do saber “psi”, procurando outra identidade que acarreta em alívio, que anestesia, mas que também revela, denuncia movimentos e momentos de inquietude, que cria, potencializa a vida:

P1: “[...] não nego, que a gente tem que mudar esse enfoque, esse referencial. Há um trabalho de construção diária que eu faço também.”

A construção diária e singular, relacionada a cada circunstância, a cada família. Encarar o dia com todas as suas potências, possibilidades do devir. Há endurecimentos, mas também linhas de fuga. Ao mesmo tempo em que busca uma

identidade profissional, o psicólogo consegue produzir laços com o assistente social, realizar ações conjuntas em favor da comunidade assistida.

P3: "Aqui é muito forte essa ligação, esse apoio um do outro, um ajudando o outro tecnicamente na sua área e pelo menos nós não temos conflitos nenhum, a gente consegue lidar muito bem com essas diferenciações que existe."

A fala de um assistente social apresenta uma tentativa de se buscar intervenções que aconteçam de maneira conjunta. Contudo, o que se percebe é que no momento em que se tem em cada projeto um técnico de referência que irá coordenar um grupo, há um impedimento de uma experiência interdisciplinar ou mesmo transdisciplinar. Além disso, as relações entre os técnicos visam uma ação que compartimenta os saberes, uma vez que:

P1: "Quando vem pra mim, vem as outras questões: psíquicas, emocionais, já vem mais dirigido."

De acordo com a fala de um técnico, a equipe sabe lidar com as diferenças, pois elas são tratadas separadamente. Ou seja, o que diferencia um saber do outro, diz respeito apenas àquele que detém esse saber e, portanto, não diz respeito ao trabalho como um todo. Uma questão que, no cotidiano, deve ser debatida quanto às linhas de tensão geradas a partir da compartimentalização de saberes e práticas. Em algumas situações torna impossível se vincular ou trocar com o que não é similar:

P1: "[...] a gente perde boas coisas, bons motivos, bom material de trabalho em função dessas incongruências de pensamento, de construções teóricas diferentes."

Continuamos a falar das tensões sobre as práticas multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares a partir da perspectiva de psicólogos e conselhos de Psicologia. Bem como as tensões dos encontros entre técnicos, coordenador, usuários e políticos de Fortuna de Minas ²⁰.

²⁰ Para maiores esclarecimentos acerca dos conceitos multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar consultar capítulo 2 Recortes conceituais, p.19-22.

5.1 As práticas multi, inter e transdisciplinar

As tensões entre os diversos saberes estão presentes em inúmeras discussões. O que se percebe no âmbito da Psicologia no CRAS, a partir da nossa experiência profissional e da pesquisa efetuada, é uma confusão quando se depara com manuais, artigos de jornais e reuniões de equipes. As práticas realizadas com saberes distintos podem gerar tensões entre o que é especificidade de cada saber, onde começa e onde termina o papel de cada profissional entre outras tensões:

P1: “Isso foi muito confuso, porque até as pessoas que nos orientavam na época, elas também estavam confusas nesse sentido. E aí tivemos muitos conflitos internos no início da implantação, que foi justamente, que papel é o seu, né?”

Conforme citado anteriormente, o manual técnico do CRAS não aponta diferenças entre as intervenções de psicólogos e assistentes sociais (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2006a). No entanto, a tensão não termina nesse ponto, ela apenas se inicia nessa questão. O mesmo manual que ora tende a indicar que as intervenções no CRAS caminham para uma prática transdisciplinar, após onze páginas afirma: “[...] desenvolver uma trabalho **interdisciplinar** (psicologia e serviço social) com uma compreensão de que a família deve ser abordada em sua totalidade;” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2006a, p. 31, grifo nosso). Cabe ressaltar que a interdisciplinaridade implica na manutenção das diferenças de cada disciplina, com a tentativa de relacioná-las.

A tensão continua. Quando se fala da Psicologia nos CRAS em jornais dos conselhos, os termos multi e trans são usados no mesmo artigo: “Evento em Montes Claros discutiu a construção de referências para o psicólogo no ambiente **multiprofissional** do CRAS” (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS, 2007, p.11, grifo nosso). Vejamos um exemplo do vivido no CRAS como prática multidisciplinar, em que cada disciplina atua separadamente com sua leitura e intervenção:

P8: “[...] eu já falei aqui várias vezes em reunião [...] não decide sozinho...porque às vezes nós duas trabalhamos num determinado grupo, se

você toma uma posição em relação a alguma coisa tudo bem...mas pode me falar, pra quando eu chegar aqui eu saber o que que tá acontecendo? Isso é trabalho de equipe [...]"

E, na medida em que se desenvolve o artigo lê-se: "Neste ambiente de trabalho, é preciso a presença da Psicologia, mas não exclusivamente do psicólogo. Trata-se de um campo **transdisciplinar**, no qual o objetivo é o empoderamento das famílias [...]" (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS, 2007, p.11, grifo nosso). Vale lembrar que a transdisciplinaridade, por sua vez, tenta abarcar a complexidade, via a maleabilidade das fronteiras de cada disciplina, mediante a intercessão de saberes. Nesse sentido, observamos, com relação à atuação da Psicologia e da Assistência Social no CRAS, conceitos e propostas distintas nas relações entre as disciplinas.

A propósito, foi observado que num primeiro momento a compreensão das famílias sobre o CRAS também era confusa e com diferentes expectativas. A usuária – P7 – relata que sua idéia estava vinculada às novas oportunidades de emprego, já que o município emprega basicamente a população no serviço público. Seu tom durante a entrevista é de frustração frente a meta fantasiada:

P7: "Eu esperava que...eu esperava que ia dar muito emprego pro povo trabalhar né...podia fazer pano e vender assim...dá serviço pra muita gente [...] porque serviço aqui em Fortuna só tem da prefeitura."

Por outro lado, a usuária – P6 –, também sem entender direito a proposta, acreditava que o CRAS atenderia somente crianças e adolescentes, pois sua referência de projetos e programas sociais estava vinculada aos comerciais da televisão:

P6: "Porque eu achei que fosse assim, [...] que fosse mais para criança, para menor né...que não fosse para pessoas adultas, que viesse o projeto mais praquelas crianças que participassem...que não tivessem uma atividade depois da escola [...]eu já vi projetos passando na televisão né [...]porque eu já almejava que pudesse surgir por aqui pra nossa cidade né [...]"

E essas diferentes expectativas, refletem, de forma breve, na maneira como os usuários compreendem os objetivos do CRAS. Decerto, no dia-a-dia do CRAS, ainda há certa dificuldade em compreender atividades e propostas, tanto por parte dos profissionais, como vimos anteriormente, quanto por parte dos usuários.

Retomando as diferentes noções dadas ao CRAS e às funções dos técnicos, em 2006 o jornal do Conselho Federal de Psicologia apresenta um artigo sobre o psicólogo no CRAS em que explica brevemente sobre o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e indica esta política pública como um campo novo de atuação para psicólogos e assistente sociais. No desenvolvimento do artigo a grande questão que se levanta: “[...] diz respeito à adequação do perfil dos psicólogos a estas necessidades”. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2006, p.13). Ao final do documento o conselho convida todos os psicólogos que atuam nos CRAS e demais atividades relacionadas ao SUAS para promover um diálogo sobre a atuação dos psicólogos, bem como do fortalecimento desse sistema. Ou seja, o que se percebe é uma necessidade de formação e informação sobre a atuação do saber Psicologia ainda indefinido tanto para os conselhos quanto para os próprios profissionais, não sabendo exatamente como intervir e atuar diante desse novo desafio. Entretanto, o Conselho Federal de Psicologia se abre para escutar esses profissionais sugerindo a inexistência de formação acadêmica, a importância de uma discussão ampla que possa criar condições para melhorias na atuação nessas unidades e ainda a possibilidade de buscar novas formas de intervenção e produções de conhecimento. O que se pretende saber é como foram desenvolvidas as ações dos conselhos e a participação dos psicólogos diante dessas possibilidades e desafios.

Dois anos depois desse artigo, o Jornal do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais aponta a discussão sobre a atuação dos psicólogos no CRAS (AFONSO, 2008). O que se revela é um debate mais consistente sobre as intervenções e práticas, porém apresenta uma proposta de trabalho interdisciplinar que seja adequado à Assistência Social. Sendo assim, há uma sugestão da interdisciplinaridade, mas também uma hierarquia de saberes a serem respeitadas e obedecidas. Ao mesmo tempo, o artigo revela a possibilidade de produzir novos conhecimentos para a prática nos CRAS.

A mudança na política da assistência social exige metodologia de trabalho interdisciplinar e intersetorial. [...] O CFP/ CREPOP recomenda que as equipes de trabalho se comprometam com princípios da assistência social, com seu código de ética, [...]. Para tal, a psicologia e a psicologia social apresentam recursos teórico-metodológicos a serem adequados à assistência social [...]. Também é fundamental produzir novos conhecimentos e instrumentos integrados à formação profissional. (AFONSO, 2008, p.14).

De acordo com Vasconcelos (2002) as práticas interdisciplinares tendem a uma horizontalização das relações de poder entre os campos de saber implicados, em que ocorre uma política de trabalho realizada em conjunto, e os princípios e conceitos de cada campo sejam identificados para contextualizar as diferenças e convergências entre os saberes, produzindo uma recombinação que, ao longo do trabalho, possa produzir novos campos de conhecimento e práticas, chegando até mesmo à produção de novas disciplinas. Portanto, o que se percebe é uma intenção de se chegar à prática interdisciplinar, no ambiente dos CRAS. Todavia, para que isso seja alcançado é preciso abandonar os princípios norteadores da Assistência Social como saber supremo, para que seja possível caminhar para a interdisciplinaridade. Além disso, o abandono da relação Psicologia e psicopatologia, bem como da divisão entre Psicologia clínica e Psicologia social, para que, a Psicologia juntamente com o Serviço Social e demais saberes envolvidos no trabalho dos CRAS se tornem verdadeiramente uma prática interdisciplinar. “É ingênuo reduzir a Psicologia ao estudo das psicopatologias e negar sua diversidade. É falta de imaginação recusar, hoje, a existência da escuta clínica no social e a escuta do social em contextos clínicos” (AFONSO, 2008, p.14).

Em uma conversa informal entre cartógrafo e coordenador, foi relatada uma dificuldade maior dos profissionais da Psicologia em entender as funções e o lugar da Psicologia no CRAS. Sobre isso, P4 – coordenador – disse que inicialmente houve uma insistência por parte de um psicólogo em realizar atendimento psicoterápico individual e sistemático – moldes tradicionais – sendo justificado pela sua titulação como psicanalista. P4 acredita que essa dificuldade é gerada pela formação ainda na graduação e que ainda tem como sustentação dominante a expectativa em atender em consultório, efetuando uma clínica liberal e privada:

P4: “O assistente social também já era um serviço desenvolvido por ele, mas numa outra lógica, eu percebia uma certa dificuldade do psicólogo enquanto a sua formação tá mais voltada pra psicologia clínica e dentro do CRAS, ele não pode desenvolver essa psicologia [...] Então assim, [...] tive algumas dificuldades com os psicólogos de adaptação [...]”

Percebe-se que no campo da Psicologia a intercessão com outras práticas é dificultada pela necessidade em manter esse modelo tradicional. A especificidade da Psicologia parece estar ligada a uma escuta diferenciada, explicitada na fala de um assistente social:

P2: “Do acolhimento, do atendimento, porque eu acho que ele percebe muito mais [...] eu acho que tem questões clínicas que eu acho que só o psicólogo dá conta, entendeu?”

A questão que devemos pensar é transpor essa escuta da clínica liberal e privada para os contextos sociais. E essa compreensão conforme Afonso (2008) revela se apresenta na maneira como P8 – psicólogo – entende seu lugar no CRAS:

P8: “[...] tem sim uma parte clínica...existe a clínica no social [...]”

É preciso salientar que vivemos hoje no país, na área clínica, grandes discussões acerca da construção de outro modelo clínico que não seja somente o tradicional, com objetivos analíticos, psicodiagnósticos e/ou curativos. Esse movimento é assinalado por Passos; Benevides de Barros (2004) e Romagnoli; Moreira; Neves (2007), dentre outros. Atualmente com as práticas emergentes em Psicologia, a idéia de flexibilização como desenvolvimento do trabalho clínico atual é privilegiada. Esse processo aparece como resposta à multiplicidade de elementos que permeiam essa atividade. Essas reflexões e propostas emergem inclusive no campo da psicanálise. (BIRMAN, 2001; GUERRA, 2002; MACIEL JÚNIOR; KUPPERMANN; TEDESCO, 2005).

Nesse contexto, vimos que os manuais e debates em jornais, o modelo de atuação em Psicologia e o cotidiano vivido pelos técnicos do CRAS são percebidos como confusos, pois se misturam como práticas multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares. Além disso, o campo da clínica também vive momentos de desestabilizações de certezas e inovação, inclusive na própria formação. Nesse sentido, ainda há grandes desafios para sua inserção como um espaço de invenção e, de fato, como sustentação da política pública que embasa o CRAS.

Outros pontos de tensão

A coexistência presente na relação dos técnicos e os políticos da cidade: se por um lado, os políticos, principalmente vereadores, buscam controlar o fazer dos profissionais – como pedir a eles doações de cestas básicas às famílias que não se enquadram nas condicionalidades – em uma cidade em que as “cartas marcadas” muitas vezes determinam a tomada de decisões e escolhas a quem se devem favorecer com empregos, benefícios, medicamentos, entre outros; por outro, é nesse

mesmo município que o prefeito, contrário ao modelo assistencialista de doações, permite à coordenação do CRAS que suas ações sejam desvinculadas da política, conduta pouco usual nos municípios brasileiros ²¹. Além disso, durante a observação participante, o psicólogo – P1 – relata que em todas as licitações de materiais para o CRAS, pagamentos dos funcionários, inclusão de novos projetos, prestação de contas ao governo federal, dentre outras, a coordenação detém o monitoramento das ações. Observamos ainda que a coordenação indica aos gestores municipais os caminhos a serem seguidos para que os processos se desenvolvam de forma a serem agilizados e dentro dos trâmites legais. E ainda, os funcionários da prefeitura executam as ações de acordo com as orientações dadas pela coordenação. P1 diz que quando os mesmos “não deram ouvidos” ao coordenador do CRAS, eles tiveram problemas e passaram então a escutá-lo. Portanto, no mesmo lugar em que há presença de uso de poder associado à macropolítica, há possibilidades de se permitir a circulação da vida, de certa micropolítica que favoreça o novo. A coordenação é vista pelos profissionais da Psicologia como autoritária:

P1: “Difícil porque é autoritário, porque é... [silêncio] é muito focado numa maneira única, pessoal de trabalho.”

O outro psicólogo também revela na entrevista o poder e a autoridade da coordenação:

P8: “[...] às vezes a coordenação faz uma coisa...coisas bobas...fala uma coisa, depois ah...não...não vai ser isso mais não...morreu...a nossa coordenação é muito assim sabe...muda assim ó...aí a gente tem que acompanhar[...] É ela que manda.”

Essa mesma coordenação é também reconhecida, por P1 – psicólogo – como postura “vitoriosa” para o desenvolvimento do trabalho: “O CRAS deu certo porque ela [coordenação] se posiciona, o serviço flui apesar das descontinuidades e burocracia” (Informação verbal) ²².

Poderíamos pensar numa dificuldade maior dos psicólogos do CRAS de Fortuna de Minas em aceitar posições hierárquicas ou seria a necessidade de expor mais claramente a postura autoritária de quem é superior? Um intelectual que luta

²¹ Para maiores esclarecimento sobre a política no interior consultar capítulo 3 Artíficos Metodológicos p.54-57.

²² Dados da observação participante. Pesquisa de campo realizada em Fortuna de Minas - MG em 24/09/2008.

contra o poder, para ferí-lo e desvendar o saber de quem supostamente não sabe? Para a tomada de poder ao lado dos – usuários – que foram reprimidos? Ou uma luta corporativa? (FOUCAULT, 1979). O que parece haver é um movimento entre se defender de um poder opressor que barra intervenções e ações no cotidiano do CRAS e uma tentativa de manter viva a teoria, a disciplina psi perante um saber superior da Assistência Social:

P4: “Agora, só a nível assim, de curiosidade mesmo e de crescimento também nas falas aqui das pessoas aqui do CRAS, você viu divergências nas falas?”

Nesse mesmo movimento, o poder incorporado na coordenação que ora impede seus subordinados “psi” conforme fala da própria coordenação, também se mostra poder-potência diante de intervenções políticas da cidade:

P4: “Porque nós não temos esse compromisso político nenhum aqui, nós temos compromisso com a política, mas politicamente nós não temos compromisso. [...] É claro que aparece vários pedidos de vereadores, de que a pessoa às vezes usa também “ah eu vim aqui porque foi o vereador tal que me mandou” achando que a gente vai atender porque foi o vereador que mandou ele e tal. E pra nós não existe isso pode ser vereador, o papa, o prefeito, o presidente, se ele é público isso é garantido a ele.”

A coordenação se posiciona claramente contra as “cartas marcadas” vivenciadas no cotidiano das cidades interioranas. Em outros relatos, a mesma impede que sejam distribuídos benefícios – como a cesta básica – para pessoas que não estão dentro das condicionalidades. Diante disso os políticos e servidores públicos denominam sua atitude como “[...] eu sou uma pessoa chata que sou ‘amarradinha’ [...]”. Contudo, isso parece não incomodar a coordenação do CRAS. Sua postura é vista como alguém que não segue uma cultura política de troca de favores e ainda, faz com que haja uma tentativa – mesmo que localizada no CRAS – de desvelar atos políticos e assistenciais *versus* politicagem e assistencialismo.

Nesse contexto, podemos refletir até que ponto não coexiste imanentemente, como assinalam Deleuze & Guattari (1996), os segmentos, os estratos e as linhas de fuga, o poder opressão e o poder potência, sendo que, de acordo com as conexões estabelecidas, com as circunstâncias, ora emerge um, ora emerge outro. Sem dúvida, há uma inserção institucional, delimitada por segmentos que determinam os cargos e as funções, mas como fazer para romper essa composição e fazer a vida circular? Nesse processo como lidar de forma produtiva com as

questões macropolíticas que favoreçam a construção de saídas, de escape do plano de organização, a invenção cotidiana, tanto da equipe como dos usuários?

5.2 A Psicologia e o Serviço Social

Será que a Psicologia conecta e desconecta do Serviço Social no cotidiano de trabalho do CRAS? Deslocamentos são feitos. O psicólogo realiza visitas domiciliares e delas algo surge, acontece. E a burocracia? Preenchimento de papéis, o telefone toca e o psicólogo ou o assistente social atende. P1: “Preenche ficha, preenche cadastro, atende quem chega, telefone, informação [...]”. A secretária não se encontra. A “vizinhança” de psicólogos e assistentes sociais parece funcionar como um intercessor:

Os intercessores [...] interessam-no pelos movimentos, não pelo que se passa antes deles, ou pelo que os causa, mas pelo que se dá ‘entre’, pelo que está se dando. [...] A relação de intercessão é uma relação de perturbação, e não de troca de conteúdos. (PASSOS; BENEVIDES DE BARROS, 2000, p. 77)

O que será que faz com que eles se conectem? O CRAS? O exercício maior da Assistência Social? A ameaça frente à necessidade de construção de novas formas de atuação?

E a escuta? É o que faz o psicólogo diferente? A escuta é claramente diferente, o olhar é sobre uma família e suas carências materiais – assistente social – e a escuta psi é sobre uma família, ou sujeito que é carente de que? Acho que é de ser escutado, ouvido, ter suas histórias contadas, recontadas, encontradas. Mas as carências são somente emocionais? Psicólogo – P1 – aponta em seu relato diversos tipos de carências vivenciadas pela população fortunense:

P1: “[...] por causa de um isolamento geográfico as pessoas saem muito pouco, o que conhecem, conhecem via televisão ou alguém que traz de fora. Porque as pessoas são realmente muito carentes, elas até se locomovem [...], mas onde buscar acesso a uma cultura, educação aí já é mais complicado.”

Com certeza, na realidade do CRAS há questões subjetivas, mas essa mesma realidade é multideterminada e complexa, e sobre ela incidem questões

sociais, econômicas, históricas, dentre outras. E também uma processualidade inerente, que faz com que cada profissão opere em somente um recorte dessa realidade. Essa é inclusive um forte ponto que convoca a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, discutidas anteriormente.

O psicólogo conecta quando os documentos, o parecer, a cesta básica aparecem no encontro? Mas não seria um exercício bastante assistencialista? O que faz essa reversão? P8 aponta algumas possibilidades. Ele relata que muitas vezes durante escuta e acolhimento, pretende que surja a implicação do sujeito. Não deixar que outros técnicos façam pelo usuário, pois esse vem pedir a manutenção dos modelos e práticas assistencialistas, mas o usuário deve entender porque pede, porque demanda, e como fazer para chegar ao que deseja:

P8: “[...] de fazer as pessoas serem sujeitos, que elas dêem conta de alguma coisa porque senão eu acho que a gente tá atrapalhando a vida da pessoa...no sentido de amadurecimento...de responsabilidade [...]”

A noção de implicação não se resume a uma questão de vontade do técnico, pois ela abarca o lugar que esse profissional busca ocupar, o lugar que lhe foi encarregado e todas os riscos que isso traz. Na implicação há, portanto, uma análise e reflexões sobre a produção da demanda reveladas nas palavras de Baremlitt (2002): “[...] que coisas posso solucionar parcialmente e que coisas não devo solucionar, devo encaminhar noutra direção ou devo devolver, dar de volta ao usuário o que ele solicita de mim.” (BAREMLITT, 2002, p. 97). Essa implicação é um compromisso ético, político e socioeconômico que revela a complexidade da realidade, da história do usuário, da Psicologia. Surge daí uma alusão com a heterogeneidade da vida, pois nenhuma especialidade sozinha será capaz de resolver todas as demandas de quem o procura. Será que isso desconecta a Psicologia do Serviço Social?

A zona de vizinhança entre psicólogos e demais profissionais do CRAS, em muitos momentos, é tênue. É o que percebi durante minha experiência de CRAS: uma aproximação do campo transdisciplinar foi experimentada. Nessa experiência o assistente social não participou das atividades, apesar de ter sido convidado. Surge de um encontro no Programa de Saúde da Família (PSF) próximo ao CRAS em que eu trabalhava num momento em que o médico da equipe pede a minha colaboração para discutir as dificuldades enfrentadas pela rede de saúde e assistencial da região.

Após algumas reuniões me apresentaram a nutricionista e a fisioterapeuta da unidade em que o médico trabalha. Sentimos a necessidade de unirmos forças e elaborarmos um projeto para atender hipertensos e obesos da comunidade, preferencialmente pessoas beneficiadas com o programa Bolsa Família. As razões: a região que atendíamos havia um grande número de pessoas portadoras de diabetes, hipertensão e obesidade. O CRAS preferencialmente deve atender o público dos programas federais. O nutricionista era responsável na rede de saúde, pelo acompanhamento das famílias do programa Bolsa Família. O que ocorreu nesse trabalho com hipertensos e obesos foi uma mobilização de agentes de saúde, psicóloga, fisioterapeuta, nutricionista, médico e usuários. As intervenções e atividades do grupo aconteciam de forma que, em muitos momentos, as disciplinas se dissiparam. Era uma “banda” que tocava em sintonia, quando um dos “músicos” acelerava, os outros acompanhavam de modo que o som surgia dessa sincronia. E os efeitos foram ouvidos em outros PSF’s e CRAS. Foi o primeiro grupo para hipertensos e obesos que resultados concretos e significantes surgiram. Por que funcionou? Acreditamos que ocorreu foram bons encontros entre profissionais, descolamento com a postura de “donos do saber”, compartilhamento de experiências anteriores frustradas, vontade, implicação, colaboração e troca de saberes, e possivelmente, saberes intercessores.

Mas também havia oposições, distanciamentos, presentes de forma imanente. As disputas e as tentativas de sobrepor um campo ao outro surgiam na elaboração de relatórios e projetos, no atendimento ao usuário. O assistente social tendia para seu campo e o psicólogo em contrapartida também queria que o seu campo prevalecesse. Disputa de campos? De poder? Uma fala marcante dita por uma gestora da Assistência Social da cidade em que eu trabalhava revela isso: “Acho um absurdo o CRAS ser uma unidade da Assistência Social e, na nossa cidade, todas as unidades serem coordenadas por psicólogas. Temos que valorizar a nossa profissão.” Vivenciamos as lutas corporativas, cabo de forças.

Mas a realidade vem junta e nós não estamos juntos; o mais que conseguimos, às vezes, é estar próximos, um ao lado do outro. E o que acontece é que cada especialidade, cada profissão, acha que os problemas da realidade são problemas do seu campo.” (BAREMBITT, 2002, p.96)

Considerando a reflexão citada acima, o que se nota é um abismo entre uma realidade complexa, composta por diversos elementos e uma tentativa de cada

disciplina resumir essa realidade a partir da visão de mundo baseada nos especialismos. Rompe-se o agenciamento entre a Psicologia do Serviço Social. Promove, portanto, fragmentos de teorias, de práticas e de sujeitos reverenciando o modelo da modernidade, baseado em práticas discursivas científicas centradas em formatar e diagnosticar (FOUCAULT, 1979):

P8: “[...] mas eu acho que a Psicologia...é...entra muito mais na parte subjetiva da pessoa, no sentido de escuta, de conhecer a história da pessoa, de conhecer a história da família [...]”

Em que momento, a Psicologia e o Serviço Social se agenciam novamente? Na burocracia isso pode fazer com que se conectem, nas intervenções em grupo, ou diante de um desafio que coloca em cheque os especialismos?

Foi observado que na abordagem, acolhimento e atendimento à comunidade, profissionais e usuários não identificam nenhuma diferença significativa na maneira com que o psicólogo e o assistente social executam essas tarefas. Conforme os relatos abaixo podemos observar essa aproximação Psicologia-Serviço Social.

P7 – usuária – do CRAS fala a respeito do atendimento e sua visão sobre a Psicologia e o Serviço Social na unidade:

P7: “Não, eu não vejo diferença nenhuma [...] as pessoas que eu tinha mais costume [...] tudo que a gente precisava assim...se precisasse de alguma coisa eles tava pronto pra ajudar a gente [...]”

Abaixo, o coordenador explicita sua opinião sobre atendimento e acolhimento aos usuários realizado por psicólogos e assistentes sociais, inclusive assinalando essa mesma indiferenciação apontada pela usuária:

P4: “[...] mas eu não percebo uma diferença de atendimento ao usuário, diretamente não. A forma que eles são acolhidos é a mesma forma, [...]”

Contudo, em outras situações cotidianas vividas no CRAS, usuários ora percebem uma diferenciação entre psicólogos e assistentes sociais, ora suas funções e especialidades são indistintas:

P5: “Às vezes né...igual eu falo aqui é uma família, aqui todo mundo na verdade é um pouquinho psicólogo, um pouquinho assistente social né...mas assim...dá...dá pra diferenciar (*sic*) mas não muito né...porque..a gente conversa com todo mundo...chega...brinca com todo mundo...tem aquela liberdade [...]”

O relato da usuária – P6 – aponta também movimentos de indiferenciação acompanhado das diferenças entre as duas profissões:

P6: “Não...assim...a diferença deles porque cada um tem a sua maneira de trabalhar, cada um tem a sua função né...então...eu não vejo essa diferença...assim...não [...]”

De acordo com tais relatos, parece haver uma zona de indeterminação que poderíamos tratá-la como uma aproximação da proposta interdisciplinar. Pois nesse caso, as disciplinas se (con)fundem. Retomando o conceito interdisciplinar, o que acontece nesse tipo de prática é uma interação de campos de saber distintos que constroem uma plataforma de trabalho conjunto. Conecta-se o que há de comum entre os saberes, gerando reciprocidade e aprendizagem mútua. A interdisciplinaridade acontece mediante uma relação pactual entre saberes conexos que produzem uma intenção comum, possuindo um eixo hierarquicamente superior que redefine tais saberes. (VASCONCELOS, 2002). Ou seja, no caso do CRAS de Fortuna de Minas a Psicologia, o Serviço Social, a Nutrição, a Pedagogia, a capoeira, a dança entre outros, se unem e se misturam em prol da autonomia dos usuários a partir das práticas e intervenções propostas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Vejamos um exemplo: no projeto “Cantina da Cidadania” os usuários possuem algum tipo de doença como, por exemplo, a diabetes. Trabalham nesse grupo os psicólogos, os assistentes sociais e o nutricionista. No entanto, há um trabalho conjunto com o Programa de Saúde da Família (PSF), incluindo o agente comunitário de saúde, médico e enfermeiro da unidade. O que se trabalha no grupo, entre outras coisas, é a auto-estima, a reeducação alimentar, os laços com os demais usuários do projeto, a saúde física e diversas questões complexas presentes. Contudo, P1 – psicólogo – tende a questionar se esse projeto está “encapsulado” na categoria saúde ou Assistência Social. O que tendemos a reconhecer que para esse profissional isso gera incômodo e necessidade de enquadramento. Parece haver uma tentativa de desconectar os saberes que podem gerar desestabilização de seu plano de organização enquanto psicólogo:

P1: “Esse é um programa [cantina da cidadania], um projeto que a gente questiona muito se a gente não tá na área da saúde ou se tá na área da assistência né? Então ele tem, ele tá nos dois na verdade, mas a gente não

sabe qual ainda, a gente fica se questionando a quem nós estamos atendendo [...]”

Mas o sujeito, usuário da Assistência Social é o mesmo que procura o serviço público da saúde. E nisso, há uma fragmentação dos atendimentos, dos serviços que cindem o sujeito em questões de saúde, assistência social, educação, lazer e cultura. E cada departamento terá seus especialistas, como aparece na fala de P4 – coordenador:

P4: “Eu costumo até falar que é como se fosse um corredor, que ele [usuário] vai passando de sala em sala pra se atendido. [...] se a gente tivesse o trabalho em rede aquele usuário ele [...] já sairia com a sua solução, encaminhamento que fosse. Enquanto hoje ele vem aqui busca uma coisa, ele vai na saúde busca a mesma coisa, vai na educação busca a mesma coisa e ele fica perdido aonde que ele vai ser atendido.”

Essa fragmentação que, em alguns momentos, é “requisitada” pelos profissionais do CRAS é também compreendida como problema das políticas públicas a ser solucionado. Percebemos que, no cotidiano, servidores públicos queixam-se dessa fragmentação, revelando a necessidade de atender os usuários como sujeito plural. E o CRAS possui dentre diversas funções, articular toda a rede de atendimento ao usuário. No item 1.2 no manual de orientações esse equipamento é descrito como: “[...] a unidade efetivadora da referência e contra-referência do usuário na rede socioassistencial [...] e **unidade de referência para os serviços das demais políticas públicas;**” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2006a, p.13, grifo nosso). Ainda sobre a articulação do CRAS com os demais serviços públicos, cabe ao coordenador:

[...] articular com a rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas sociais; [...] mapear, articular e potencializar a rede socioassistencial no território de abrangência do CRAS; promover e participar de reuniões periódicas com representantes da rede de serviços, [...] (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2006a, p.23).

E, de acordo com P4 – coordenador – quando o mesmo buscou promover a articulação dos serviços de Fortuna de Minas, suas tentativas foram frustradas. As reuniões aconteceram sem que houvesse uma ação efetiva de articulação entre os setores. Ela descreve essa dificuldade em promover a intersetorialidade devido aos interesses individuais de reconhecimento de trabalho e interferências políticas.

Novamente se reconhece as lutas corporativas, abrangendo não só a Psicologia e o Serviço Social, mas outros saberes como professores, médicos, entre outros:

P4: “A disputa de querer mostrar o serviço, mas individualmente, mas não no coletivo, sabe? Ainda não tá claro pras pessoas justamente a questão de um resultado da rede muito maior. [...] A gente vem tentando muito através de reuniões, encontros, normalmente quando a gente vai fazer dentro da “casa” [...] vai chamar o pessoal da educação, da saúde, mas na hora da reunião todo mundo concorda, mas na hora da ação, as ações são individuais. [...], mas é a dificuldade de aceitação mesmo é de a pessoa querer mostrar serviço individual. Individual e também político, existe muito isso ainda.”

O fato é que além das lutas corporativas, há a presença viva da pós-modernidade nas ações cotidianas quando se observa a prevalência da individualidade em destaque nas relações contemporâneas conforme P4 descreve em seu relato. Além disso, a hiperespecialização – fechada em si mesma – impede que as questões cada vez mais polidisciplinares surjam. (MORIN, 2002). E no cotidiano, as questões sobre os usuários, sobre o trabalho e sobre as políticas públicas apresentam-se em sua forma multidimensional, o que pode causar perturbação e dificuldades em conectar os saberes e as práticas, bem como as contradições em nosso entendimento sobre a realidade:

P1: “[...] quando vem a queixa vem muito difusa, a demanda vem muito né... **poli, poli coisas** aí eu venho e faço essa triagem, mas ela vem muito pra mim aqui dentro. E as meninas da mesma forma, quando elas identificam que é uma questão mais emocional, mandam pra mim.” (grifo nosso)

5.3 Desafios para a Psicologia

O primeiro desafio: O psicólogo – P1 – relata que surge uma série de demandas e questões dos usuários, o que denotam um sujeito plural que “aparece” diante de um especialista, um *expert*. O que tendemos a fazer? Separar o que é da Psicologia, o que é da Assistência Social, o que é da saúde e assim por diante. Um desafio vivido constantemente por nós, psicólogos, e também pelos outros profissionais e que é preciso refletir sobre: “[...] os efeitos cada vez mais graves da compartimentação dos saberes e da incapacidade de articulá-los, uns aos outros;

por outro lado, considerando que a aptidão para contextualizar e integrar [...] precisa ser desenvolvida, e não atrofiada.” (MORIN, 2002, p.16).

Outro desafio vivido pelos profissionais da Psicologia: a família. Em todos os CRAS instalados no nosso país, ela ocupa um lugar de destaque. Pensemos então a respeito da visão sobre família diante da prática psi: “essa família é desestruturada”, frase comum no universo do CRAS e que revela um discurso no qual o modelo se opera e se mantém, e, quando percebemos já estamos julgamos como nossos ideais pequeno-burgueses. Isso é claramente vivido e pensado na Psicologia, reproduzido na fala de P8, psicólogo:

P8: “[...] cê (*sic*) vê que é uma família desestruturada, no convívio familiar, social [...]”.

Mas é preciso entender a família além de sua configuração por demais instituída e pensada. Os abismos entre teoria e prática psicológica e entre os campos teóricos vividos pelos profissionais, parecem não ser os únicos abismos presentes. A família vivida e a família pensada também se apresentam como abismo para usuários e profissionais do CRAS.

À luz de um breve histórico, o que hoje conhecemos como família nuclear moderna – pai, mãe e filhos – é a conseqüência também de mudanças institucionais, tais como a Igreja e o Estado, que passaram a valorizar o sentimento e o sentido de família. No século XVIII esse sentido passou a tornar-se bastante significativo na vida particular, influenciando fortemente as classes mais abastadas da Europa. Criou-se o costume de cada família morar em uma casa e ser responsável pela criação dos filhos, diminuindo consideravelmente a interferência da comunidade nos assuntos domésticos. Esses ideais “pequeno-burgueses” foram adotados, um século depois pelas classes trabalhadoras, quando essas migraram do campo para as cidades. No Brasil, alguns escravos eram oriundos de grupos de sociedades com tradição matriarcal. A herança matriarcal assim como a proibição de constituição de famílias durante a escravidão contribuíram para uma história de família distinta do modelo europeu. A família se organizava em torno da mulher quando não havia um companheiro, mas quando esse estava presente, assumia-se o modelo patriarcal. Em nossa sociedade atual, o que se nota “[...] vendo-se a família urbana de nível sócio-econômico baixo [...] é uma mudança de parceiros da mulher, de forma que ela mantém em torno de si o núcleo familiar (ela e os filhos) que não se desfaz com

a saída do homem.” (CENTRO BRASILEIRO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, 1992, p. 6). Entretanto, o modelo europeu instituiu-se como modelo social de família, verificando-se que ele ainda é o que prevalece em nossa sociedade.

O ideal *versus* a realidade. Há uma contradição entre o que as pessoas presenciam – viés dos especialistas – e o que a família vivencia – viés dos usuários – como forma de viver a família, a partir das dificuldades que elas passam e o modelo de família adotado singularmente por aquele grupo. Ou seja, em algumas famílias acompanhadas pelos técnicos do CRAS, a mulher é que assume a família como chefe, como o caso da usuária P5. Todavia, o ideal burguês, o modelo dominante, entende que a família “estruturada” tem em sua composição um homem, geralmente o provedor, e que em torno dele toda sua estrutura se organize. Para aquelas que não se encaixam nesse modelo, avaliamos, comparativamente, o arranjo familiar que procura o atendimento, como família “desestruturada” conforme P8 desvelou.

A família pensada, a que se refere ao ideal, ainda permanece como referencial para as intervenções do campo da Psicologia. Embora na família vivida, haja, por diversos fatores, a impossibilidade de adotar esse modelo e fazê-lo funcionar. Contudo, o modelo dominante é poderoso, pois as instituições e a mídia o propagam, além de ser mantido por setores conservadores de nossa sociedade. Fato que pode gerar uma imobilidade de ação dos técnicos bem como dos usuários, pois essa busca inalcançável de adequação ao modelo, torna a realidade e a organização familiar vivida como “incompetência” dos membros em não alcançarem o ideal. “E sempre está a sensação de que se não estou vivendo o modelo, o errado sou eu.” (CENTRO BRASILEIRO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, 1992, p.13).

Esse raciocínio aponta para a reflexão discutida anteriormente, a respeito da captura – pelo Império – da subjetividade encapsulada em identidades fixas²³. O fato é que o ideal de família também opera dessa maneira. O que se determina como aceitável, por parte dos técnicos e muitas das vezes das próprias famílias, é uma família nuclear composta de pai, mãe e filhos. Uma organização fixa, aprisionada a uma identidade familiar, como nas miragens de personagens

²³ Para saber mais sobre o Império e subjetividade consultar capítulo 2 Dispositivos conceituais, p.17, 22-27.

glamorasas que parecem estar acima do vivo, como ressalta Rolnik (1997), ao analisar a formação das identidades na sociedade contemporânea.

Exatamente onde parece estar um “problema” – a família vivida, dentro de suas possibilidades econômicas, históricas, culturais e sociais – que se deve pensá-la como saída ao modelo. Ou seja, a solução se encontra na construção do pensar a partir do vivido. A família vivida deve então ser compreendida a partir de seus modos de agir habituais, e é nesse cotidiano que se manifestam os caminhos a serem tomados como terrenos habitáveis, possíveis. Escolhas feitas segundo as possibilidades de vir-a-ser, a partir da reflexão sobre o vivido, habitando novos modos de se subjetivar, outros modos de ser família. (CENTRO BRASILEIRO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, 1992). Nesse sentido podemos afirmar que:

Pensar a família a partir daí é não desprezar a força de viver e de inventar, buscando o que atualiza novas singularidades e evidenciando o que aprisiona esse processo. [...]. Essa aposta pressupõe mais do que a adesão a um saber específico e estabelecido, desvencilhando-se de qualquer possível culpabilização da família. (ROMAGNOLI, 2005, p. 260)

Outro desafio para a Psicologia: a tendência em patologizar e achar que em todas as queixas apresentadas, o sujeito carece de fazer terapia. Essa tendência em psicologizar é um percurso que os saberes “psi” – Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise – têm desde suas fundações no Brasil. E o surgimento da grande medicina no século XIX que se desenvolveu como uma medicina clínica centrada em exames, diagnósticos, na terapêutica individual e principalmente, no “[...] colóquio singular [...]” (FOUCAULT, 1979, p. 194), influenciou na construção de outros saberes, como a Psicologia. O modelo médico e a filantropia desencadearam uma série de novos agentes responsáveis pela disciplina e normalização no controle de todo corpo social:

[...] Tomemos o exemplo da filantropia no início do século XIX: pessoas que vêm se ocupar da vida dos outros, de sua saúde, da alimentação, da moradia...Mais tarde, desta função confusa saíram personagens, instituições, saberes... uma higiene pública, inspetores, assistente sociais, psicólogos. E hoje assistimos a uma proliferação de categoria de trabalhadores sociais... (FOUCAULT, 1979, p.151)

Trabalhadores sociais responsáveis pelo enquadramento dos sujeitos: loucos, doentes, pobres, desabrigados, mas também inspetores da saúde física e mental, da moradia, da higiene. O que remete à responsabilidade da Psicologia e do Serviço Social dos nossos tempos.

Mas o risco da psicologização é, dos desafios, o mais relevante a ser tratado aqui. Diferente do que se poderia pensar, a difusão desse fenômeno não se restringe aos saberes “psi”, pois em meados do século XIX, diversos saberes estiveram envolvidos com a sua propagação, como a arte, as ciências sociais, o direito e a pedagogia. Muito embora essa psicologização, seja ainda mais antiga, uma vez que a cultura tradicional cristã já trazia considerações sobre a interioridade humana, bem como na Grécia clássica onde se discutia sobre o espírito humano, de acordo com Duarte; Russo; Venâncio, (2005).

O contexto da modernidade configurado pela centralização no “eu”, o ideário da igualdade e liberdade remodelando as instituições políticas e a universalização do conhecimento, favoreceram o processo de institucionalização dos saberes “psi”. Esse processo ganha corpo no Brasil na medida em que os pensamentos e ideários modernos foram sendo introduzidos, a partir do Segundo Reinado até o Estado Novo, na busca do processo civilizatório brasileiro. Para se tornar uma sociedade “civilizada” diversos agentes foram responsáveis pela transformação do pensamento da sociedade brasileira. Médicos, antropólogos, educadores, sociólogos, intelectuais católicos e outros mais, em busca do progresso e do desenvolvimento, tornaram-se importantes agentes na produção de um conhecimento científico responsável pela produção dos costumes e tradições sob o olhar da ciência. Para a concretização de uma nação civilizada e industrializada, o Estado contou com os avanços dos estudos na educação, na psicanálise, sobre a infância, sobre a loucura e a criminalidade, “[...] na tarefa de regeneração do povo brasileiro [...]” (DUARTE; RUSSO; VENÂNCIO, 2005, p. 13). A Psicologia, mesmo imbricada com o saber médico-psiquiátrico e com a educação, se institucionaliza a partir dos anos cinquenta, na medida em que se torna necessário selecionar e aperfeiçoar os trabalhadores de um país moderno. O que se vê é um cenário difundido em todas as camadas sociais da valorização e centralização no cuidado do “eu”, da subjetividade e de suas influências na propagação da ordem e por uma sociedade moderna. Por outro lado, essa valorização foi, na medida em que os estudos foram avançando, reforçada e respaldada pelo saber científico.

A partir dessa complexa rede de saberes, passamos progressivamente a preocuparmos com a nossa interioridade, com o cotidiano voltado para questões íntimas, fazendo parte do cenário da sociedade brasileira, a psicologização do

sujeito. Esse foi então propagado como “[...] um ente psicologizado e psicologizável. (DUARTE; RUSSO; VENÂNCIO, 2005, p. 14).

O relato de P1 – psicólogo – mostra a necessidade em “enquadrar” o usuário, a tendência à patologização e a preocupação de que esses usuários não possam ser atendidos conforme a Psicologia tradicional “prescreve”:

P1: “[...] a gente lida com todas as questões emocionais, afetiva, emocionais, mas as patologias também, tudo tá aqui. [...] Aí eu fico meio sem muito o quê fazer porque, por exemplo, eu não tenho o serviço ambulatorial que eu possa indicar, por exemplo, aquelas pessoas que tão com **uma patologia estampada na cara** que precisam também do atendimento psicológico ou do atendimento psiquiátrico ou clínico. [...] fica nessa defasagem.” (grifo nosso)

Ah! Mas percebemos que outros caminhos também são possíveis. Temos a “terapia ocupacional”, o tecer dos bordados, nos panos e fios que entrelaçam histórias, corpos. Os encontros com a terra, na horta, no plantio, terreno fértil. O alimento e a escuta de quem tem o corpo adoecido por altas pressões e diabetes. E a dança? Dançam braços, veias, pulsos, emoções, mãos, amores. Pululam histórias, encontros e desencontros de usuários, profissionais, vizinhos, amigos. Além das idéias psicologizantes e assistencialistas experimentam-se mais do que poderíamos imaginar. Algo escapa à visão reducionista de somente um sujeito que sofre e que deve ser sujeitado a uma prática clínica que o possibilite enquadrá-lo no cenário social, adaptando-o, na maioria das vezes, sem nenhuma reflexão política e crítica, às exigências da vida contemporânea.



Figura 7: Aulas de Capoeira
Fonte: Acervo do CRAS de Fortuna de Minas

As alegrias dos encontros

Como ponto de chegada, ao final desse trabalho, precisamos experimentar mais do que desafios e tensões. Eis que no meio de tantas reflexões e teorias, a alegria torna-se nossa companheira. Os profissionais do CRAS revelam compreensão de sua empreitada. Os territórios entre psicólogos e assistentes sociais também denotam zonas de fusão, de amizade e trocas de experiências intensas:

P3: “Há uma integração fantástica, um apóia o outro o tempo inteiro, as diferentes áreas há uma integração, uma troca de informações grande [...] não existe a família é da fulana, [...] aqui não todos nós somos responsáveis por todos.”

Para a coordenação, psicólogos e assistentes sociais conseguem executar o trabalho no CRAS de forma interdisciplinar:

P4: “[...] hoje a gente tem um trabalho, assim, totalmente interdisciplinar [...]”

E P2 – assistente social – mostra como a Psicologia se conecta com o Serviço Social:

P2: “No início é aquele choque porque o psicólogo atende igual a gente, todo mundo atende da mesma forma né?”

A respeito dos impactos do CRAS na comunidade fortunense, psicólogos e assistentes sociais percebem essa unidade cumprindo com seus objetivos e promovendo aos usuários novos devires. A fala do psicólogo – P1 – sobre os resultados percebidos até o momento:

P1: “[...] esse programa ele emancipa as pessoas, nós já tivemos experiências aqui fantásticas, [...] mas eu acho que o programa cumpre com os objetivos, muitos objetivos. Então a gente tem muita esperança nele e nas coisas que ainda podemos criar com ele.”

O assistente social – P2 – enfatizou os projetos “Fiando e desfiando a vida” e “Cantina da Cidadania” com efeitos potencializadores de autonomia financeira, promoção de saúde e implicação dos usuários no recebimento da cesta básica:

P2: “Eu vejo crescimento dos usuários, a satisfação deles em estarem aqui, assim o tanto [...] que é gratificante pela promoção deles mesmo, de centavinho em centavinho, [...] eles estão conseguindo adquirir alguma coisa que era um sonho deles. Por mais que seja pequenininho a realização deles, é a concretização de um sonho, é muito gratificante. Já na cantina, eu vejo a questão da nutrição, da mudança de hábito, de pessoas que precisam de emagrecer, e levam a sério e conseguem controlar a pressão [...] Hoje saem nem que seja pra vim só aqui, pessoas que estavam deprimidas mesmo em casa, e hoje procura socializar mais. Hoje o pessoal daqui hoje eles são mais sociáveis, mais abertos pra receber alguma coisa sabe? E entender o porquê que eles estão recebendo, não receber simplesmente a cesta básica por receber, entendeu? Eu acho que hoje eles têm uma noção maior disso.”

Os usuários contam suas experiências. P5 – usuária – relata que do encontro com outros usuários e com os profissionais do CRAS potencializou outros modos de subjetivação. O lugar que ela ocupava anteriormente foi reorganizado. A princípio P5 relata que psicólogo era médico para doido e assistente social, aquele que intromete na vida das pessoas. Ele não acreditava que o CRAS seria um serviço continuado e duradouro. Sua história se confunde com a do CRAS, pois sua família foi a primeira a se cadastrar, e com orgulho, diz: “[...] minha ficha é número um.” Aos poucos, foi se aproximando dos profissionais e suas desconfianças foram sendo desconstruídas. P5 chega a Fortuna de Minas em busca de melhores condições de trabalho. Anteriormente, ela e seu marido trabalhavam em uma carvoeira, seus filhos não estudavam. Ao chegar à cidade, separa-se do marido e sem domicílio, mora de favor. Do seu encontro com o CRAS, ela consegue um lote na prefeitura e a comunidade se mobiliza na compra de materiais e construção de sua casa. Seus filhos antes sem registro de nascimento agora possuem documentação e freqüentam a escola local. Ela era obesa e seus filhos desnutridos, hoje controlam a alimentação na “Cantina da cidadania”. No tecer dos panos de prato, ela troca experiências de vida, sentimentos, enfrentamento do dia-a-dia e novas perspectivas de vir-a-ser:

P5: “[...] no princípio eu pensava que eu não tinha direito, hoje eu sei o que que eu tenho direito...quais os meus deveres [...]Ó...eu tenho uma sensação assim, que valeu todas coisas que nós passamos [...] que aprendi coisas novas [...] tirei meus medos também...eu pude expressar né...realmente falar o que que eu tava sentindo [...]”

O CRAS para P5 é um local onde se compartilham medos, angústias, realizações, autonomia, cidadania e potência de vida:

P5: “[...] através desses panos de prato eu pude perceber que eu sou capaz de fazer outras coisas...sabe...que eu era importante...né...que não importa as condições que eu tava vivendo...mas que eu ERA alguém importante, aí eu comecei assim...a ficar curiosa sobre as coisas né [...] eu consegui aprender a fazer, aprendi a costurar, aprendi a bordar, aprendi a fazer assim...outras coisas né...olhando minha vida hoje, minha vida assim...tá muito boa hoje...sabe...mas por que? Porque eu tive orientação, porque muitas das vezes a gente que é assim [...] a gente é excluído da sociedade, eu me sentia assim...agora hoje assim...foi um saldo muito positivo sabe?”

Esses relatos nos permitem perceber um espaço fluido que percorre territórios rígidos e maleáveis. Em meio às tensões, vivenciam-se encontros potencializadores de novos modos de ser dos usuários, psicólogos e assistentes sociais. Não se trata, portanto, de definirmos a verdade sobre as formas de intervenção e execução das atividades que aqui se apresentaram. Somente, e apenas, uma tentativa de rastreamos os territórios experimentados pelos atores dessa caminhada. Territórios ora compostos pela dominância de segmentos, estratos, classificações, comparações e horror ao diferente. Ora compostos pela desterritorialização, pelos agenciamentos que se efetuam para trazer o novo, algo impensado deixando que a potência da vida se atualize, de maneira alegre, nos encontros que são estabelecidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso estudo pretendemos traçar as linhas e os territórios que emergem nas relações dos psicólogos com assistentes sociais, coordenação, políticos e usuários do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Fortuna de Minas. Buscamos também identificar os pontos de repesamento e de invenção produzidos nessas relações, utilizando como referências as idéias da Filosofia da Diferença também conhecida como Esquizoanálise.

O CRAS como recente equipamento público suscita que estudos sejam realizados sobre as práticas envolvidas nessas unidades espalhadas por todo território nacional. A Psicologia, como outras profissões inseridas nas políticas públicas, foi então convocada a participar, evocando diversas questões sobre seu campo de atuação, suas conexões com as demais profissões e, não menos importante, com suas implicações e o impacto nos usuários.

No mundo contemporâneo somos chamados a responder e compreender a complexidade da vida. Para isso, tentamos, nesse estudo, abarcar essa complexidade usando o método cartográfico. Nessa cartografia aspiramos circunstancialmente e transitoriamente rastrear a realidade e os encontros das subjetividades sempre em movimento, mapeando as intensidades, as composições e decomposições dos territórios, desenhando as linhas que se articulam no processo sempre inacabado das subjetividades e sua relação com nosso objeto de estudo o CRAS de Fortuna de Minas.

Sobre a Psicologia no universo estudado, observamos que em meio a intervenções realizadas por uma equipe multidisciplinar através da promoção de saúde, prevenções de situações de risco, visitas domiciliares, convocam-se e são realizadas atuações fora do *setting* tradicional dos consultórios. Com isso, invitam os profissionais a lançar novos olhares sobre a Psicologia inscrita nos espaços públicos, fruto inclusive da desestabilização a que esse profissionais são arremessados em seu cotidiano de trabalho. Diante desse desafio constatamos que nos encontros com servidores públicos, tais como médicos e professores, há certa incompreensão sobre o lugar da Psicologia no CRAS, pois esses ainda entendem a Psicologia como prática liberal e privada, responsável pelo diagnóstico e

acompanhamento psicoterápico dos usuários do CRAS. Com base nessas observações, nas entrevistas realizadas e na nossa própria inserção profissional em um CRAS, inferimos que o modelo da prática “psi” dominante ainda é a-político e a-crítico, permanecendo de maneira geral, atrelado à regulação e normatização das subjetividades. Sendo assim, se mantém uma visão sobre a Psicologia que atende à modernidade, em seu projeto de ordem e de uma ciência compartimentada em disciplinas especializadas e especializantes. (HÜNING; GUARESCHI, 2005a). Contudo, no cotidiano do CRAS profissionais se deparam com sujeitos, ambientes e grupos complexos. A Psicologia é habitada então por um abismo entre o saber acadêmico, adquirido na graduação e divulgado em livros e pesquisas e a realidade vivida no cotidiano. Em nosso estudo percebemos que a formação do psicólogo e a realidade brasileira ficam desvinculadas, pois no âmbito da formação há uma hegemonia na ênfase clínica voltada para atendimento das camadas sociais com grande poder aquisitivo, como foi colocado por grande parte dos entrevistados. Porém, o mercado de trabalho oferece oportunidades em organizações governamentais e não governamentais no atendimento da população pobre, sobretudo através das políticas públicas. Contudo, entendemos que a Psicologia, em qualquer espaço que ela se inscreva e independente da população atendida, como clínica – entendida como prática política e libertária – deve estar presente.

Em nossa pesquisa de campo, ao buscarmos conhecer as singularidades e o cotidiano do CRAS, encontramos especificidades e semelhanças nas práticas profissionais dos psicólogos e assistentes sociais, o que tem provocado efeitos diversificados. Notamos que a equipe do CRAS realiza os atendimentos e acolhimentos dos usuários da mesma maneira, assim como as atividades burocráticas cotidianas são realizadas igualmente pelos técnicos, o que pode se traduzir como um intercessor entre as duas disciplinas – Psicologia e Serviço Social. Os próprios usuários ora identificam a diferença no atendimento e nas intervenções ora, compreendem que as duas categorias se misturam. No projeto “Cantina da Cidadania” os psicólogos, os assistentes sociais e nutricionista trabalham em parceria com o Programa de Saúde da Família (PSF), incluindo agentes comunitários de saúde, médico e enfermeiro da unidade. O que fomenta o projeto diz respeito a diversas questões da saúde física e mental do usuário, auto-estima, reeducação alimentar e o fortalecimento dos laços entre os usuários. Nessas situações observamos que essas práticas conectam os saberes, o que parece haver

uma zona de indeterminação que poderíamos tratá-la não ainda como uma transdisciplinaridade, mas como uma aproximação da proposta interdisciplinar. Como pudemos perceber em nossa pesquisa a transdisciplinaridade ainda é um desafio a ser perseguido.

Entretanto, em alguns momentos, há um direcionamento específico para cada saber. Para a Psicologia, direcionam-se demandas que dizem respeito às questões emocionais e relações familiares, ficando para o Serviço Social as questões de encaminhamentos, acesso e orientações sobre direitos, benefícios e documentos. Ou seja, cada disciplina impede que a outra se aproxime de seu território, mantendo-se uma afastada da outra, resguarda pelo seu especialismo, seus procedimentos e técnicas. A esse respeito, vimos que no manual de orientações do CRAS e em recortes de jornais, há certa incongruência quanto às práticas desses profissionais. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2006a; CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS, 2007; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2006; AFONSO, 2008). Ora indica-se que as práticas devem estar relacionadas à interdisciplinaridade – uma relação pactual entre saberes conexos que produzem uma intenção comum, possuindo um eixo hierarquicamente superior que redefine tais saberes – ora aconselham que o trabalho no CRAS seja orientado pela transdisciplinaridade – todos os saberes envolvidos “abandonam” suas “identidades” em prol da criação de um campo de saber autônomo e próprio, fabricando intercessores entre as disciplinas²⁴. Significa dizer que tais propostas além de serem compreendidas como confusas pelos profissionais que ali atuam, são também um desafio no dia-a-dia do serviço. Aliás, na prática, essa indistinção dos saberes conduziu, em alguns momentos, na insistência na identidade de cada campo, no endurecimento da referência corporativa, ao invés da formação de um território “entre” as disciplinas. Ou seja, o que se viu foram movimentos de indiferenciação e especificidades tanto da Psicologia quanto do Serviço Social no cotidiano do CRAS, compondo ora planos de organização estratificados, segmentados, ora planos de composição em que agenciamentos criaram dimensões impensadas. A especificidade da Psicologia parece estar relacionada a uma escuta e acolhimento da subjetividade, enquanto o

²⁴ Os intercessores [...] interessam-nos pelos movimentos, não pelo que se passa antes deles, ou pelo que os causa, mas pelo que se dá ‘entre’, pelo que está se dando. [...] A relação de intercessão é uma relação de perturbação, e não de troca de conteúdos. (PASSOS; BENEVIDES DE BARROS, 2000, p. 77)

Serviço Social orienta sobre direitos e promove a inclusão em programas sociais. O grande desafio é como conectá-las, como criar uma zona de indeterminação em que algo novo surja desse encontro.

Esses movimentos de indiferenciação e especificidades refletiram também nas intervenções e atividades realizadas com os usuários que ora perceberam uma diferenciação entre psicólogos e assistentes sociais, ora suas funções e especialidades eram indistintas. Um relato da usuária – P5 – compreendia que psicólogo era médico pra doido e o assistente social profissional que intromete na vida das pessoas. Com o passar do tempo, alguns usuários conseguem perceber que há uma diferenciação entre eles, e tal distinção mantém as duas categorias profissionais atreladas aos modelos instituídos, como foi o caso de P5.

A compreensão das famílias sobre o CRAS também se mostrou confusa e com diferentes expectativas. A usuária – P7 – relatou que sua idéia inicial estava vinculada às novas oportunidades de emprego, e a usuária – P6 – também sem entender direito a proposta, acreditava que o CRAS atenderia somente crianças e adolescentes, pois sua referência de projetos e programas sociais estava atrelada aos comerciais e propagandas anunciadas na mídia.

A história do CRAS de Fortuna de Minas começa em sua implantação, quando coincide com ano eleitoral, afetando as relações entre usuários, profissionais e políticos. Havia uma descrença e desconfiança dos moradores de que o programa permaneceria na cidade caso houvesse a mudança do gestor municipal. Apesar de ser um programa que se mantém independente de prefeitos, governadores ou do presidente da república, o CRAS vivencia ações descontinuadas atravessadas pela política local. As descontinuidades surgem pelo repasse de verba interrompido – que acontece anualmente após a avaliação dos gastos – pela substituição de profissionais, pela fragmentação dos saberes e também pela dificuldade de suporte e encaminhamento para a rede de serviços socioassistenciais em grande defasagem no município.

Há interferências de políticos fortunenses nas políticas públicas, pois caso o usuário seja reconhecidamente um cidadão que apóia o prefeito, obterá benefícios via prefeitura. E, se a pessoa for considerada de “oposição” ela terá seus direitos garantidos constitucionalmente suspensos e barrados pelos que obtém poder macropolítico. Essa é uma realidade de municípios pequenos, pois a dominação do controle do eleitorado nas mãos de coronéis conserva a população como sua

clientela. Isso reflete nas ações dos técnicos do CRAS que cotidianamente impedem as interferências políticas em suas atividades, sendo muitas vezes, incompreendidos pela população que, muitas vezes, não se beneficia com cestas básicas e pelos políticos que deixam de ganhar votos para a próxima eleição.

No que diz respeito à Assistência Social, como norteadora das ações relacionadas ao CRAS, percebemos que sua política é colocada como hierarquicamente superior aos demais saberes e possui retrocessos e avanços em sua história. De sua criação, a Assistência Social era ação exclusiva do governo federal e associada à filantropia e caridade. Somente com a mudança constitucional e movimentos sociais, a Assistência Social foi regulamentada como uma política pública com participação de todas as esferas do governo e da sociedade civil. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009). Desse percurso notamos que no cotidiano do CRAS estudado as ações ora se manifestam como mantenedoras de ações assistencialistas e ora são responsáveis pela promoção de cidadania e implicação dos sujeitos como protagonistas de suas vidas. Um desafio para o Serviço Social bem como para a Psicologia.

Quanto às ações dirigidas aos usuários sugere-se que uma equipe multiprofissional, presente não só nos CRAS, deve se pautar na compreensão de que nenhuma especialidade sozinha será capaz de resolver todas as demandas de quem o procura e de que a realidade é multideterminada, processual e complexa. Para esse objetivo, percebemos a necessidade das práticas se conectarem e refazerem seus campos num objetivo maior: o da implicação dos usuários e a “devolução”, aos usuários, do saber que lhes foi destituído. Para isso, é preciso desenvolver a capacidade da comunidade em descobrir suas demandas, se organizar de forma que ela própria construa os dispositivos necessários para a melhoria de suas vidas. Nessa recuperação do saber comunitário, especialistas devem descobrir que “[...] as massas não necessitam deles para saber [...]” (FOUCAULT, 1979, p.71) e que como iguais – usuários e especialistas – devem se unir contra o poder opressor e em favor da potência reiventiva da vida.

Constatamos que ainda persiste, na equipe do CRAS, a noção de família presa ao modelo instituído e dominante – família nuclear – o que, diferentemente, se apresenta na realidade. A família que se refere ao ideal, pais unidos em matrimônio e filhos decorrentes dessa união, ainda permanece como referencial para as intervenções do campo da Psicologia. Exatamente onde parece estar um “problema”

– a família vivida, dentro de suas possibilidades econômicas, históricas, culturais e sociais – que se deve pensá-la como uma construção singular e circunstancial frente ao modelo mantido por setores conservadores de nossa sociedade, e não abordada de forma comparativa e desqualificativa. Ou seja, a solução se encontra na construção do pensar e do como atuar a partir do vivido. A família deve então ser compreendida a partir de seus modos de agir habituais, e é nesse cotidiano que se manifestam os caminhos a serem tomados como terrenos habitáveis, possíveis. E é essa compreensão que deve servir de base para as intervenções e encaminhamentos da equipe.

Nesse aspecto, presenciamos encontros que, na maioria das vezes, insistiram na repetição de condutas que mantém o instituído, através da reprodução de papéis, conforme o modelo da Psicologia clínica liberal e privada, e do Serviço Social em manter condutas assistencialistas. Como por exemplo, no momento em que o psicólogo – P1 – insiste que sua formação em clínica e em psicanálise deve ser transportada para o CRAS da mesma maneira que ocorre em seu consultório particular e da necessidade de identificar nos usuários suas patologias. Enquanto o assistente social entrega verduras e alimentos na casa dos usuários sem implicação no processo. Por outro lado, também testemunhamos encontros que geraram alegria lançando os usuários ao encontro de construção de novos sentidos para suas vidas. Experimentam-se novas (velhas) formas do saber “psi”, procurando outra identidade que acarreta em alívio, que anestesia, mas que também revela, denuncia movimentos e momentos de inquietude, que cria, potencializa a vida. Como vimos no relato da usuária – P5 – sobre a sua compreensão sobre sua história de vida, das conquistas pessoais, da sua autonomia financeira, da noção de cidadania, e o reconhecimento de sua participação no processo social.

Outro desafio percebido nesse estudo, diz respeito à necessidade de consolidação da articulação da rede socioassistencial, que embora seja regulamentada pela política do CRAS, e das políticas públicas em geral, ainda não se sustenta no cotidiano, mantendo a desarticulação dos trabalhos desenvolvidos nos diversos setores públicos. Observamos uma sobreposição de ações das diversas áreas: saúde, educação, cultura, assistência social. Cada esfera intervém o que acredita ser de sua alçada e encaminha para as demais fazerem o que cabe a cada uma delas. Além disso, há uma deficiência na rede de serviços da cidade, como exemplo, creches, abrigos, entidades filantrópicas, conselhos municipais da

saúde, do idoso, da criança e adolescente, conselhos tutelares, assim como escolas, postos de saúde, associações comunitárias, entre outros. Essa realidade não se diferencia muito de outros municípios brasileiros, sobretudo os de menor porte. Para o desenvolvimento de ações continuadas e que aproximam as práticas da complexa realidade que encontramos, é preciso desenvolver a intersectorialidade, que pressupõe a articulação de setores sociais diversos, de saberes e poderes para enfrentar os problemas da realidade social. O que significa dizer que, ao invés de fragmentarmos os sujeitos e as intervenções, devemos então nos comprometer com ações de teoria e ações de prática que se multiplicam em uma única rede. Tentar juntar aquilo que foi separado, costurando os retalhos na fabricação de uma colcha tecida por várias mãos. Para a intersectorialidade acontecer, acreditamos que uma das possibilidades seja que todos os profissionais envolvidos precisam abandonar o *glamour* das ações e glórias individuais reforçadas pela condição pós-moderna. Desafiando, portanto, os especialismos, as doutrinas dogmáticas e a hipervalorização do eu.

Surge aqui outra questão: qual é o lugar da Psicologia no CRAS? Vivemos hoje, grandes discussões acerca da construção de outro modelo clínico que não seja somente o tradicional, com objetivos analíticos, diagnósticos e/ou curativos. De acordo com Ferreira Neto (2003) o conceito Clínica Social nasce historicamente como uma prática destinada ao seguimento da camada pobre da população que ampliou o campo de atuação da Psicologia, antes desenvolvida hegemonicamente como atividade liberal e privada reservada às classes média e alta. Contudo, Romagnoli (2006) assinala que hoje a clínica social não se destina apenas às camadas mais baixas, ela se configura como uma resposta à multiplicidade que permeia todos os espaços onde os psicólogos estão inscritos. O que a torna uma prática emergente é a insistência em combater a massificação e a hegemonia de modelos que pretendem encapsular os sujeitos submetidos ao Capitalismo Mundial Integrado. Ou seja, não adaptarmos às exigências do mundo contemporâneo e transformarmos nosso saber em arte da invenção, conectando-se com outros territórios existenciais que escapam à psicologização e às patologias. Em qualquer ambiente que nós psicólogos estejamos, cabe perseguirmos as singularidades presentes nos encontros. Além disso, a clínica relacionada a um modo de escuta que possibilita a produção de diferenciação, ela pode e deve estar presente em todos os campos de atuação da Psicologia. Isso implica numa atitude não

totalizadora que desloca o enquadramento, diagnósticos e patologias para novas configurações de sentido, seja no consultório particular, seja nas práticas emergentes.

A diferença precisa ser assumida para que não queiramos procurar saídas relativas a uma idéia de inclusão que seja a de arrastar esta 'população vulnerável' para viver como a classe média e acreditar que viver como vivemos é solução para estar do lado de dentro da rede social. (FONSECA; KIRST, 2004, p.33)

É de nossa responsabilidade pensar não somente nos aspectos técnicos, mas os efeitos éticos, políticos e sociais que qualquer saber acarreta. A Psicologia assim torna-se uma prática libertária capaz de habitar lugares ainda desconhecidos.

Finalmente, cabe pontuar que esse estudo não pretendeu esgotar a temática proposta, mas lançar questionamentos e desafios, além de começar a elucidar as implicações da Psicologia e os impactos do CRAS para a população. Sem dúvida, esse é um campo em que muito ainda se tem a conhecer, pois sua recente implantação traz desafios constantes para a Psicologia, assim como para as políticas públicas. Uma construção em andamento e sempre inacabada, que integra a processualidade da vida.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Lúcia. O que faz a psicologia no sistema único da assistência social? **Jornal do Psicólogo**, Minas Gerais, Ano 25, n. 91, p.14, jun, jul e ago. 2008.

AVELAR, Lúcia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. Lentas mudanças – o voto e a política tradicional. **Opinião Pública**. Campinas, vol. 14, nº 1, p.96 -122. maio de 2008. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762008000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 01 de out. 2008.

BAREMBLITT, Gregório. **Dez considerações para tentar clarear os termos produção de subjetividade e subjetivação em Esquizoanálise**. Disponível em: <http://www.fgbbh.org.br/nossos_artigos.htm. Acesso em: 25 jul.2007.

BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 5.ed. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 2002.

BAREMBLITT, Gregório. **Introdução à Esquizoanálise**. Belo horizonte: Instituto Félix Guattari, 1998.

BENEVIDES DE BARROS, Regina Duarte; PASSOS, Eduardo. Complexidade, transdisciplinariedade e produção de subjetividade. In: FONSECA, Tânia Galli e KIRST, Patrícia Gomes (Orgs). **Cartografias e devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 81-89.

BIRMAN, Joel. **Mal estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BORGES, Márcio. **Os sonhos não envelhecem: Histórias do Clube da Esquina**. 4.ed. São Paulo: Geração editorial, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei Federal 8.069/90. Rio de Janeiro: 2000. (Legislação brasileira)

BRASIL. **Lei orgânica da assistência social** – 1993 – LOAS. 2 ed. Brasília: Ministério Público da Previdência e Assistência Social/Secretaria de Estado da Assistência Social, 2001.

CENTRO BRASILEIRO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. **Cadernos de ação**: trabalhando com famílias. São Paulo: CBIA/Escritório Regional São Paulo, nº 1, mar.1992.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Jornal do Conselho Federal da Psicologia**. Brasília, DF, Ano XIX, n.85, p.13, out. 2006.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS. **Jornal do Psicólogo**, Minas Gerais, Ano 24, n. 88, p.11, ago e out 2007.

COUTO, Mia. **Venenos de Deus, remédios do Diabo**: as incuráveis vidas de Vila Cacimba. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1933 - Micropolítica e segmentaridade. In: _____. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996, v. 3, cap. 9, p. 83-115.

DELEUZE, Gilles. PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada, cidadania assistida**. Campinas: Autores associados, 1995, Cap. IV, p.69-130.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 2.ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

DUARTE, Luiz Fernando; RUSSO, Jane; VENÂNCIO, Ana Teresa A. (Orgs). **Psicologização no Brasil**: atores e autores. Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

FERREIRA NETO, João Leite. **A formação do psicólogo** – clínica, social e mercado. São Paulo: Escuta, 2004; Belo Horizonte: FUMEC/ FCH, 2004.
FERREIRA NETO, João Leite. Qual é o social da clínica? Uma problematização. **Pulsional – Revista de Psicanálise**. São Paulo: Escuta, ano XVI, n. 167, p. 57-65, mar.2003.

FIGUEIREDO, Luis Cláudio Mendonça; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro. **Psicologia**: uma (nova) introdução. Uma visão histórica da psicologia como ciência. 2.ed. São Paulo: Educ, 2002.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Exclusão, risco e vulnerabilidade: Desafios para política social. In: _____. **Gestão social**: o que há de novo? CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz (Org.) Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004, vol.1, p. 24-34.

FONSECA, Tânia Mara Galli; KISRT, Patrícia Gomes. O desejo de mundo: um olhar sobre a clínica. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n.3, p.29-34, set./ dez. 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 24.ed.

GIACOMEL, Angélica Elisa *et al.* Trabalho e contemporaneidade: O trabalho tornado vida. In: FONSECA, Tânia Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (Org.) **Cartografias e devires**: A construção do presente. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003, p. 137-161.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolíticas**: cartografias do desejo. 7. Ed rev. Petrópolis: Vozes, 2005.

GUATTARI, Felix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Ed. 34, 1992.

GUERRA, Andréa Maris Campos. O social na clínica e a clínica do social: sutilezas de uma prática. In: GONÇALVES, B. D.; GUERRA, Andréa Maris Campos & MOREIRA, Jaqueline de Oliveira. (Orgs.). **Clínica e inclusão social**: novos arranjos subjetivos e novas formas de intervenção. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002, p. 29-48.

HARDT, Michael. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, Eric . (Org). **Gilles Deleuze**: uma vida filosófica. São Paulo: Ed. 34, 2000, p.357-372.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006, p.11-60.

HISTÓRIA de Fortuna de Minas. Portal CityBrazil percorrendo o Brasil de A a Z. Disponível em: <http://www.citybrazil.com.br/mg/fortunaminas/historia.php>. Acesso em: 15 jan. 2009.

HÜNING, Simone Maria; GUARESCHI, Neuza M. F. O que estamos construindo: especialidades ou especialismos? **Psicologia & Sociedade**, v. 17 n.1, p.89-92, jan./abr. 2005a.

HÜNING, Simone Maria; GUARESCHI, Neuza M. F. Problematizações das praticas psi: articulações com o pensamento foucaultiano. **Athenea Digital**, n.8 p.95-108, 2005b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 21 abr. de 2008.

JAMESON, Frederic. **Pós-modernismo** – a lógica cultural do capitalismo tardio. 2.ed. 6. imp. São Paulo: Editora Ática, 2007, p. 302-413.

KIRST, Patrícia *et al.*. In: FONSECA, Tânia Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (Orgs). **Cartografias e devires**: a construção do presente. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 91-101.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, Cap. 4 e 5, p. 78-158.

LAPLANCHE, Jean de; PONTALIS, Jean-Bertrand. Resistência. **Vocabulário da Psicanálise**. 2.ed.rev.e.adap. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 458-461.

MACIEL JÚNIOR, Auterives; KUPERMANN, Daniel; TEDESCO, Sílvia (Orgs). **Polifonias**: clínica, política e criação. Rio de Janeiro: Contra Capa/mestrado em Psicologia da UFF, 2005.

MAIRESSE, Denise. Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa. In: FONSECA, Tânia Galli ; KIRST, Patrícia Gomes (Orgs). **Cartografias e devires**: a construção do presente. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 259-271.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **A história da Assistência Social Brasileira**. Disponível em:
<<http://www.mds.gov.br/suas/conheca/conheca09.asp>. Acesso em: 23 jan.2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Proteção Básica do Sistema Único da Assistência Social: Orientações Técnicas para o Centro de Referência da Assistência Social**. Versão Preliminar. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006a.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Versão Preliminar. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006b.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

NIETZSCHE, Friederich. **Além do bem e do mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

PARPINELLI, Roberta Stubs; SOUZA, Edmilson Wantuil Freitas de. Pensando os fenômenos psicológicos: um ensaio esquizoanalítico. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, 2005. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722005000300016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 out. 2007.

PASSOS, Eduardo; BENEVIDES DE BARROS, Regina. Clínica, política e as modulações do capitalismo. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 19-20, 2004, p.159-171.

PASSOS, Eduardo; BENEVIDES DE BARROS, Regina. A construção no plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v.16, n.1, p. 71-79, jan/abr. 2000.

PELBART, Peter Pál. Vida Capital: ensaios de biopolítica. In: PELBBART, Peter Pál. **Capitalismo e Subjetividade**. São Paulo: Iluminuras, 2003, Cap.3, p.81-89.

PELBART, Peter Pál. Subjetividade esquizo. In: _____. **A vertigem por um fio:** políticas da subjetividade contemporânea. São Paulo: Iluminuras, 2000, p. 161-182.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental:** transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2007.

ROLNIK, Suely. **O mal-estar na diferença.** 1995. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/suely%20rolnik.htm>. Acesso em: 04 jun. 2008.

ROLNIK, Suely. Uma insólita viagem à subjetividade, fronteiras com a ética e a cultura. In: LINS, Daniel. (Org). **Cultura e subjetividade:** saberes nômades. Campinas, 1997, p. 25-34.

ROSE, Nikolas. Inventando nossos eus. In: _____. **Nunca fomos humanos:** nos rastros do sujeito. SILVA, Tadeu Tomaz (Org). Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.139-197.

ROMAGNOLI, Roberta C. Famílias na rede de saúde mental e esquizoanálise: uma aproximação possível. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Família e casal:** efeitos da contemporaneidade. Rio de Janeiro: Ed. PUC - Rio, 2005, p. 251-265.

ROMAGNOLI, Roberta C. O sintoma da família: excesso, sofrimento e defesa. **Interações**, São Paulo, v. IX, n. 18, p. 41-60, jul. /dez. 2004.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; MOREIRA, Jacqueline Oliveira de & NEVES, Edwiges de Oliveira. O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. **Psicologia Ciência e Profissão**. Brasília, v. 27, n. 4, p. 608-621, dez. 2007.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Algumas reflexões acerca da clínica social. **Revista do departamento de Psicologia da UFF**. Niterói, v. 18, n 2, p. 47 -56, jul./dez. 2006.

SANTOS, Lulu. Certas coisas. **Tudo Azul**. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 1984. Faixa 9. 1 CD.

SPECK, Bruno Wilhelm. A compra de votos – uma aproximação empírica. **Opinião Pública**. Campinas, vol. IX, nº 1, p.148-169, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104627620030001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 out. 2008.

SCHÉRER, René. Sem rosto: limites das prerrogativas do eu (moi) na criação – a idéia de *mínimo* em Deleuze. In: _____. **Polifonias**: clínica, política e criação. MACIEL JÚNIOR, Auterives; KUPERMANN, Daniel; TEDESCO, Sílvia. (Orgs.) Rio de Janeiro: Contra Capa/ mestrado em Psicologia da UFF, 2005, p. 131-139.

TIMM, Liana. Ima(r)gens. In: FONSECA, Tânia Galli; KIRST, Patrícia Gomes (Orgs.). **Cartografias e devires**: a construção do presente. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 163-175.

VEIGA-NETO, Alfredo. Olhares. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos**: novos olhares em pesquisa em educação. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 23-38.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Vozes, 2002.

**APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS
REALIZADAS COM OS PSICÓLOGOS QUE ATUAM NO CRAS DE FORTUNA DE
MINAS – MG.**

Nome Fictício: _____ Idade: _____ Sexo: _____

Tempo de serviço no CRAS de Fortuna de Minas – MG: _____

Período de atuação em Psicologia: _____

Ano de formado: _____ Instituição de Graduação: _____

Outras atividades profissionais desenvolvidas: _____

- 1) Conte-me sobre o seu trabalho no CRAS.
- 2) Quais são as potencialidades que você encontra no seu trabalho no CRAS?
- 3) Quais são as limitações que você encontra no seu trabalho no CRAS?
- 4) Quais são as especificidades do exercício profissional de psicólogo no CRAS?
- 5) Que efeitos você acha que o seu trabalho promove na comunidade assistida pelo CRAS?
E entre os outros profissionais que trabalham no CRAS? Como é a relação de trabalho entre os profissionais do CRAS?
- 6) Quais os impactos você acha que a psicologia pode promover nas políticas públicas?
- 7) Como você imagina que os usuários percebem o seu trabalho?
- 8) Há um projeto de avaliação e elaboração de aprimoramento do trabalho desenvolvido no CRAS? Como funciona? Você participa destas elaborações?
- 9) Há mais alguma informação ou comentário a respeito da sua prática como psicólogo que você queira acrescentar?

**APÊNDICE B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS
REALIZADAS COM OS TÉCNICOS QUE ATUAM NO CRAS DE FORTUNA DE
MINAS – MG.**

Nome Fictício: _____ Idade: _____ Sexo: _____

Tempo de serviço no CRAS de Fortuna de Minas – MG: _____

Período de atuação: _____

Profissão: _____ Ano de formatura: _____

Instituição que se graduou: _____

- 1) Conte-me sobre seu trabalho no CRAS.
- 2) Quais são as potencialidades que você encontra no seu trabalho no CRAS?
- 3) Quais são as limitações que você encontra no seu trabalho no CRAS?
- 4) Você acha que há diferenças na sua atuação perante os demais técnicos que trabalham no CRAS?
- 5) Que efeitos você acha que o seu trabalho promove na comunidade assistida pelo CRAS?
E entre os outros profissionais que trabalham no CRAS?
- 6) Quais os impactos você acha que a psicologia pode promover nas políticas públicas?
- 7) Como você imagina que os usuários percebem o seu trabalho?
- 8) Há um projeto de avaliação e elaboração de aprimoramento do trabalho desenvolvido no CRAS?
Como funciona?
Você participa destas elaborações?
- 9) Há mais alguma informação ou comentário a respeito da sua prática que você queira acrescentar?

**APÊNDICE C - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS
REALIZADAS COM OS USUÁRIOS DE CRAS DE FORTUNA DE MINAS – MG.**

Nome Fictício: _____ Idade: _____ Sexo: _____

Tempo de acompanhamento no CRAS: _____

Tipo de serviço utilizado: _____

1) Como você conheceu os serviços oferecidos pelo CRAS? Quais as informações que você tinha a respeito do CRAS?

2) O que você acha dos serviços do CRAS? Quais as atividades você frequenta? Quem são os profissionais que te atendem? É mais de um profissional? Qual a diferença entre eles? Como você vê o trabalho de cada profissional? E o psicólogo? E o assistente social?

3) Como foi sua relação com o psicólogo? E com os outros profissionais?

4) Você acha que tem alguma diferença entre eles e o psicólogo?

5) Você acha que esse trabalho influenciou na sua vida? Como? No que você acha que te ajudou? E te atrapalhou?

6) Seus familiares também são acompanhados pelos profissionais do CRAS? Quais familiares?

Eles frequentam as atividades e serviços ofertados pelo CRAS?

Você já aconselhou alguém a procurar os serviços do CRAS?

7) Há mais alguma informação ou comentário que você queira acrescentar?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)